



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

VITÓRIA ALVES DO CARMO

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS EM UMA CRECHE DE UM MUNICÍPIO DA
ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO, NA PERSPECTIVA DA
EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

RECIFE

2025

VITÓRIA ALVES DO CARMO

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS EM UMA CRECHE DE UM MUNICÍPIO DA
ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO, NA PERSPECTIVA DA
EDUCAÇÃO INCLUSIVA.**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Pedagogia do Departamento de Educação, da Universidade Federal Rural de Pernambuco- UFRPE, como requisito para a obtenção de título de Licenciado/a em Pedagogia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Maria do Rosário de Fátima Brandão de Amorim.

RECIFE

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Bibliotecário(a): Auxiliadora Cunha – CRB-4 1134

C287i Carmo, Vitória Alves do.

A inclusão de crianças em uma creche de um município da Zona da Mata de Pernambuco, na perspectiva da educação inclusiva / Vitória Alves do Carmo. - Recife, 2025.

152 f.; il.

Orientador(a): Maria do Rosário de Fátima Brandão de Amorim.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Licenciatura em Pedagogia, Recife, BR-PE, 2025.

Inclui referências, apêndice(s) e anexo(s).

1. Educação Infantil (Recife, PE). 2. Inclusão escolar (Recife, PE). 3. Creches (Recife, PE). 4. Professores de educação infantil (Recife, PE) 5. Educação inclusiva (Recife, PE). I. Amorim, Maria do Rosário de Fátima Brandão de, orient. II. Título

CDD 370

FOLHA DE APROVAÇÃO

VITÓRIA ALVES DO CARMO

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS EM UMA CRECHE DE UM MUNICÍPIO DA
ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO, NA PERSPECTIVA DA
EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Data da Defesa: 28/02/2025

Horário: 10:00 horas

Local: Sala 10B

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr/a. Maria do Rosário de Fátima Brandão de Amorim - Orientador/a

Prof.^a Dr/a. Maria Jaqueline Paes de Carvalho - Examinador/a Interno/a

Prof.^a Dr/a. Fabiana Wanderley de Souza Moreira - Examinador/a Externo/a

Resultado: (x) Aprovado/a

() Reprovado/a

AGRADECIMENTOS

Sou grata a Deus por ter me ajudado durante todo o processo dessa pesquisa e pela alegria de poder concluí-lo. Desejo também externar minha gratidão à minha orientadora, Fátima Brandão, que tive o privilégio de conhecer logo nos primeiros períodos do curso e com quem construí um vínculo de amizade.

Agradecer com palavras o quanto sou grata a ela é impossível; as lágrimas logo me vêm aos olhos. Obrigada pela sua dedicação, paciência, compreensão e orientações; simplesmente, sem a senhora, eu não conseguiria. Seus conhecimentos e olhar atento foram imprescindíveis.

Quero expressar minha gratidão ao meu esposo, Bruno Luiz, pela sua compreensão e apoio incondicional durante todo o processo de construção deste trabalho, bem como ao longo de toda a minha graduação. Suas palavras de motivação foram fundamentais para me lembrar da minha capacidade e potencial. Agradeço também pelo amor e carinho que sempre me proporcionou.

Estendo meus agradecimentos aos meus pais, que sempre estiveram ao meu lado, oferecendo apoio e incentivo. Também quero homenagear meus avós, José Luiz e Maria Celestina, que foram uma fonte de inspiração e motivação para minha vida. Embora eles não estejam mais aqui para compartilhar desse momento, sei que ficariam extremamente orgulhosos e felizes por verem que alcancei meus objetivos.

Não posso deixar de agradecer às minhas amigas Giovanna e Jullyana, que estiveram comigo durante todo o curso, tornando tudo mais leve e feliz. Muito obrigada, meninas! Foi um prazer conhecer e compartilhar esses anos com vocês, sou grata pela nossa amizade.

E também aos meus professores, que contribuíram com seus conhecimentos para minha formação profissional, me fazendo ainda mais amar a Educação e acreditar que ela é o caminho para transformar as pessoas e, assim, elas transformarem o mundo em um lugar melhor, como nos ensinou Paulo Freire.

RESUMO

A Educação Infantil no Brasil tem uma trajetória marcada por desafios históricos e conceituais. Inicialmente, essa etapa tinha um caráter assistencialista e demorou a ser reconhecida como parte do processo educacional formal. No que diz respeito às crianças com deficiências elas eram frequentemente excluídas do sistema educacional devido a estigmas e preconceitos. Porém, com o avanço das políticas públicas e mudanças nas concepções de infância, a inclusão passou a ser vista como um direito, e a educação infantil se tornou um campo importante para promover a igualdade de oportunidades. Este estudo focou na inclusão de crianças em uma creche da Zona da Mata de Pernambuco, uma região caracterizada por grande diversidade cultural e social. O problema da pesquisa foi compreender como a inclusão numa Creche, é compreendida, a partir da perspectiva dos servidores e dos docentes, a justificativa para a pesquisa está na importância da educação infantil para o desenvolvimento humano e na necessidade de garantir acesso à educação para todas as crianças. O objetivo geral foi compreender a concepção de inclusão na Educação Infantil a partir da perspectiva dos educadores de uma creche na Zona da Mata Norte de Pernambuco. Já os objetivos específicos incluem explorar as concepções dos educadores sobre criança e inclusão, e identificar os desafios enfrentados na promoção da inclusão. Os resultados apontaram que a infância é um período de experiências diversificadas que contribui para o desenvolvimento integral dos indivíduos; Que a inclusão na educação é um conceito complexo que envolve a valorização da diversidade e a promoção da igualdade e sua implementação nos ambientes educacionais; Que a formação dos educadores é fundamental, sendo necessário uma formação continuada e aprofundada para a promoção da inclusão, como também a criação de ambiente inclusivos, que são considerados essenciais para a promoção da inclusão.

Palavras-chave: Educação Infantil, Inclusão, Creche, Educadores.

ABSTRACT

Early childhood education in Brazil has a trajectory marked by historical and conceptual challenges. Initially, this stage had a welfare-based nature and took a long time to be recognized as part of the formal educational process. Children with disabilities were often excluded from the educational system due to stigma and prejudice. However, with the advancement of public policies and changes in the conceptions of childhood, inclusion began to be seen as a right, and early childhood education became an important field for promoting equal opportunities. This study focused on the inclusion of children in a daycare center in the Zona da Mata region of Pernambuco, a region characterized by great cultural and social diversity. The research problem was to understand how inclusion in a daycare center is understood from the perspective of staff and teachers. The justification for the research is the importance of early childhood education for human development and the need to guarantee access to education for all children. The general objective was to understand the concept of inclusion in early childhood education from the perspective of educators at a daycare center in the Zona da Mata Norte region of Pernambuco. The specific objectives include exploring educators' conceptions about children and inclusion, and identifying the challenges faced in promoting inclusion. The results indicated that childhood is a period of diverse experiences that contribute to the integral development of individuals; that inclusion in education is a complex concept that involves valuing diversity and promoting equality and its implementation in educational environments; that the training of educators is fundamental, requiring continued and in-depth training to promote inclusion, as well as the creation of inclusive environments, which are considered essential for promoting inclusion.

Keywords: Early Childhood Education, Inclusion, Daycare, Educators.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Parque Externo

Figura 2- Parque Interno

Figura 3- Cantina

Figura 4- Espaço Externo

Figura 5- Sala de Aula

Figura 6- Banheiro

Figura 7- Fachada da Instituição

Figura 8- Nuvem de palavras Infância/Criança

Figura 9- Nuvem de palavras Inclusão

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1- Formação dos Docentes

Gráfico 2- Tempo de Atuação na Creche

Gráfico 3- Grupo/Turma de atuação

Gráfico 4- Crenças e Concepções sobre Inclusão

Gráfico 5- Atitude em Relação à Inclusão

Gráfico 7- Desafios e Barreiras

Gráfico 8- Ambiente Acolhedor e Incluso

Gráfico 9- Ambiente físico

Gráfico 10- Comentários Finais

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Divisão de grupos/turmas e de alunos

Quadro 2- Distribuição das palavras sobre Infância/Criança

Quadro 3- Distribuição das palavras sobre Inclusão

LISTA DE ABREVIATURAS/SIGLAS

LDBEN- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica Nacional

RCNEI- Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescentes

LBI- Lei Brasileira de Inclusão

CAAE- Certificado de Apresentação para Apreciação Ética

CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I- EXPLORANDO A LITERATURA SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL E INCLUSIVA.....	19
1. O Percorso Histórico da Educação Infantil.....	20
1.1 Percorso Histórico da Educação Infantil: Antiguidade e Idade Média.....	20
1.2 Percorso Histórico da Educação Infantil: Renascimento e Iluminismo.....	21
1.3 Percorso Histórico da Educação Infantil: Século XIX e a Institucionalização da Educação Infantil.....	22
1.4 Percorso Histórico da Educação Infantil: Século XX e a Consolidação da Educação Infantil.....	23
1.6 Percorso Histórico da Educação Infantil: Século XXI - Novos Desafios e Perspectivas.....	26
2. Educação Inclusiva na Infância.....	28
3. A Educação Inclusiva no Brasil.....	29
4. Formação Inicial e Continuada dos Pedagogos.....	32
CAPÍTULO II- O PERCURSO METODOLÓGICO.....	35
1. Natureza da Pesquisa.....	35
3. Participantes da Pesquisa.....	41
4. Meios e Instrumentos de Coletas de Dados.....	42
5. Procedimentos para Coleta de dados.....	42
6. Riscos e Benefícios.....	43
7. Critério de Inclusão e Exclusão.....	44
8. Recrutamento dos Participantes.....	44
9. Técnica de Análise dos Dados.....	44
CAPÍTULO III- RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS.....	44
CONCLUSÃO.....	110
REFERÊNCIAS	
APÊNDICE	

ANEXOS

INTRODUÇÃO

Primeiramente afirma-se aqui que no Brasil, a Educação está salvaguardada na nossa Lei Magna de 1988, sendo um dever do estado e da família a garantia dela para todos, sem distinção de raça, etnia, cultura ou religião.

No país, o sistema educacional é dividido em duas etapas: A primeira, denominada de Educação Básica tendo como base a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº9394, de 1996, sendo estruturada por etapas e modalidades de ensino¹ e a segunda etapa é denominada como Ensino Superior.

No que diz respeito à primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil traz em si uma sub divisão: a Creche (0 a 3 anos) e a Pré Escola (4 a 5 anos), que tem como objetivo o desenvolvimento integral das crianças em seus aspectos bio-psico-intelectual e físico, conforme prevê o artigo 3º. da Resolução n.5 de 17 de dezembro de 2009, que fixou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil . Ressalta-se ainda, na referida resolução acima mencionada que:

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social.

A segunda etapa da educação Básica é o Ensino Fundamental com matrícula obrigatória, com duração de nove anos para as crianças a partir dos 06 anos de idade. Ela é composta por duas fases, que trazem características próprias: Anos iniciais, com cinco anos de duração, em regra para estudantes de 06 a 10 anos de idade; e anos finais, com quatro anos de duração, para os de 11 a 14 anos.

Nessa etapa, o processo educativo evolui de modo gradual, levando às crianças a desenvolverem a leitura, a escrita e o cálculo - , e a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da economia, da tecnologia, das artes, da cultura e dos valores em que se fundamenta a sociedade, entre outros.

Vale ressaltar sobre a importância do modo colaborativo que os sistemas estaduais e municipais devem estabelecer entre a transição da primeira fase do Ensino Fundamental

¹ As modalidades são: Educação Escolar Indígena, Educação Especial, Educação do Campo, Educação Escolar Quilombola, Educação de Jovens e Adultos e Idosos - EJA e Educação Profissional.

(ofertada pelos municípios) e a segunda fase (ofertada pelo estado), buscando garantir a organicidade e a totalidade do processo formativo escolar.

Após a conclusão dessas fases do ensino fundamental, o estudante após aprofundar os conhecimentos pode se profissionalizar e ser lançado ao mercado de trabalho, ou se preparar para ingressar na segunda etapa que é formada pelo Ensino Superior.

Após descrever o cenário do sistema educacional brasileiro, cabe aqui esclarecer que é na Educação Infantil, o lócus desta investigação.

Para que o leitor possa compreender melhor o lugar dessa pesquisa, vale ressaltar que essa primeira etapa surgiu no Brasil com uma característica assistencialista, com uma forte influência da pedagogia de Froebel², que foi o criador do termo Jardim da Infância.

Ora, faz-se aqui necessário introduzir um pequeno parágrafo, para demarcar que uma concepção assistencialista de infância implica em tratar a criança apenas como um objeto de assistência, cuidado e proteção, sem considerar sua autonomia e seus direitos. Nesse modelo, a educação infantil seria encarada mais como um serviço de assistência social, voltado para o atendimento das necessidades básicas das crianças, como alimentação, saúde e cuidados de higiene, sem uma visão pedagógica de desenvolvimento integral³.(Brasil, 1994)

Voltando ao termo Jardim de Infância, a sua primeira inauguração foi na cidade de Castro/Paraná em 1862 pela professora Emília Erichsen, utilizando a metodologia Froebel que havia conhecido durante o período em que viveu na Europa.

É importante destacar que apesar do marco do Jardim de Infância, que foi, sem dúvida, um divisor de águas, a concepção de criança não era muito clara, em especial pela não visão quanto à importância dessa fase evolutiva.

Outro aspecto relevante é que demorou muito para que houvesse políticas públicas brasileiras voltadas para essa faixa etária⁴. Portanto, a educação oferecida às crianças, não tinha um caráter formal.

No século XIX, iniciou-se um movimento voltado para as crianças, mas, este era apenas um pretexto; o que, de fato existia era uma luta pela proteção e assistência das crianças em situações de vulnerabilidade social. mas era só pano de fundo, o que de fato o movimento

² Este termo foi criado pelo alemão Friedrich Froebel (1782 - 1852), primeiro educador a se preocupar com a educação de crianças, denominado *Kindergarten*, que traduzido para o nosso idioma foi denominado Jardim de Infância.

³ Na contramão da concepção assistencialista a Política Nacional da Educação infantil não admite uma concepção assistencialista, pois ela reafirma que a educação infantil deve ser inclusiva, democrática e com foco no protagonismo das crianças, visando a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Essa é a visão defendida neste trabalho.

⁴ Hoje contamos com o Estatuto da Criança e do Adolescente | Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e a Política Nacional da Educação Infantil, 1994.

trazia eram os desvalidos infantis⁵.

Foi no século XX, na década de 80, que foi iniciada a abertura política, provocando uma efervescência social no cenário nacional, e a educação da criança passou a ser a exigida, requerida, como um dos compromissos legais pelo Estado brasileiro. Assim, em 1988, a nova Carta Magna passou a certificar e legalizar a educação infantil em creches e pré-escola. Portanto, assumindo o compromisso de uma Política Pública para a faixa etária de 0 a 5 anos.

É claro que nesta introdução não cabe aqui alocar a trajetória histórica da educação infantil, pois ela é longa, e traz vários cenários desafiadores, acerca das várias maneiras da concepção da infância, que farão parte de capítulos *a posteriori*. Porém, nessa seara, três aspectos devem ser ressaltados: a importância do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 (ECA-1990), da Lei de Diretrizes e Bases - da Educação Nacional LDBEN nº 9394/1996, da criação do Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, em 1998 (RCNEI-1998), que influenciaram de modo significativo, quanto ao atendimento prestado à Educação Infantil. Tais documentos formais influenciaram de modo intrínseco, quanto à organização curricular das instituições e os direitos das crianças.

Ora, se a história da educação infantil teve seus percalços, a infância da pessoa com deficiência não foi diferente, muito pelo contrário, talvez, os desafios tenham sido maiores, pois se a criança era invisibilizada, não educável, imaginava-se a marca da doença prevalecendo nessa trajetória! Por este motivo, a criança com deficiência ficou alijada do processo educacional. Portanto, a história dessas crianças foram marcadas por estereótipos, e por décadas, foram consideradas, na história da humanidade, como amaldiçoadas. Por este motivo, o castigo divino justificava o porquê dessas crianças nascerem com deficiência. Portanto, elas eram excluídas da sociedade e nenhum direito lhes cabia e a educação era uma delas.

Frente ao exposto, pode-se afirmar que, a **exclusão** das pessoas com deficiência foi um fenômeno social que ocorreu quando essas pessoas foram marginalizadas e impedidas de participar ativamente na sociedade, seja no âmbito educacional, laboral, cultural ou político. Historicamente, as pessoas com deficiência foram afastadas de muitas áreas da vida social e eram frequentemente tratadas com estigma. Essa exclusão social reflete atitudes discriminatórias, a falta de acessibilidade e a ausência de políticas públicas efetivas de apoio e integração (Mantoan, 2003; 2006; Santos, 2011).

⁵ O foco não era a criança, mas naquilo que era denominado como menor abandonado e delinquente. (KUHLMANN JR., 2002), demonstra uma imagem da criança pobre como delinquente e perigosa em potencial, pois, pois as crianças viviam mal alimentadas, em lares nos quais o alcoolismo era uma constante e conviviam com pais que, muitas vezes não trabalhavam.

Com o tempo, o conceito de **integração** ganhou destaque, buscando inserir as pessoas com deficiência em ambientes como escolas e empregos, mas de forma separada, sem que houvesse adaptações significativas para garantir a participação efetiva e o respeito às diferenças. A **integração** busca inserir o indivíduo em espaços comuns, mas não necessariamente envolve mudanças estruturais para garantir sua plena participação (Santos, 2011).

Já a **inclusão**, por outro lado, representa uma abordagem mais ampla e transformadora. Trata-se de um movimento que vai além da simples presença física das pessoas com deficiência nos espaços sociais. A inclusão busca a adaptação de ambientes, métodos de ensino e práticas sociais para garantir que todos, independentemente de suas limitações, possam ter acesso igualitário aos direitos e oportunidades (Mantoan, 2006). A educação inclusiva, por exemplo, propõe que as escolas sejam transformadas para atender à diversidade de necessidades, sem segregação, permitindo que os alunos com deficiência aprendam ao lado de seus colegas sem deficiência.

Nesse sentido, a **inclusão** se baseia na ideia de que todos têm o direito de participar plenamente da sociedade e de ter suas diferenças respeitadas, promovendo uma convivência mais justa e equitativa. A implementação dessa abordagem requer mudanças significativas não apenas nas práticas pedagógicas, mas também nas políticas públicas e nas atitudes da sociedade como um todo (Fornazzari, 2010).

Portanto, enquanto a **exclusão** se caracteriza pela marginalização, e a **integração** pela adaptação de alguns elementos para permitir a presença de pessoas com deficiência, a **inclusão** é a verdadeira transformação de todos os aspectos sociais para garantir igualdade de oportunidades e respeito à diversidade.

Diante disso, a inclusão de crianças em creches é na atualidade um tema central nas discussões sobre educação, especialmente quando se considera a educação inclusiva como uma abordagem que fundamenta uma concepção de ensino voltada para a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas, sejam elas acadêmicas, comportamentais ou emocionais.

Na Zona da Mata de Pernambuco, esse princípio se torna ainda mais relevante, uma vez que a região abriga uma diversidade rica em contextos culturais e sociais, desafiando as instituições educacionais a acolher e atender a todos os alunos de maneira equitativa.

A educação inclusiva não se limita à simples presença física de crianças com diferentes necessidades nas creches; ela envolve a criação de ambientes de aprendizado que respeitem e promovam a singularidade de cada indivíduo. Esse conceito abrange a adaptação de práticas

pedagógicas, o desenvolvimento de estratégias que atendam às especificidades de cada criança e a formação contínua de educadores, capacitando-os a lidar com a diversidade de forma eficaz e sensível.

Além disso, a inclusão é uma prática que vai além da sala de aula, envolvendo a participação ativa das famílias e da comunidade no processo educativo. Para que a inclusão ocorra de maneira efetiva, é fundamental analisar as crenças e atitudes dos educadores em relação à diversidade.

As atitudes dos educadores em relação à inclusão desempenham um papel crucial. Atitudes positivas, que refletem empatia e abertura para a diversidade, são essenciais para a construção de um ambiente inclusivo. Entretanto, muitos educadores enfrentam preconceitos e estigmas, que podem limitar suas ações e impactar negativamente a inclusão.

Um outro aspecto a ressaltar trata da formação continuada e do apoio institucional que são fundamentais para ajudar os educadores a superar essas barreiras e desenvolver uma postura inclusiva. As práticas adotadas pelos educadores são a expressão concreta de suas crenças e atitudes. A implementação de metodologias diferenciadas, como o ensino colaborativo e a adaptação de currículos, é vital para atender às necessidades diversas das crianças.

Pesquisas, enfatizam sobre a importância de práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem a diversidade, promovendo um aprendizado significativo para todos. Contudo, a falta de recursos adequados, como materiais didáticos adaptados e espaços físicos apropriados, pode dificultar a implementação dessas práticas.

Entretanto, a promoção da inclusão em creches enfrenta desafios significativos. A resistência à mudança, a falta de formação específica e a ausência de uma cultura inclusiva nas instituições são barreiras comuns. Além disso, a sensibilização da comunidade é fundamental, pois é necessário que pais, responsáveis e membros da comunidade compreendam a importância da inclusão e se tornem aliados nesse processo.

Para além de tais evidências a colaboração entre famílias e escolas é uma estratégia poderosa, pois envolve a troca de informações, experiências e expectativas, contribuindo para a construção de um ambiente educacional mais acolhedor e eficaz.

Neste contexto, este estudo tem como objetivo investigar como a inclusão de crianças em uma creche da Zona da Mata de Pernambuco é realizada na prática. Buscar-se-á compreender as crenças, atitudes e práticas dos educadores, além dos desafios enfrentados na promoção da inclusão.

Ao explorar essas questões, pretendemos destacar a importância da educação inclusiva como um direito fundamental, essencial para a construção de uma sociedade mais justa e

equitativa, onde todas as crianças tenham a oportunidade de desenvolver seu potencial em um ambiente acolhedor e respeitoso.

A pesquisa também contribuirá para o fortalecimento de práticas educativas que valorizem a diversidade e promovam a inclusão, ao identificar boas práticas e desafios enfrentados na creche em questão, será possível sugerir recomendações que possam ser aplicadas em outras instituições, ampliando o alcance da educação inclusiva na região.

Em última análise, este trabalho busca fomentar uma reflexão crítica sobre a importância da inclusão desde a primeira infância, reconhecendo que um ambiente educativo inclusivo não apenas beneficia as crianças atípicas, mas enriquece a experiência de aprendizado de todos os alunos, formando cidadãos mais empáticos e conscientes das diferenças que nos tornam humanos.

Por fim, a pesquisa se insere em um contexto maior de busca por justiça social e igualdade de direitos, evidenciando que a inclusão de crianças em creches é um passo fundamental para a construção de uma sociedade mais solidária e respeitosa.

A educação inclusiva não é apenas uma prática pedagógica, mas uma filosofia que deve permear todas as ações educativas, promovendo um futuro onde todos possam se sentir valorizados e integrados. Com esse crescente número de crianças que estão usufruindo seus direitos e adentrando no espaço educacional, este trabalho problematiza as seguintes indagações: Qual a concepção de criança dos educadores na educação Infantil? Qual a concepção de inclusão dos educadores na educação Infantil?

Quais as atitudes ou comportamentos que os educadores possuem sobre a inclusão na primeira infância, em uma creche da rede municipal da região da Zona Mata Norte de Pernambuco? Esses questionamentos deram origem ao seguinte problema de pesquisa: Como a inclusão numa Creche, é compreendida, a partir da perspectiva dos servidores e dos docentes?

Essa pesquisa justifica-se pela relevância que a infância ocupa no cenário atual dentro da educação infantil, especialmente por ser esta a base do desenvolvimento humano em seus diversos níveis: cognitivo, social, psicológico e cultural, independente de sua etnia, raça, religião e deficiência.

Talvez, o leitor possa estar curioso quanto à escolha de uma temática tão desafiadora. Então, para melhor explicitar esta preferência, ela surgiu a partir da experiência da pesquisadora/estudante, ter vivenciado um estágio não obrigatório, em uma instituição pública educacional em um município, na área de educação infantil, exatamente numa

Creche, quando pela primeira vez laudos de deficiências eram trazidos à baila, fato que chamou a minha atenção, pois a vivência que tivera até o momento estavam alocados nos anos iniciais e finais.

Dessa maneira, o desejo de aprofundar este assunto foi despertado, buscando conhecê-lo de modo mais aprofundado, por se tratar de crianças tão pequenas. É importante ressaltar ainda que, para além desse estágio não obrigatório, obtive ao longo da minha formação inicial lidar com as diversas diferenças em sala de aula, por entender que o ambiente educacional é um lugar de luta por conquista de direitos, bem como a garantia de educação para todos, sendo importante o acolhimento dessas crianças atípica no ambiente educacional.

Para a realização deste trabalho, definimos os seguintes objetivos Gerais e Específicos:

Objetivo Geral: Compreender a concepção da inclusão das crianças na primeira infância, a partir da perspectiva dos educadores, em uma creche da rede municipal na Zona da Mata Norte de Pernambuco.

Objetivos Específicos: a) Conhecer sobre a concepção de Criança/Infância que os participantes da pesquisa possuem b) Conhecer sobre a concepção de Inclusão dos participantes da pesquisa c) Explorar as crenças, as atitudes, as práticas, os desafios dos educadores em relação à promoção da inclusão de crianças em idade creche/pré-escola.

A presente pesquisa está dividida em três capítulos. No primeiro, explorando a literatura sobre a educação infantil e inclusiva. Trazendo à baila os seguintes temas: 1. o percurso histórico da educação infantil, 2. a educação inclusiva na infância, 3. a educação inclusiva no Brasil e 4. a formação inicial e continuada dos pedagogos.

O segundo capítulo foi destinado ao percurso metodológico, que tratou sobre a natureza da pesquisa, sujeitos participantes, meios e instrumentos para coleta de dados, procedimentos utilizados, riscos e benefícios, critério de inclusão e exclusão, o recrutamento dos participantes e finalmente a técnica de análise de dados.

E finalmente, e não menos importante, o terceiro capítulo tratou da análise dos dados coletados. Para finalizar, esta pesquisa foi submetida pela Plataforma Brasil, e aprovada pelo CEP/UFRPE, pelo **CAAE: 79169724.30000.9547**.

CAPÍTULO I- EXPLORANDO A LITERATURA SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL E INCLUSIVA

A educação infantil é um segmento vital no processo de formação das crianças, sendo um período que abrange desde o nascimento até os cinco anos de idade. Durante essas primeiras fases de vida, as crianças não apenas adquirem habilidades cognitivas, mas também desenvolvem aspectos emocionais, sociais e físicos. A relevância desse estágio educacional é amplamente reconhecida, e a literatura contemporânea enfatiza a necessidade de abordagens que respeitem a diversidade e promovam a inclusão.

O conceito de educação inclusiva vem ganhando destaque, refletindo uma mudança de paradigma que visa garantir que todas as crianças, independentemente de suas características ou necessidades, tenham acesso a uma educação de qualidade. Este movimento é apoiado por uma base teórica sólida, que abrange desde filósofos clássicos até educadores contemporâneos, e propõe que a inclusão não é apenas uma prática pedagógica, mas um direito fundamental de todas as crianças. Assim, a interseção entre educação infantil e inclusão se torna um tema de grande relevância e urgência nos debates educacionais atuais.

Este capítulo tem como objetivo explorar de forma abrangente a literatura sobre a educação infantil e inclusiva, analisando suas origens, desenvolvimentos e implicações práticas. Para isso, começaremos com um **percurso histórico da educação infantil**, que nos permitirá compreender como as percepções sobre a infância e a aprendizagem evoluíram ao longo dos séculos. Este histórico é fundamental para situar as práticas atuais e as teorias que sustentam a educação infantil.

Na sequência, abordaremos a **educação inclusiva na infância**, destacando suas definições e a importância de criar ambientes de aprendizagem que acolham a diversidade. Essa seção discutirá práticas pedagógicas que têm se mostrado eficazes na promoção da inclusão, além de refletir sobre os benefícios para todas as crianças envolvidas nesse processo.

Em seguida, focaremos na **educação inclusiva no Brasil**, examinando o contexto histórico e as políticas públicas que sustentam a inclusão nas instituições de educação infantil. Serão analisados os desafios enfrentados por educadores e instituições na implementação de práticas inclusivas, bem como as oportunidades que surgem a partir desse compromisso com a equidade educacional.

Por fim, discutiremos a **formação inicial e continuada dos pedagogos**, uma dimensão crucial para o sucesso da educação inclusiva. A capacitação dos educadores é essencial para que possam atender às necessidades de todas as crianças, promovendo práticas

que respeitem e valorizem a diversidade. Neste ponto, exploraremos as competências necessárias para a formação de professores que atuem em contextos inclusivos e as abordagens de formação que têm se mostrado eficazes.

Assim, este capítulo não apenas busca fornecer uma visão crítica e abrangente sobre a educação infantil e inclusiva, mas também pretende suscitar reflexões que contribuam para o avanço das práticas educacionais e a promoção de um ambiente escolar mais justo e acessível a todas as crianças. Através da análise da literatura e das experiências práticas, esperamos elucidar a importância de uma educação que reconhece e valoriza a diversidade, fundamental para a construção de uma sociedade mais inclusiva.

1. O PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

1.1 Percurso Histórico da Educação Infantil: Antiguidade e Idade Média

O percurso histórico da educação infantil revela uma evolução significativa, marcada por mudanças nas concepções de crianças e aprendizado ao longo dos séculos. Na Antiguidade, a educação das crianças era predominantemente informal, fortemente ligada ao contexto familiar e às tradições culturais. As famílias desempenhavam um papel central na transmissão de conhecimentos e habilidades, com foco no desenvolvimento prático e cívico. Na Grécia antiga, por exemplo, a educação primária visava preparar os jovens para a vida em sociedade, enfatizando habilidades como a oratória, a música e a atividade física, conforme destacado por autores como Paul N. Siegel (2000,p.45), que observa que "a educação tinha como objetivo formar cidadãos ativos e competentes, capazes de participar da vida pública."

Durante a Idade Média, o cenário educacional passou por transformações significativas. A educação tornou-se predominantemente religiosa, sendo ministrada por instituições eclesiais que controlavam o acesso ao saber. O ensino era, em grande parte, reservado à elite, com a Igreja Católica desempenhando um papel central na formação dos educadores e na definição do currículo. As crianças de classes mais baixas, muitas vezes, eram excluídas desse processo educativo, permanecendo à margem de oportunidades de aprendizado formal. Essa exclusão refletia as desigualdades sociais da época, como aponta o historiador Ivan Illich (1971,p.18), que argumenta que "a educação institucionalizada servia principalmente para perpetuar a hierarquia social, garantindo que o conhecimento e o poder estivessem nas mãos de poucos."

Nesse período, a educação infantil era vista com desdém, sendo muitas vezes considerada uma extensão da educação doméstica, sem a devida valorização do aprendizado

formal. A falta de uma abordagem sistemática para a educação das crianças nas classes mais baixas resultou em um ciclo de exclusão e marginalização que perdurou por séculos.

Em suma, a educação infantil na Antiguidade e na Idade Média estava profundamente entrelaçada com as estruturas sociais e culturais da época. A transição de uma educação familiar e informal para um sistema educacional controlado pela Igreja e acessível apenas a uma elite destaca a necessidade de repensar o valor da educação para todas as crianças, independentemente de sua origem social. Essa reflexão sobre o passado é essencial para compreendermos os desafios e avanços que a educação infantil enfrenta nos dias de hoje.

1.2 Percurso Histórico da Educação Infantil: Renascimento e Iluminismo

O Renascimento, que se estendeu do século XIV ao XVII, trouxe consigo uma nova valorização do ser humano e da educação, resultando em um crescente interesse pelo desenvolvimento infantil. Esse período marcou uma transição significativa em relação às concepções anteriores de infância, enfatizando a importância dessa fase para a formação do indivíduo. Filósofos e pensadores começaram a explorar as necessidades e características únicas das crianças, contribuindo para uma compreensão mais profunda de seu papel no contexto educacional.

Um dos principais teóricos desse período foi **John Locke**, que, em sua obra *Some Thoughts Concerning Education* (1693), argumentou que a infância é uma fase crucial para a formação do caráter e das habilidades. Locke via as crianças como "tábulas rasas", ele defendia uma educação que desenvolvesse a razão e o senso moral, propondo métodos que estimulassem a curiosidade e o aprendizado ativo. Essa abordagem representou uma mudança em relação ao tratamento anterior das crianças, que eram frequentemente vistas como mini-adultos.

Outro filósofo que teve um impacto profundo na educação infantil foi **Jean-Jacques Rousseau**, cuja obra *Emílio, ou Da Educação* (1762) trouxe uma perspectiva inovadora sobre a educação e a infância. Rousseau destacou a importância de respeitar as etapas de desenvolvimento da criança, argumentando que a educação deve ser adaptada às necessidades e interesses naturais dos jovens. Ele enfatizava que "a educação deve começar com a criança e não com a sociedade", sugerindo que a infância é uma fase valiosa que deve ser valorizada e compreendida em seu próprio contexto (Rousseau, 1762).

Rousseau acreditava que o aprendizado deveria ser um processo natural e espontâneo, que respeitasse a curiosidade inata das crianças e proporcionasse um ambiente propício para a exploração e a descoberta. Essa visão desafiou as práticas educacionais da época, que frequentemente eram rígidas e baseadas na memorização e na obediência. O pensador propôs que as experiências práticas, o contato com a natureza e o desenvolvimento emocional fossem aspectos fundamentais da educação, enfatizando que "tudo é bom quando sai das mãos do Criador, mas tudo degenerou nas mãos do homem" (Rousseau, 1762).

Assim, o Renascimento e o Iluminismo contribuíram para a formação de um novo paradigma educacional, no qual a infância começou a ser reconhecida como uma fase essencial para o desenvolvimento humano. As ideias de Locke e Rousseau influenciaram não apenas as teorias educacionais subsequentes, mas também a forma como a sociedade passou a compreender e valorizar as crianças, estabelecendo as bases para práticas educacionais mais respeitadas e inclusivas.

1.3 Percurso Histórico da Educação Infantil: Século XIX e a Institucionalização da Educação Infantil

O século XIX marcou um ponto de inflexão significativo na história da educação infantil, com a transição de práticas educativas informais para a criação de instituições dedicadas ao ensino das crianças pequenas. Nesse contexto, o educador alemão **Friedrich Fröbel** foi uma figura central, tendo fundado a primeira instituição de educação infantil moderna ao criar o conceito de "jardim de infância" (Kindergarten) em 1837. Fröbel compreendia a infância como uma fase crucial para o desenvolvimento humano e acreditava que as crianças aprendiam melhor por meio do brincar, uma abordagem que revolucionou a maneira como a educação infantil era percebida.

Fröbel defendia que o brincar não é apenas uma atividade recreativa, mas sim uma forma essencial de aprendizado. Ele introduziu materiais didáticos, como os famosos "dons" (gifts), que consistiam em brinquedos projetados para estimular a criatividade e a imaginação das crianças. Segundo Fröbel, "o brincar é a forma mais pura de atividade da criança, onde ela se expressa e explora o mundo ao seu redor" (Fröbel, 1826). Essa ideia de que o aprendizado se dá através do jogo e da exploração ativa influenciou profundamente a educação infantil, estabelecendo um paradigma que ainda é relevante nos dias atuais.

À medida que as ideias de Fröbel se espalharam, no final do século XIX, o movimento de educação infantil começou a ganhar força na Europa e na América do Norte. A criação de

escolas para crianças pequenas se tornou uma prioridade, e diversas instituições começaram a adotar o modelo do jardim de infância. Essa expansão foi acompanhada por um crescente reconhecimento da importância da educação na primeira infância, com várias campanhas promovendo a inclusão de crianças em idade pré-escolar em ambientes educativos estruturados.

A influência de Fröbel e do movimento do jardim de infância não se limitou apenas ao conteúdo pedagógico, mas também à formação de educadores. A necessidade de profissionais capacitados para trabalhar com crianças pequenas levou à criação de programas de formação específicos, enfatizando a importância do brincar como método de ensino. Além disso, essa era também testemunhou um aumento na consciência social sobre os direitos das crianças, refletindo uma mudança de paradigma que reconhecia a infância como um período valioso de desenvolvimento.

Em resumo, o século XIX foi um marco na institucionalização da educação infantil, com a introdução do conceito de jardim de infância por Friedrich Fröbel. Sua ênfase no brincar como forma de aprendizado estabeleceu as bases para práticas educacionais que valorizam a criatividade e a exploração, influenciando gerações de educadores e moldando a forma como entendemos a educação infantil até os dias de hoje.

1.4 Percurso Histórico da Educação Infantil: Século XX e a Consolidação da Educação Infantil

O século XX foi um período crucial para a educação infantil, marcando sua consolidação e expansão em diversas partes do mundo. Ao longo desse período, a educação infantil começou a ser reconhecida como uma fase essencial do processo educativo, fundamental para o desenvolvimento integral das crianças. Nesse contexto, educadores inovadores como **Maria Montessori** desempenharam um papel fundamental ao introduzir métodos pedagógicos que valorizavam a autonomia e a individualidade dos pequenos.

Maria Montessori desenvolveu um método que se baseava na observação e no respeito às necessidades naturais das crianças. Em seu trabalho, ela enfatizava a importância de ambientes preparados, onde as crianças pudessem explorar, experimentar e aprender de maneira independente. A frase "ajude-me a fazer sozinha" encapsula a filosofia montessoriana, que busca promover a autonomia da criança e a capacidade de aprender através da prática. Montessori acreditava que as crianças são ativas construtoras de seu próprio conhecimento e, portanto, o papel do educador deve ser o de facilitar essa descoberta, proporcionando um ambiente rico em estímulos e oportunidades de aprendizado.

Após a Segunda Guerra Mundial, a educação infantil começou a ser institucionalizada de forma mais ampla em muitos países, refletindo uma crescente consciência sobre a importância do desenvolvimento na primeira infância. O movimento de educação infantil ganhou força, e políticas públicas começaram a ser implementadas para garantir o acesso de todas as crianças a uma educação de qualidade. Nesse contexto, abordagens pedagógicas que respeitavam a individualidade e as necessidades específicas das crianças se tornaram cada vez mais comuns.

A Declaração dos Direitos da Criança, aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 1959, também contribuiu para o reconhecimento da educação infantil como um direito fundamental. Essa declaração enfatizou a necessidade de proporcionar educação e cuidados adequados para todas as crianças, independentemente de sua origem social ou econômica, destacando a importância da educação infantil no desenvolvimento humano.

Além disso, a influência de teorias psicológicas, como as de **Jean Piaget** e **Lev Vygotsky**, ajudou a moldar práticas educativas que consideravam o desenvolvimento cognitivo e social das crianças. Essas teorias enfatizavam a aprendizagem como um processo ativo e social, reforçando a necessidade de ambientes que promovam a interação e a colaboração entre os alunos.

Em síntese, o século XX foi um marco na consolidação e expansão da educação infantil, com a introdução de métodos inovadores e a institucionalização de práticas que reconheciam a importância dessa fase na formação integral da criança. O trabalho de educadores como Maria Montessori, aliado ao contexto social e político da época, contribuiu para o reconhecimento da educação infantil como um componente essencial do sistema educacional, promovendo o desenvolvimento de abordagens que respeitam e valorizam a individualidade das crianças.

1.5 Percurso Histórico da Educação Infantil: Anos 1980 e 1990 - Inclusão e Diversidade

As décadas de 1980 e 1990 marcaram um período de transformação significativa na educação infantil, com um foco crescente na inclusão e na diversidade. Esse momento histórico foi impulsionado por uma mudança de perspectiva que reconheceu a importância de atender às necessidades de todas as crianças, independentemente de suas diferenças, incluindo aquelas com deficiências, de diversas origens culturais e socioeconômicas. A inclusão começou a ser vista não apenas como uma questão de justiça social, mas como uma

abordagem fundamental para o desenvolvimento de práticas educativas mais equitativas e efetivas.

Durante os anos 1980, vários movimentos sociais e educacionais começaram a exigir uma educação que valorizasse a diversidade e promovesse a igualdade de oportunidades para todas as crianças. Esse foco na inclusão foi amplificado por discussões sobre os direitos da criança, culminando em um reconhecimento global da importância de uma educação acessível e de qualidade desde a primeira infância.

Um marco importante nesse processo foi a **Declaração de Salamanca**, adotada em 1994 durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada em Salamanca, na Espanha. Este documento enfatizou que "cada criança tem um direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de alcançar e manter níveis adequados de aprendizado" (UNESCO, 1994). A declaração não apenas reafirmou a importância da educação inclusiva, mas também propôs que as escolas se adaptassem para atender à diversidade de necessidades educacionais, promovendo ambientes que acolhesse todas as crianças.

A partir de então, muitos países começaram a implementar políticas que incentivaram a inclusão nas salas de aula, promovendo práticas pedagógicas que respeitam e valorizam as diferenças. O enfoque na formação de educadores para trabalhar em ambientes inclusivos se tornou uma prioridade, com a criação de programas de capacitação que abordavam estratégias para atender a uma variedade de necessidades educacionais. Isso incluiu métodos diferenciados de ensino, desenvolvimento de currículos adaptados e a criação de ambientes de aprendizado que favorecessem a interação e a colaboração entre crianças com diferentes habilidades e origens.

Além disso, a inclusão e a diversidade na educação infantil passaram a ser consideradas não apenas como direitos das crianças, mas também como fatores que enriquecem a experiência educacional para todos os alunos. As interações em um ambiente diverso promovem o desenvolvimento social, emocional e cognitivo das crianças, preparando-as para viver em uma sociedade plural.

Em resumo, as décadas de 1980 e 1990 representaram um marco na evolução da educação infantil, com um movimento significativo em direção à inclusão e à diversidade. A Declaração de Salamanca e outras iniciativas globais reforçaram a importância de criar sistemas educacionais que acolhesse todas as crianças, reconhecendo que a inclusão é fundamental não apenas para o bem-estar das crianças com necessidades especiais, mas para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e equitativa.

1.6 Percurso Histórico da Educação Infantil: Século XXI - Novos Desafios e Perspectivas

O século XXI trouxe consigo uma série de novos desafios e perspectivas para a educação infantil, refletindo as mudanças rápidas e profundas na sociedade contemporânea (Freire, 2001). À medida que as tecnologias se tornam cada vez mais integradas no cotidiano, a educação infantil enfrenta a necessidade de incorporar ferramentas digitais de forma significativa e eficaz (Moran, 2013). Essa integração deve ser feita de maneira a enriquecer a experiência de aprendizado das crianças, ao mesmo tempo em que promove habilidades essenciais para um mundo em constante transformação (Valente, 2015).

O uso de tecnologias digitais, como tablets, aplicativos educacionais e plataformas de aprendizado online, pode oferecer oportunidades valiosas para o engajamento das crianças e o desenvolvimento de competências digitais (Silva, 2017). Contudo, a implementação dessas tecnologias deve ser cuidadosa e reflexiva, garantindo que não apenas as habilidades técnicas sejam desenvolvidas, mas que as interações sociais e emocionais, igualmente importantes na infância, sejam preservadas (Pereira, 2019). Assim, os educadores enfrentam o desafio de equilibrar a integração tecnológica com metodologias que priorizem o brincar, a exploração e a conexão humana (Kishimoto, 2016).

Paralelamente, a discussão sobre equidade e inclusão continua a ser um tema central na educação infantil do século XXI (Nóvoa, 2009). A sociedade atual é caracterizada por uma diversidade ainda maior, com crianças provenientes de diferentes origens culturais, socioeconômicas e com necessidades especiais (Lima, 2014). É imperativo que as práticas educacionais não apenas reconheçam, mas celebrem essa diversidade, criando ambientes que sejam verdadeiramente inclusivos (Ainscow, 2010).

A construção de currículos que respeitem e integrem as múltiplas perspectivas culturais é essencial para garantir que todas as crianças se sintam valorizadas e compreendidas (Banks, 2015). Isso envolve não apenas a formação de educadores para que estejam preparados para atender a essa diversidade, mas também a criação de políticas educacionais que incentivem a inclusão desde os primeiros anos de escolarização (Hick, 2008).

Além disso, é importante que a educação infantil no século XXI promova o desenvolvimento de competências socioemocionais, preparando as crianças para se relacionar com empatia, resiliência e colaboração em um mundo cada vez mais interconectado e complexo (Goleman, 2005). As práticas que priorizam a comunicação, a resolução de conflitos e a construção de relacionamentos positivos são fundamentais para o sucesso das crianças, tanto na vida escolar quanto na vida fora da escola (Cohen, 2006).

Em suma, a educação infantil do século XXI se depara com uma série de desafios que exigem uma reavaliação das práticas e políticas educacionais (Schunk, 2012). A integração de tecnologias, a promoção da equidade e a valorização da diversidade cultural são elementos que devem ser considerados de forma holística (Santos, 2017). O futuro da educação infantil depende da capacidade de educadores, instituições e sociedades de se adaptarem a essas novas realidades, garantindo que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade que as prepare para o mundo em constante mudança (Darling-Hammond, 2010).

O percurso histórico da educação infantil revela uma trajetória rica e multifacetada, marcada por transformações significativas que refletem as mudanças sociais, culturais e pedagógicas ao longo dos séculos (Ponte, 2015). Desde a Antiguidade, onde a educação era essencialmente informal e centrada na família, até as inovações do século XXI, que demandam a integração de tecnologias e a promoção da inclusão e diversidade, cada fase traz lições valiosas sobre a importância de atender às necessidades das crianças (Fröbel, 2007).

Os pensadores do Renascimento e Iluminismo, como John Locke e Jean-Jacques Rousseau, lançaram as bases para o reconhecimento da infância como uma etapa crucial para o desenvolvimento humano (Rousseau, 1762). No século XIX, Friedrich Fröbel revolucionou a educação infantil com o conceito de jardim de infância, enfatizando o brincar como fundamental para o aprendizado (Fröbel, 2007). Já nas décadas de 1980 e 1990, a Declaração de Salamanca impulsionou a discussão sobre inclusão, reforçando a necessidade de ambientes educacionais que acolhessem todas as crianças (UNESCO, 1994).

No século XXI, os desafios se intensificam, exigindo que educadores e instituições não apenas integrem tecnologias de forma eficaz, mas também promovam uma educação que respeite e celebre a diversidade (Moran, 2013). A equidade se torna central, com a necessidade de atender a crianças de diferentes origens culturais, socioeconômicas e com necessidades especiais (Ainscow, 2010).

Assim, a educação infantil deve continuar a evoluir, enfrentando esses novos desafios com criatividade e compromisso. O futuro da educação infantil depende da capacidade de educadores, gestores e sociedades em geral de construir ambientes de aprendizado inclusivos e inovadores, onde todas as crianças possam se desenvolver plenamente e serem preparadas para um mundo em constante mudança (Darling-Hammond, 2010). Essa jornada é, acima de tudo, uma responsabilidade coletiva, que exige uma visão compartilhada sobre a importância da infância e do direito à educação de qualidade para todos (Freire, 2001).

2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA INFÂNCIA

A educação inclusiva pode ser definida como um modelo educacional que visa garantir que todas as crianças, independentemente de suas habilidades, origens ou necessidades, tenham acesso a uma educação de qualidade em ambientes que respeitam suas individualidades. Essa abordagem é particularmente importante na infância, período em que as bases para o aprendizado e o desenvolvimento social são estabelecidas. A educação inclusiva não apenas promove o acesso à educação, mas também busca valorizar a diversidade e fomentar um ambiente de respeito e acolhimento entre as crianças.

Os princípios da educação inclusiva são fundamentais para sua implementação eficaz. O primeiro deles é a **diversidade**, que reconhece que cada criança é única, com diferentes habilidades e ritmos de aprendizado. O respeito é outro princípio essencial, pois implica a aceitação e valorização das diferenças, criando um espaço onde todas as crianças se sintam seguras e valorizadas. O acolhimento, por sua vez, envolve a criação de um ambiente educativo que é receptivo e adaptável, permitindo que cada criança participe ativamente do processo de aprendizado.

As práticas pedagógicas inclusivas têm um impacto profundo no desenvolvimento das crianças. Estudos mostram que ambientes inclusivos favorecem não apenas o aprendizado acadêmico, mas também o desenvolvimento social e emocional. Crianças que interagem com colegas de diversas origens e habilidades tendem a desenvolver empatia, habilidades de resolução de conflitos e um senso de comunidade (Silva, 2017). Além disso, a inclusão promove a construção de identidades positivas, contribuindo para a autoestima das crianças.

Várias metodologias e abordagens pedagógicas podem ser utilizadas para favorecer a inclusão. Uma delas é a **metodologia da sala de aula invertida**, que permite que os alunos aprendam novos conteúdos em casa e utilizem o tempo da aula para atividades práticas e discussões. Essa abordagem pode ser particularmente eficaz em ambientes inclusivos, pois permite que se adaptem às atividades às necessidades individuais de cada criança.

Outra abordagem relevante é o **ensino colaborativo**, que envolve a cooperação entre os alunos para resolver problemas e realizar tarefas. Essa metodologia não só promove o aprendizado ativo, mas também estimula o desenvolvimento de habilidades sociais e a construção de relacionamentos positivos entre os estudantes. A utilização de **recursos didáticos diversificados**, como materiais visuais e táteis, também é crucial para atender às diferentes formas de aprendizado das crianças.

Em suma, a educação inclusiva na infância é um componente vital para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Ao abraçar a diversidade, respeitar as individualidades e acolher todas as crianças, a educação inclusiva não só contribui para o desenvolvimento integral das crianças, mas também as prepara para interagir de maneira positiva e construtiva em um mundo plural.

A educação inclusiva é um pilar fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, especialmente durante a infância, quando as bases para o desenvolvimento social, emocional e cognitivo são estabelecidas. Ao promover a inclusão, reconhecemos a importância da diversidade e do respeito, criando ambientes educacionais que acolhem todas as crianças, independentemente de suas particularidades.

Os princípios de diversidade, respeito e acolhimento não são apenas ideias, mas práticas que transformam o cotidiano escolar. A implementação de metodologias pedagógicas inclusivas demonstra que é possível atender as necessidades de cada aluno, potencializando seu aprendizado e desenvolvimento. As abordagens que favorecem a inclusão, como o ensino colaborativo e o uso de recursos diversificados, mostram resultados positivos, não apenas para as crianças com necessidades especiais, mas para todos os estudantes, promovendo empatia e cooperação.

Em suma, a educação inclusiva na infância não é apenas uma questão de acesso, mas sim de compromisso com a formação integral das crianças. Ao adotarmos práticas que respeitam e valorizam a diversidade, estamos preparando não apenas alunos mais completos, mas também cidadãos conscientes e respeitosos, que contribuirão para uma sociedade plural e harmoniosa. A continuidade desse esforço é essencial para garantir que cada criança tenha a oportunidade de florescer em um ambiente que reconhece e celebra suas singularidades.

3. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

A educação inclusiva no Brasil passou por um longo e complexo percurso histórico, que reflete a evolução das concepções sobre direitos humanos e a importância da diversidade no processo educacional. De acordo a Política Nacional de Educação Especial, a Educação Inclusiva constitui um

Paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (Brasil,2008).

A Política Nacional de educação especial (PNEE), ainda diz que como um movimento mundial, a educação inclusiva “é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação” (Brasil,2008).

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), a inclusão no sistema educacional tem seu início na primeira etapa da educação básica “onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global” (Brasil,2008).

No que diz respeito à inclusão de crianças com deficiência e outras necessidades especiais nas escolas regulares, começou a ganhar visibilidade a partir da década de 1980, em meio a um contexto de redemocratização e de luta pelos direitos civis. Esse movimento buscou desconstruir a ideia de que a educação deveria ser segregada, propondo a inclusão como um direito fundamental de todas as crianças.

Um marco significativo nesse contexto foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996. Essa legislação estabelece que a educação deve ser promovida em todos os níveis, visando à igualdade de oportunidades e ao respeito à diversidade. A LDB reconhece explicitamente a necessidade de promover a inclusão, afirmando que "o acesso ao ensino regular deve ser garantido a todos, sem discriminação" (BRASIL, 1996). Além disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sancionado em 1990, reafirma os direitos das crianças e adolescentes, incluindo o direito à educação de qualidade, enfatizando a proteção e o desenvolvimento integral de todos os indivíduos.

Apesar dos avanços legislativos, a implementação da educação inclusiva nas escolas brasileiras enfrenta diversos desafios. Entre eles, destaca-se a formação inadequada de professores, que muitas vezes não recebem a capacitação necessária para lidar com a diversidade presente nas salas de aula. Além disso, a falta de recursos materiais e humanos nas escolas pode dificultar a adoção de práticas pedagógicas inclusivas. A resistência cultural à inclusão, tanto por parte de educadores quanto de famílias, também pode ser um obstáculo significativo, perpetuando preconceitos e a ideia de que crianças com deficiência não pertencem ao ambiente escolar regular.

No entanto, existem casos de sucesso e experiências inovadoras que demonstram o potencial da educação inclusiva no Brasil. Projetos como o "Escola da Família" e o "Programa de Inclusão e Acessibilidade na Educação" têm promovido práticas que favorecem a inclusão de crianças com deficiência e outras necessidades especiais em escolas regulares. Esses programas buscam não apenas garantir o acesso, mas também promover a permanência e o aprendizado efetivo das crianças.

Um exemplo inspirador é o trabalho realizado pela Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) de São Paulo, que implementou uma abordagem colaborativa envolvendo educadores, especialistas em educação inclusiva e famílias⁶. Através de um planejamento conjunto, a escola conseguiu criar um ambiente acolhedor e adaptado, onde todas as crianças puderam participar ativamente das atividades, respeitando suas individualidades e promovendo um aprendizado significativo.

A educação inclusiva no Brasil é um direito garantido por legislações e políticas públicas, mas ainda enfrenta desafios consideráveis em sua implementação. O fortalecimento da formação de professores, a alocação adequada de recursos e a promoção de uma cultura inclusiva nas escolas são fundamentais para garantir que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade. As experiências bem-sucedidas demonstram que, com compromisso e inovação, é possível construir um sistema educacional mais justo e inclusivo.

A educação inclusiva no Brasil apresenta um avanço significativo na promoção dos direitos de todas as crianças, independente de suas habilidades ou condições. A trajetória histórica que permeia esse tema, marcada por legislações como a lei de Diretrizes e Bases e o Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelece uma base sólida para a construção de um sistema educacional que valoriza a diversidade e busca garantir o acesso à educação de qualidade para todos.

⁶ Em 2019, a Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) Professora Odilea Botta de Mattos, localizada em São Paulo, implementou o projeto "De Mãos Dadas", que enfatiza a importância da colaboração entre pais, responsáveis e educadores no processo de aprendizagem das crianças. Este projeto visa fortalecer a parceria entre a escola e as famílias, reconhecendo que a participação ativa dos pais é fundamental para o desenvolvimento educacional dos alunos. Ao envolver as famílias, a EMEI busca criar um ambiente mais acolhedor e propício ao aprendizado, promovendo uma educação mais integrada e eficaz. A iniciativa "De Mãos Dadas" reflete a compreensão de que a educação infantil é um esforço conjunto, onde a colaboração entre escola e família é essencial para o sucesso educacional das crianças. Ao adotar essa abordagem colaborativa, a EMEI Professora Odilea Botta de Mattos contribui para a construção de uma comunidade escolar mais unida e comprometida com o desenvolvimento integral dos alunos. Fonte: https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/noticias/familia-e-escola-unidas-em-prol-da-educacao/?utm_source=chatgpt.com educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br

Entretanto, a implementação efetiva da educação inclusiva enfrenta desafios persistentes, como a formação inadequada de educadores e a resistência cultural a práticas inclusivas. A superação desses obstáculos é fundamental para garantir que as diretrizes legais se traduzam em ações concretas nas escolas. Nesse contexto, a formação inicial e continuada do pedagogo surge como um fator determinante, capacitando os profissionais a criar ambientes de aprendizado que acolham e respeitem as singularidades de cada criança.

Apesar das dificuldades, casos de sucesso e experiências inovadoras demonstram que a inclusão é possível e benéfica para o desenvolvimento integral das crianças. Projetos que promovem a colaboração entre educadores, famílias e especialistas revelam o potencial de uma educação que, ao respeitar a diversidade, enriquece a experiência escolar de todos os alunos.

Em suma, a educação inclusiva no Brasil é um compromisso que deve ser continuamente reafirmado e fortalecido. Ao focar na formação de educadores e na promoção de políticas públicas efetivas, podemos avançar rumo a uma educação verdadeiramente inclusiva, onde cada criança tenha a oportunidade de aprender, se desenvolver e contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária.

4. FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DOS PEDAGOGOS

A formação de educadores desempenha um papel fundamental na construção de uma prática pedagógica inclusiva, especialmente na educação infantil. A formação adequada não apenas capacita os pedagogos a atender às diversas necessidades dos alunos, mas também contribui para a construção de uma cultura escolar que valoriza a diversidade e promove um ambiente acolhedor. A inclusão efetiva de crianças com deficiência e outras necessidades especiais depende, em grande medida, do conhecimento, das habilidades e das atitudes dos educadores em relação à diversidade.

Na formação inicial, é essencial que os cursos de pedagogia incluam conteúdos que abordem as questões relacionadas à educação inclusiva. Isso inclui a compreensão das legislações pertinentes, como a Lei Brasileira de Inclusão - Lei nº 13.146/2015, que estabelece a necessidade de promover a acessibilidade e o direito à educação para todos (BRASIL, 2015). Além disso, os futuros educadores devem desenvolver competências específicas, como a habilidade de identificar e adaptar práticas pedagógicas para atender a diferentes estilos de aprendizagem e a capacidade de trabalhar em equipe com outros profissionais, como psicólogos e terapeutas ocupacionais.

A formação continuada é igualmente importante, pois proporciona aos educadores a oportunidade de se atualizar sobre novas práticas pedagógicas, metodologias e tecnologias que favorecem a inclusão. Programas de formação continuada, como cursos, oficinas e seminários, permitem que os educadores reflitam sobre sua prática, compartilhem experiências e desenvolvam soluções criativas para os desafios que enfrentam em suas salas de aula. Essas iniciativas não apenas aprimoram as habilidades dos pedagogos, mas também incentivam a troca de conhecimentos e a construção de redes de apoio entre os profissionais da educação.

No entanto, a formação de pedagogos para a educação infantil inclusiva enfrenta diversos desafios. Um dos principais obstáculos é a falta de um currículo padronizado que aborda sistematicamente a inclusão em todos os cursos de pedagogia. Além disso, muitas instituições de ensino superior ainda não valorizam suficientemente a formação inclusiva, o que pode resultar em uma abordagem superficial das questões relacionadas à diversidade. A resistência à mudança nas práticas pedagógicas também pode ser um desafio, uma vez que alguns educadores podem se sentir inseguros ou despreparados para lidar com a diversidade presente em suas salas de aula.

Entretanto, esses desafios também representam oportunidades. A crescente demanda por educação inclusiva e o fortalecimento das políticas públicas nesse sentido criam um ambiente favorável para a inovação nas práticas de formação de pedagogos. A colaboração entre universidades, escolas e comunidades pode gerar programas de formação que atendam às reais necessidades dos educadores e das crianças. A utilização de metodologias ativas, que colocam os educadores no centro do processo de aprendizado, pode também facilitar a formação de competências essenciais para a prática inclusiva.

Em suma, a formação inicial e continuada dos pedagogos é crucial para a efetivação da educação inclusiva na infância. Ao preparar educadores para enfrentar os desafios da diversidade, é possível promover um ambiente escolar mais justo e acolhedor, onde todas as crianças possam aprender e se desenvolver plenamente.

A formação inicial e continuada dos pedagogos é um elemento essencial para a efetivação da educação inclusiva, especialmente na infância. Ao capacitar educadores para lidar com a diversidade e as necessidades de todas as crianças, é possível criar ambientes escolares mais acolhedores e justos. A inclusão vai além do simples acesso; ela demanda um entendimento profundo de legislações pertinentes, das metodologias diversificadas e da prática pedagógica adaptativa.

Embora a formação de educadores enfrente desafios significativos, como a falta de currículos padronizados e resistência à mudança, esses obstáculos também oferecem oportunidades para inovação e desenvolvimento. A colaboração entre instituições de ensino superior, escolas e comunidades pode resultar em programas de formação mais robustos e alinhados às reais necessidades dos educadores e dos alunos.

Além disso, a valorização da formação continuada é fundamental, pois permite que os educadores se atualizem e reflitam sobre suas práticas, promovendo um aprendizado colaborativo e contínuo. Dessa forma, ao investirmos na formação de pedagogos, estaremos não apenas preparando profissionais competentes, mas também contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa, onde todas as crianças têm a oportunidade de aprender e se desenvolver em plenitude.

Ao concluir este capítulo sobre a educação infantil e inclusiva, é essencial refletir sobre a profundidade e a importância desse tema na construção de uma sociedade mais justa e equitativa. A educação infantil não é apenas uma fase de aprendizado; é um alicerce que molda o futuro das crianças, influenciando suas trajetórias de vida e a forma como elas se relacionam com o mundo ao seu redor. A inclusão, por sua vez, vai além da simples presença de crianças com diferentes necessidades em ambientes educativos; ela implica a valorização da diversidade e a criação de condições que possibilitem a participação plena de todos os indivíduos.

Uma educação inclusiva promove o respeito às diferenças e contribui para o desenvolvimento de uma cultura de empatia e solidariedade. Ao integrar crianças de diversas origens e capacidades, as instituições educativas têm o potencial de formar cidadãos mais conscientes e preparados para atuar em uma sociedade plural. Essa abordagem não apenas beneficia os alunos que necessitam de apoio adicional, mas enriquece a experiência de todos, criando um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e colaborativo.

Diante disso, é imperativo que continuemos a promover pesquisas e práticas que aprofundem nosso entendimento sobre a educação infantil e a inclusão. Sugestões para futuras investigações incluem a análise de metodologias inovadoras que tenham demonstrado eficácia na promoção da inclusão, bem como o estudo de casos de sucesso em diferentes contextos educacionais. Além disso, é crucial explorar a formação contínua de educadores, investigando

quais abordagens de formação são mais eficazes para prepará-los para lidar com a diversidade presente nas salas de aula.

Outra área promissora de pesquisa é a interação entre a família e a escola, especialmente em contextos inclusivos. Compreender como as famílias podem ser apoiadas e engajadas no processo educativo pode resultar em práticas mais eficazes e em uma rede de suporte que beneficia todas as crianças.

Em suma, a educação infantil inclusiva é um pilar fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, que reconhece e valoriza a diversidade. Ao refletirmos sobre os avanços e os desafios neste campo, somos convidados a continuar nossa busca por práticas que promovam a inclusão e o respeito, garantindo que todas as crianças tenham a oportunidade de aprender e prosperar em um ambiente acolhedor e estimulante. Essa é uma responsabilidade coletiva que deve ser abraçada por educadores, gestores, formuladores de políticas e pela sociedade como um todo.

CAPÍTULO II- O PERCURSO METODOLÓGICO

Nesse segundo capítulo buscou-se a descrição do processo metodológico utilizado para dar conta dos objetivos da pesquisa. Se inicia com apresentação da natureza da pesquisa, o seu universo, os sujeitos pesquisados, posteriormente os meios e instrumentos utilizados, os procedimentos, os riscos e benefícios, os critérios de inclusão e exclusão, o recrutamento e a técnica de análise dos dados.

1. Natureza da Pesquisa

O tipo de abordagem desta pesquisa foi Quali-Quantitativa. Segundo Minayo (2002) a pesquisa qualitativa “*se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado.*” Escolheu-se esta abordagem pela possibilidade de criticidade frente a análise dos resultados apresentados. Já na abordagem quantitativa, de acordo com Aliaga e Gunderson (2002), ela é a “*explicação de fenômenos por meio da coleta de dados numéricos que foram analisados através de métodos matemáticos (em particular, os estatísticos).*”

Baseada nessa compreensão de pesquisa, acredita-se que ela se encaixa como metodologia propícia para essa pesquisa pela subjetividade e também pela sua objetividade, que de acordo com Minayo e Sanches, há uma relação onde não existe um “*continuum*”

A relação entre quantitativo e qualitativo, entre objetividade e subjetividade não se reduz a um *continuum*, ela não pode ser pensada como oposição contraditória. Pelo contrário, é de se desejar que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais “ecológicos” e “concretos” e aprofundadas em seus significados mais essenciais. Assim, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa (Minayo e Sanches, 1993, p. 247).

Essa citação de Minayo e Sanches, destaca a importância de integrar abordagens quantitativas e qualitativas na análise de relações sociais. Eles argumentam que essas duas abordagens não são mutuamente excludentes, mas sim complementares.

2. Universo da Pesquisa

O campo de realização desta investigação, situa-se em uma Instituição Pública Municipal da Educação Básica - Creche, localizada em um município da Zona da Mata

Norte de Pernambuco. Foi inaugurada no ano de 2018. O local tem capacidade para 333 crianças, sendo 43 em tempo integral.

A instituição conta com 1 sala da Gestão, 1 secretária escolar, 1 sala dos professores/Coordenação, 9 salas de aula, 1 refeitório, 1 cozinha, 1 parque interno, 1 parque externo, 2 banheiros adaptados para as crianças e 5 banheiros para os funcionários. A instituição funciona das 7h30 às 11h50 no turno da manhã; das 13h às 17h no turno da tarde.

Referente a sua divisão por grupos/ turmas ocorre da seguinte forma como mostra o quadro abaixo.

Quadro 1- Divisão de grupos/turmas e quantidades de alunos.

Grupo	Turno	Quantidade de grupo por turno	Quantidade de criança no grupo
Creche I	Manhã	1	12
Creche II	Manhã	1	17
Creche III	Manhã/Tarde	2/3	(G1)24; 23 / (G2)21; 20 e (G3)22
Pré-escola	Manhã/Tarde	4/3	(G1)24;23;(G2)22 e 20/ (G3)25;19 e (G4)19
Integral I	-	1	26
Integral II	-	1	17

fonte: Autoria própria (2025)

Para que o leitor possa ter uma visão melhor do universo pesquisado, segue abaixo algumas fotos que traduzem os espaços da instituição, que são utilizados pelas crianças e educadores

Figura 1- Parque externo



fonte: Autoria própria (2025)

Esse espaço se localiza na parte externa, é uma área aberta, tendo uma parte com areia e outra com grama. O acesso é feito por meio de uma rampa, e a limpeza realizada pelos funcionários do serviços gerais.

Nele há alguns brinquedos como balanço, gangorras e gira- gira, os quais são utilizados em momentos de recreação e atividades pedagógicas com as crianças. Durante a pesquisa não foi observado a realização do local.

Figura 2- Parque Interna



fonte: Autoria própria (2025)

O parque interior fica próximo a cantina, por ser um espaço coberto pode ser utilizado

em dias de chuvas também. Nele podemos ver alguns brinquedos como escorregadores, gira-gira carrossel cavalinho e um de jacaré. O acolhimento com as turmas ocorre nesse espaço, cada grupo tem o seu dia, eles rezam o pai nosso, cantam músicas infantis. Nele também são realizadas as culminâncias de datas comemorativas, palestras e reuniões com pais e responsáveis. O espaço não foi observado durante a pesquisa.

Figura 3- Cantina



fonte: Autoria própria (2025)

A cantina é o ambiente onde os alunos realizam as refeições que são oferecidas pela creche. Para as crianças que ficam durante um turno é ofertado uma refeição e para as crianças do integral são três refeições. Há uma equipe específica para o preparo desses alimentos, como também da distribuição dele, e cada grupo têm seu horário de se deslocar até a cantina, e após o término da refeição, eles retornam para a sala de aula.

Figura 4– Espaço Interno



fonte: Autoria própria (2025)

Esse espaço fica entre o parque interno e externo. É um espaço onde as crianças utilizam para brincadeiras ao ar livre, não é coberto e durante a pesquisa não foi observado a sua utilização.

Figura 5- Sala de aula



fonte: autoria própria (2025)

Essa é a sala de aula onde as crianças são recebidas pela professora e auxiliar. Nela ocorre o acolhimento, lanches e realização das atividades propostas pela professora. É um lugar de interações das crianças com seus pares e os adultos presentes. Todas as salas

possuem esse modelo, que se diferencia um pouco apenas do berçário onde além das mesas e cadeiras, tem berços onde as crianças dormem.

Figura 6- Banheiro utilizado pelas crianças



fonte: Autoria própria (2025)

figura 7. Chuveiros



fonte: Autoria da própria (2025)

As figuras 6 e 7 são imagens do sanitário de uso exclusivo das crianças. Como pode ser observado na imagem, os equipamentos possuem um tamanho que proporciona uma autonomia para os alunos. É um espaço que possui divisão no seu interior com alguns

vasos sanitários para que mais de uma criança possa utilizar ao mesmo tempo. Tem chuveiro onde as crianças que ficam no turno integral são banhadas.

Figura 8- Fachada da Instituição



fonte: Autoria própria (2025)

Essa é a fachada da instituição onde ocorreu a pesquisa, nela possuem o nome da creche e ao seu redor possuem espaços cobertos por gramas e palmeiras.

3. Participantes da Pesquisa

Os participantes da pesquisa foram alocados em dois grupos. O primeiro grupo (G1) fez parte todos servidores da creche **18 docentes** (2 exerce função de gestão); 3 auxiliares de secretaria; 12 auxiliares de sala de aula; 3 auxiliares de serviços gerais; 1 gestor, 1 adjunto do gestor, 1 secretária, 1 psicólogo, 1 técnica em enfermagem, 2 coordenadora; 7 apoiadoras; totalizando 50 participantes.

Já no segundo grupo (G2), dos 50 participantes só fizeram parte, unicamente, os docentes da creche, perfazendo 18 docentes. Dos participantes da pesquisa, se compreende como importante ressaltar, que todos são contratados.

Como a pesquisa envolve seres humanos, o referido documento foi alimentado na Plataforma Brasil e aprovado pelo comitê de ética por meio do CAAE **79169724.30000.9547**, portanto, a coleta de dados só ocorreu após a aprovação do referido Comitê.

4. Meios e Instrumentos de Coletas de Dados

Com o intento de alcançar os objetivos específicos desta pesquisa foi utilizado como instrumento para a coleta de dados a plataforma *Mintementor*[®], que foi submetida ao grupo 1. E o formulário elaborado pelo *Google Forms*[®], que foi submetido ao grupo II.

Segundo Gil (2008, p.121) destaca que “a elaboração de um questionário consiste basicamente em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bem redigidos. Naturalmente, não existem normas rígidas a respeito da elaboração do questionário.” No entanto, são redigidos em forma de perguntas que podem ser abertas, fechadas e/ou mistas, devendo ser respondido sem a presença do pesquisador. No caso desta pesquisa, as perguntas foram fechadas, do tipo múltipla escolha (apresentam uma série de possíveis respostas⁷), ou seja, o informante deve responder a perguntas através de respostas pré definidas.

5. Procedimentos para Coleta de dados

Para conhecer a concepção de Criança/Infância obedeceu o seguinte procedimento para coleta dos dados: o grupo 1 foi informado acerca da metodologia da pesquisa, e para fazer parte foi necessário que todos assinassem o Termo de Consentimento Livre Esclarecido - TCLE (Vide Anexo).

Depois das assinaturas coletadas, com a entrega do comprovante do TCLE. A coleta de dados foi realizada de modo coletivo. Os participantes foram apresentados à plataforma *Mentimeter*[®], que é uma *software online*, que permite criar atividades interativas.

No caso da pesquisa já referida, foram selecionadas nuvens de palavras, denominadas *Word Cloud*, considerado como ótimo recurso para configurar ou enfatizar as palavras mais populares emitidas pelos participantes. Após, os participantes entenderem o funcionamento da plataforma, a pesquisadora enviou um convite para que o participante acessasse o *menti.com*[®] para que pudessem participar da enquete, que foi gerado por um código de acesso.

Todos utilizaram seus próprios *smartphones*. Dessa maneira, ao ingressar na plataforma, havia lá a seguinte pergunta: Descreva três palavras que conceitue criança, e à

⁷ Concordo totalmente - Concordo - Não concordo, nem discordo - Discordo - Discordo totalmente (Likert, por exemplo)

medida que todos os participantes foram adicionando as palavras, a nuvem era expandida. Para conhecer a concepção de inclusão, foi realizado o mesmo procedimento descrito acima. Só que a pergunta foi voltada para a inclusão, também em número de três.

Com o objetivo de investigar as crenças, atitudes, práticas e desafios dos educadores em relação à promoção da inclusão de crianças em idade pré-escolar, bem como identificar as estratégias utilizadas para criar um ambiente acolhedor e inclusivo nas creches, foi desenvolvido um questionário fechado, do tipo múltipla escolha, utilizando o formulário do Google Forms (vide Apêndice A).

O instrumento de coleta de dados foi elaborado com base na Escala Likert, uma ferramenta amplamente utilizada em pesquisas para medir atitudes e opiniões. A escala foi adaptada para contemplar apenas duas opções de resposta (Discordo e Concordo), com o objetivo de evitar respostas neutras e aumentar a precisão das avaliações.

O questionário foi estruturado em categorias específicas, incluindo: Informações gerais; Crenças sobre inclusão; Atitudes em relação à inclusão; Práticas de promoção da inclusão; Desafios e barreiras; Ambiente acolhedor e inclusivo e Comentários finais.

Essa abordagem permitirá uma análise mais aprofundada das percepções e práticas dos educadores em relação à inclusão, contribuindo para a identificação de estratégias eficazes para a promoção da inclusão nas creches.

6. Riscos e Benefícios

Toda pesquisa envolve riscos, mesmo que em grau mínimo. Assim, pode haver por parte do participante constrangimento ao se expor durante a realização de testes de qualquer natureza; cansaço, invasão de privacidade. Para minimizar os possíveis riscos, o participante pode sair do link a qualquer momento e desconsiderar a sua participação, sem prejuízo para a pesquisa. Para mitigar os possíveis riscos se utilizará antivírus, proteção de arquivos/pastas, Firewall, senhas, etc, tal como prevê o Ofício Circular 2/2021 da CONEP.

O Benefício direto da pesquisa está relacionado à identificar o que de fato está acontecendo referente a inclusão de crianças típicas e atípicas na educação infantil. Há ainda os benefícios esperados, que são aqueles direcionados à sociedade no que diz respeito ao conhecimento procedente da pesquisa, que pode contribuir para o desenvolvimento de

intervenções futuras quanto a inclusão de crianças típicas atípicas na educação infantil.

7. Critério de Inclusão e Exclusão

Os participantes que fizeram parte desta pesquisa foram os auxiliares (de sala, serviços gerais e secretaria), docentes, apoiadoras, coordenadores, psicólogos, técnico em enfermagem, secretários, gestores e adjunto, profissionais que nas suas atividades lidam com crianças típicas e atípicas. Não participaram dessa pesquisa as crianças e seus familiares.

8. Recrutamento dos Participantes

O recrutamento dos participantes deve expressar alguma motivação para participar da pesquisa, e que sejam motivados, cooperativos e articulados. Para tanto, a pesquisadora, após obter a anuência da escola foi a instituição convidar a cada participantes pessoalmente, justificando a importância que a pesquisa tem para todos, inclusive, eles que lidam com a realidade das diferenças todos os dias em suas atividades profissionais.

9. Técnica de Análise dos Dados

Para o primeiro grupo, a técnica de análise de dados para **nuvens de palavras** envolveu a visualização de textos ou dados textuais de forma que as palavras mais frequentes ou mais relevantes apareçam em maior destaque, geralmente com tamanhos de fonte maiores. Essa técnica é bastante utilizada para explorar e resumir grandes volumes de texto, identificando rapidamente as palavras que se destacam. Abaixo estão algumas etapas que foi utilizada para criar e analisar nuvens de palavras:

1. Pré-processamento do Texto

- **Remoção de stopwords:** As stopwords são palavras comuns, como "a", "o", "de", "para", que não agregam muito valor analítico. Elas foram removidas para destacar palavras relevantes.
- **Lematização/Stemming:** Esse processo envolve reduzir as palavras às suas formas básicas. Por exemplo, "correndo" pode ser reduzido a "correr". Porém, embora seja uma das etapas, esta etapa não foi utilizada, devido a ferramenta aplicada.
- **Correção ortográfica:** Identificar e corrigir palavras mal escritas.
- **Remoção de pontuação e números:** Em muitos casos, números e pontuações não são relevantes para a análise de texto e podem ser removidos.

2. Contagem de Frequência

- A frequência de cada palavra é calculada automaticamente, quanto mais uma palavra aparece no texto, maior será seu destaque na nuvem de palavras.

3. Criação da Nuvem de Palavras

- **Algoritmos de Visualização:** A Ferramenta utilizada foi *Mentimeter*®, para gerar nuvens de palavras. Ela aplica o algoritmo que ajusta o tamanho das palavras de acordo com sua frequência.
- **Cor e Layout:** A cor e a disposição das palavras na nuvem podem ser ajustadas para proporcionar uma visualização mais interessante ou destacar certas palavras.

4. Ferramentas Comuns para Nuvens de Palavras:

Embora existam ferramentas para gerar nuvens de palavras, neste trabalho a ferramenta utilizada foi o *Mentimeter*®,

Portanto, a análise de nuvem de palavras foi uma técnica útil para identificar rapidamente as palavras mais significativas em um conjunto de dados. Além disso, a visualização é intuitiva e proporciona uma forma interessante de explorar e apresentar dados textuais.

Para os participantes do segundo grupo, a análise dos dados utilizou a **Escala Likert** que é uma das ferramentas mais comuns usadas em pesquisas e questionários para medir atitudes, opiniões, crenças ou percepções dos respondentes. Ela foi desenvolvida pelo psicólogo **Rensis Likert** em 1932 e é utilizada para avaliar a intensidade do acordo ou desacordo dos participantes em relação a uma afirmação específica. A escala é particularmente útil quando se busca entender o grau de concordância ou discordância de um indivíduo com uma determinada proposição.

A análise dos dados coletados por meio da Escala Likert pode ser realizada de diversas maneiras, dependendo do objetivo da pesquisa. No caso dessa pesquisa, a análise dos dados utilizou a **Análise Descritiva**, na qual utilizou a **frequência** que contabilizou quantos respondentes escolheram cada ponto da escala e a **média e o desvio padrão**, que foram apresentados em cada categoria analisadas.

CAPÍTULO III- RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

1. Resultados e Análise dos Dados: Nuvens de palavras com *Mintermeter*[®]

Neste capítulo, apresentamos os resultados obtidos por meio da análise de texto utilizando a ferramenta *Mintermeter*[®], que gerou nuvens de palavras a partir dos dados coletados. O objetivo dessa análise foi identificar os termos mais frequentes e as palavras-chave que emergiram nas respostas dos participantes, permitindo uma compreensão mais profunda dos temas abordados e das percepções mais relevantes.

1.1. Descrição da Análise com *Mentimeter*[®]: o significado de infância/criança

A análise foi realizada com base nas respostas dos participantes, ao descrever o significado da palavra infância/criança, totalizando 138 respostas. Utilizando a ferramenta *Mintermeter*[®], as palavras mais frequentemente mencionadas foram destacadas em uma nuvem de palavras.

Figura 9- Nuvem de palavras Infância/ Criança



Fonte: *Mentimeter*[®] (2025)

A frequência de cada termo foi proporcional ao seu tamanho na nuvem, permitindo visualizar de forma intuitiva as palavras mais recorrentes, que corresponde aos 44 palavras (31,8%), conforme quadro abaixo:

Quadro 1 – Distribuição das palavras mais recorrentes sobre Infância/Criança⁸

Palavra	Quantidade	%
Alegria	12	27,30%
Amor	10	22,7%.
Brincar	6	13,6%
Desenvolvimento	6	13,6%
Brincadeira	5	11,4%
Futuro	5	11,4%
Total	44	100%

fonte: Autoria própria (2025)

A análise das nuvens de palavras geradas a partir dos dados coletados revela temas que estão fortemente ligados à **história da infância**, tal como descrito no capítulo I do referencial teórico, marcando elementos essenciais dessa fase do desenvolvimento humano. A frequência das palavras mais mencionadas, como **alegria**, **amor**, **brincar**, **desenvolvimento**, **brincadeira** e **futuro**, aponta para conceitos que são frequentemente destacados em estudos sobre a infância e a formação de memórias afetivas.

A Alegria e o Amor na História da Infância

As palavras **alegria** (27,3%) e **amor** (22,7%) emergem como os termos mais mencionados nas respostas dos participantes, refletindo sentimentos que são centrais na construção das memórias de infância. De acordo com a teoria de Wallon, a infância é uma fase fundamental na formação emocional e afetiva do ser humano, e as experiências de amor e alegria moldam a percepção da infância como um período de liberdade, afetividade e felicidade (Galvão, 2022).

O **amor**, em particular, está intimamente relacionado ao **vínculo familiar** e às **relações de afeto**, que são essenciais para o desenvolvimento emocional das crianças (Freire, 2001). Essas relações constituem um alicerce seguro para o desenvolvimento da autoestima e da confiança, características fundamentais para uma infância saudável.

A **alegria**, por sua vez, pode ser vista como uma expressão de momentos de prazer e descontração, comuns em **brincadeiras** e experiências vividas durante a infância. A literatura sobre o tema sugere que a infância deve ser vivida com prazer, e os momentos de felicidade

⁸ De acordo com o dicionário informal, brincar significa ação que se desenvolve no ato de jogar, que se expressa de diversas formas, enquanto que brincadeira manifesta-se nos jogos, brinquedos em forma de objetos, etc. Fonte: <https://www.dicionarioinformal.com.br/diferenca-entre/brincar/brincadeira/>

durante a infância contribuem para o fortalecimento emocional e psicológico (Vygotsky, 2007). As brincadeiras proporcionam um ambiente seguro para a criança aprender a interagir com os outros, a testar limites e a expressar suas emoções.

Esses dois termos **alegria e amor**, indicam que, para os participantes, a infância é lembrada principalmente como uma época de **afetividade e bem-estar emocional**, onde a presença de figuras de cuidado, como pais, irmãos e amigos, é fundamental para o desenvolvimento de sentimentos positivos.

Essas palavras também indicam que as **memórias infantis** são frequentemente impregnadas de momentos de **ludicidade**, onde a imaginação e a criatividade se manifestam. As brincadeiras também têm um papel fundamental na construção da **subjetividade infantil**, permitindo que as crianças se vejam e se relacionem com o mundo ao seu redor de maneira ativa e autônoma (Morin, 2011). A infância, assim, não é apenas um período de prazer, mas um tempo de intensa aprendizagem através da **interação social** e do desenvolvimento da **identidade**.

Brincar e Brincadeira: A Importância do Lúdico na Infância

A presença das palavras **brincar** (13,6%) e **brincadeira** (11,4%) reforça o papel central do lúdico no processo de socialização e desenvolvimento infantil. O brincar é uma atividade que vai além da simples diversão; não é apenas uma forma de lazer, é através das brincadeiras que as crianças exploram o mundo, aprendem a resolver problemas, desenvolvem habilidades cognitivas, motoras e emocionais, e constroem suas relações sociais. (Vygotsky, 2007).

A infância é, portanto, um período essencial para o **desenvolvimento do indivíduo**, e as brincadeiras têm um impacto significativo na formação da identidade e na compreensão do mundo à sua volta.

As palavras relacionadas ao brincar sugerem que, para os participantes da pesquisa, as memórias da infância são impregnadas por momentos de ludicidade, nos quais a imaginação, a criatividade e a interação social se manifestam. O brincar é, sem dúvida, um dos elementos-chave para a **formação da subjetividade** infantil.

Desenvolvimento e Futuro: Reflexões sobre o Crescimento

A presença das palavras **desenvolvimento** (13,6%) e **futuro** (11,4%) destaca a visão da infância não apenas como um período de prazer, mas também como uma fase de **crescimento** e **aprendizado** contínuos. O desenvolvimento infantil abrange **processos cognitivos, emocionais e físicos**. O termo **desenvolvimento** remete a um processo de evolução que começa desde os primeiros passos de aprendizagem até a aquisição de **competências** que permitirão à criança enfrentar os desafios da vida adulta. Já a palavra **futuro** sugere que a infância é, simultaneamente, uma fase de **antecipação das possibilidades** e de **sonhos**, onde as crianças começam a se projetar no mundo, imaginando as diversas possibilidades que a vida lhes oferece. De acordo com Vygotsky (2007), o desenvolvimento infantil não se dá de maneira isolada, mas é um processo que se constrói a partir da interação social e do contexto em que a criança está inserida.

A Infância como Construção de Memórias Afetivas e de Identidade

A combinação de palavras como **alegria, amor, brincar, desenvolvimento e futuro** ressalta a ideia de que a infância é um período rico de **experiências emocionais, lúdicas e cognitivas**, que formam a base da **identidade** e das **memórias afetivas** que acompanham os indivíduos ao longo de suas vidas. As experiências de **alegria e amor** proporcionam uma sensação de **segurança e pertencimento**, enquanto as atividades de **brincar** e o **desenvolvimento** contribuem para a construção de **habilidades** e para o entendimento do mundo (Freire, 2001; Vygotsky, 2007).

Esses elementos reforçam que a infância é uma fase em que o indivíduo começa a explorar sua identidade, aprender sobre o mundo e sobre si mesmo.

Por fim, pode-se dizer ainda que a análise das palavras mais frequentes na nuvem de palavras indica que os participantes associam a infância a uma fase rica em experiências emocionais, afetivas e de crescimento. As palavras **alegria** e **amor** destacam-se como principais elementos dessa vivência, representando o afeto e o prazer que marcam as memórias da infância. Além disso, os termos **brincar, desenvolvimento e futuro** reforçam a ideia de que a infância é um período de aprendizado e exploração.

Essas observações estão alinhadas com a literatura sobre o tema, que destaca a infância como um período de construção de **memórias afetivas** fundamentais para o bem-estar e o desenvolvimento emocional, cognitivo e social dos indivíduos. Portanto, os dados analisados sugerem que a infância, marcada por momentos de alegria, amor e

brincadeiras, é uma fase decisiva na formação da identidade e no entendimento de quem somos.. (Silva, 2016; Vygotsky, 2007; Freire, 2001)

Análise das Nuvens de Palavras: Palavras Menos Frequentes e Respostas Pouco Expressivas

Além das palavras que apareceram com maior frequência nas nuvens de palavras, é importante observar as palavras que foram mencionadas de maneira menos expressiva pelos participantes. No total, 94 participantes, correspondendo a **68,2%** da amostra, responderam de forma pouco expressiva, resultando em palavras que foram citadas uma ou no máximo duas vezes. Essas palavras, embora não tenham sido predominantes, ainda têm um papel relevante na construção do significado geral das respostas.

Distribuição das Palavras Menos Frequentes

A maioria das palavras que aparecem em menor quantidade nas nuvens de palavras, com apenas uma ou duas menções, foram escolhas pontuais de um número considerável de participantes. Embora esses termos não tenham a mesma densidade de frequência das palavras mais citadas, sua inclusão na análise oferece um contraste importante e pode fornecer insights sobre aspectos menos destacados, mas ainda significativos, na visão dos respondentes.

Essas palavras menos frequentes, ainda que raras, podem refletir elementos ou percepções que não são tão centrais para a maioria dos participantes, mas que possuem valor na diversidade de opiniões e experiências. A presença dessas palavras sugere que, embora a maioria tenha se concentrado em temas como **alegria**, **amor** e **brincar**, alguns participantes podem ter se fixado em conceitos ou sentimentos mais específicos, relacionados a experiências individuais ou menos universais.

Interpretação das Palavras Menos Frequentes

Essas respostas com menor expressão revelam que, enquanto a maior parte dos participantes compartilhou sentimentos amplos e comuns relacionados à infância, outros tiveram uma visão mais específica e detalhada de suas experiências. A baixa frequência dessas palavras não significa que elas sejam irrelevantes, mas sim que elas refletem um conjunto mais restrito de percepções.

Por exemplo, se palavras como **desafio**, **aprendizado** ou **solidão** apareceram com baixa frequência, isso pode sugerir que, para um segmento dos participantes, a infância também envolveu aspectos menos idealizados, como dificuldades ou experiências de

superação, que, embora não tão comuns, ainda são partes integrantes do ciclo de desenvolvimento.

A Diversidade nas Respostas

Essa diferença na frequência de menções entre as palavras principais e as palavras menos expressivas revela uma importante característica dos dados coletados: a diversidade de experiências e percepções. Enquanto muitos participantes podem ter associado a infância principalmente a experiências positivas, como alegria e amor, outros podem ter refletido sobre aspectos menos abordados, mas igualmente importantes.

De fato, a alta porcentagem de respostas pouco expressivas (68,2%) sugere que a maioria dos participantes se concentrou em temas universais e amplamente compartilhados, enquanto uma parcela menor ofereceu respostas mais específicas e personalizadas. Isso reflete a diversidade de visões e experiências sobre a infância, onde os temas mais amplos, como amor e brincadeira, dominam as respostas, mas outras palavras menos frequentes podem capturar facetas mais nuances ou experiências pessoais dos respondentes.

Em linhas gerais, pode afirmar que embora as palavras menos frequentes, mencionadas apenas uma ou duas vezes, não tenham dominado a nuvem de palavras, elas ainda desempenham um papel importante na análise. Elas revelam a pluralidade de experiências de infância e as variações nas respostas dos participantes, destacando que, enquanto a maioria associou a infância a sentimentos de alegria, amor e brincadeira, há também uma gama de outras percepções que, embora não tão frequentes, são igualmente válidas e significativas.

Esses dados, portanto, evidenciam a complexidade e a diversidade das experiências infantis, que não se limitam apenas aos aspectos mais comuns ou tradicionais, mas também incluem vivências mais pessoais e específicas, que podem ser importantes para compreender as diferentes formas como a infância é lembrada e interpretada por diferentes pessoas.

1.2. Descrição da Análise com *Mentimeter*[®]: o significado de inclusão

A análise foi realizada com base nas respostas dos participantes, ao descrever o significado da palavra inclusão, totalizando 138 respostas. Utilizando a ferramenta *Mintermeter*[®], as palavras mais frequentemente mencionadas foram destacadas em uma nuvem de palavras.

A análise das palavras mais recorrentes relacionadas à **inclusão**, apresentada no **Quadro 2**, reflete os principais temas abordados pelos participantes sobre esse conceito. A distribuição das palavras revela aspectos centrais do entendimento de inclusão, com destaque para conceitos como **respeito**, **igualdade**, **socialização**, **conviver**, **empatia** e **incluir**. Esses termos carregam significados profundos, relacionados não apenas às vivências individuais dos respondentes, mas também à compreensão social da inclusão, especialmente no contexto da infância e da realidade brasileira.

Análise das Palavras e Seus Significados

As palavras respeito e igualdade são as mais mencionadas, representando 38,6% e 25%, respectivamente. Essas palavras indicam que os participantes associam a inclusão principalmente a princípios de valorização da diversidade e justiça social, fundamentais para um ambiente inclusivo. O respeito é visto como a base para a convivência harmoniosa entre indivíduos de diferentes origens, condições e características. Já a igualdade remete ao tratamento equânime, onde todas as pessoas, independentemente de suas diferenças, têm os mesmos direitos e oportunidades. Ambas as palavras refletem valores essenciais na luta por uma sociedade mais justa e inclusiva, em especial no Brasil, um país com uma rica diversidade cultural e social, mas também com desafios históricos de exclusão (Silva, 2016; Freire, 2001).

A socialização (11,4%), a palavra seguinte mais frequente, indica a importância das interações sociais e do pertencimento a um grupo, conceitos que são vitais no processo de inclusão. A socialização representa a capacidade de criar laços, de se integrar a diferentes contextos e, mais importante, de vivenciar a inclusão em um sentido mais amplo. O conceito de conviver (9,1%) complementa esse pensamento, destacando o convívio diário como uma das práticas fundamentais para que a inclusão aconteça efetivamente. Essa palavra sugere que, mais do que aceitar as diferenças, a verdadeira inclusão se dá através do dia a dia, no qual as pessoas aprendem a viver juntas de forma respeitosa e empática (Nascimento, 2009). Para Freire (2001), a convivência inclusiva é um ato pedagógico que deve ser cultivado desde os primeiros anos de vida.

Além disso, a palavra empatia (9,1%) ressalta a capacidade de se colocar no lugar do outro, de compreender as dificuldades e os desafios enfrentados por aqueles que são marginalizados ou excluídos. A empatia é um dos pilares para promover uma sociedade inclusiva, pois permite que os indivíduos se conectem emocionalmente com as experiências dos outros, criando uma rede de apoio e compreensão. Como destaca Gadotti (2005), a

empatia está no cerne do processo de inclusão, uma vez que possibilita a construção de pontes entre diferentes realidades e contextos sociais.

Por fim, a palavra incluir (6,8%) traz um elemento mais ativo do processo de inclusão. Incluir é um verbo que exige ação e, nesse contexto, reflete a prática de incorporar pessoas com diferentes necessidades, origens e características em espaços comuns, como escolas, ambientes de trabalho e comunidades. A ação de incluir está intimamente relacionada à mudança de mentalidade e ao rompimento de barreiras sociais, culturais e físicas que impedem a participação plena de todas as pessoas na sociedade (Silva, 2016).

Inclusão na Infância: algumas considerações

A **infância** é uma fase decisiva no desenvolvimento das atitudes inclusivas, pois é nesse período que as crianças começam a internalizar os conceitos de **respeito e igualdade**. Ao longo da história brasileira, a educação inclusiva tem sido um dos maiores desafios, especialmente para as crianças de comunidades marginalizadas, como as populações negras, indígenas e as crianças com deficiência. A **inclusão** escolar foi ganhando destaque principalmente a partir da década de 1990, com a introdução de políticas públicas que visam garantir o acesso de todas as crianças ao ensino regular, independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou sociais (Silva, 2016).

Essas palavras revelam uma forte associação entre a inclusão e os valores que devem nortear a convivência social, especialmente nas primeiras fases da vida, como a infância. A infância, por ser a fase de desenvolvimento das habilidades sociais e emocionais, é um período crucial para a formação de atitudes inclusivas. A educação inclusiva, por exemplo, é um tema cada vez mais discutido nas escolas brasileiras, com políticas públicas que buscam garantir que crianças com diferentes necessidades (sejam elas físicas, cognitivas ou sociais) possam crescer em um ambiente onde a igualdade, o respeito e a socialização sejam práticas diárias (Freire, 2001; Gadotti, 2005).

No Brasil, embora avanços importantes tenham sido feitos, como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) de 2015, que garante os direitos das pessoas com deficiência, a implementação da inclusão ainda enfrenta barreiras culturais, econômicas e estruturais. A desigualdade no acesso à educação de qualidade e a persistência de preconceitos e estigmas dificultam o pleno desenvolvimento da inclusão em diversas esferas sociais (Brasil, 2015).

A história da inclusão no Brasil também está profundamente ligada às lutas sociais, especialmente nas últimas décadas, com movimentos que buscam dar visibilidade e direitos para grupos historicamente marginalizados, como a população negra, as pessoas com

deficiência e as populações indígenas. O conceito de inclusão no Brasil é, portanto, não apenas uma questão de política pública, mas também uma questão de justiça social e direitos humanos, exigindo que a sociedade se reedue para aceitar e acolher as diferenças, promovendo o respeito, a igualdade e a empatia (Silva, 2016; Freire, 2001).

Para finalizar, pode-se afirmar então que a análise das palavras mais recorrentes sobre inclusão nos permite perceber como os valores fundamentais para um ambiente inclusivo – como respeito, igualdade, socialização, conviver, empatia e incluir – são centrais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Esses conceitos são particularmente importantes quando pensamos na infância, pois é nesse período que as crianças começam a internalizar as noções de pertencimento, convivência e aceitação da diversidade. No contexto brasileiro, embora haja um longo caminho a percorrer para que a inclusão seja uma realidade para todos, a análise das palavras revela uma crescente conscientização e uma busca por um futuro onde todos possam ter as mesmas oportunidades de desenvolvimento e participação (Freire, 2001).

Em resumo, a inclusão é sobretudo um direito, que garante uma prática cotidiana que envolve respeitar as diferenças, valorizar as singularidades de cada indivíduo e promover a igualdade em todos os âmbitos da vida, desde a educação infantil até a participação plena na sociedade. As palavras identificadas nas nuvens de palavras reforçam essa visão de um Brasil mais inclusivo e solidário, onde todos têm a chance de conviver e crescer juntos, com empatia e respeito mútuos (Gadotti, 2005).

2. Análise dos Resultados da Pesquisa: Avaliação dos Dados Através da Escala Likert

Neste item, são apresentados os resultados obtidos por meio da aplicação de uma pesquisa utilizando a Escala Likert, com o objetivo de investigar a concepção da inclusão das crianças na primeira infância, a partir da perspectiva dos educadores, em uma creche da rede municipal na Zona da Mata Norte de Pernambuco.

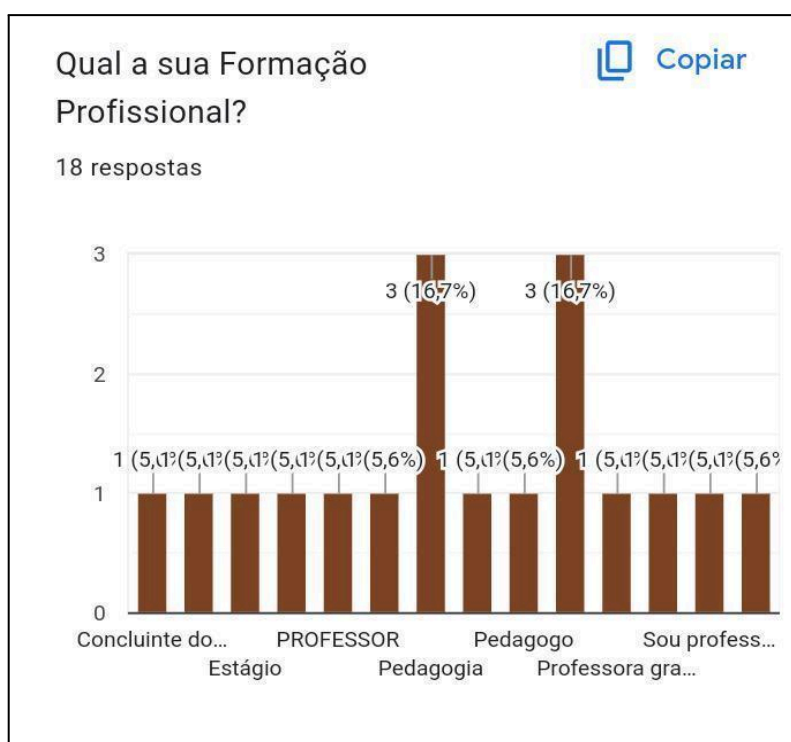
A Escala Likert utilizada para mensuração das respostas foi composta por número de 2 pontos, por ter excluído o ponto neutro, portanto, utilizando a escala *Likert Par* variando de "Discordo" e "Concordo".

A seguir, os dados são apresentados e analisados de forma a destacar as tendências e padrões emergentes

Na segunda etapa da pesquisa foi aplicado um questionário (Apêndice I), utilizando o *google forms*, com os docentes do turno da manhã. Na instituição há 21 professores nesse turno, porém 18 participaram da pesquisa e 2 não quiseram participar, e 1 está de licença. A análise se deu pela escala Likert, que é uma escala de questionário utilizada para conhecer a opinião dos participantes de uma pesquisa, sobre a afirmação feita indo de discordo totalmente a concordo totalmente.

A escala Likert possui duas classificações, a escala par e a ímpar, para essa pesquisa foi utilizada a escala par de concordância, havendo apenas duas opções de resposta, concordo ou discordo, excluindo a opção neutra.

Gráfico 1- Formação dos docentes



Fonte: Google Forms (2025)

De acordo com o gráfico, a formação dos 18 professores participantes desta pesquisa, se dá da seguinte maneira: 16 com formação em Pedagogia e 2 em processo de formação. Sobre a formação profissional do professor que atua na educação Infantil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no artº 62 diz

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

Podemos identificar assim que os professores passaram pelo processo de formação inicial de acordo como orienta a LDB.

Gráfico 2- Tempo de atuação dos docentes na Creche



fonte: Google Forms (2025)

A partir do gráfico podemos conhecer o tempo que os docentes fazem parte do corpo docente da instituição educacional onde ocorreu a pesquisa. Dos 18 profissionais, 9 (50%) trabalham na creche entre 1 e 3 anos; 5 (27,8%) trabalham entre 3 a 5 anos; 3 (16,7%) há mais de 5 anos e 1(5,6%) em menos de um ano.

Gráfico 3- Grupo/turma que os docentes atuam na creche.



fonte: Google Forms (2025)

A partir da leitura do gráfico acima, pode-se identificar que entre os docentes, 1 (5,6%) é educador do grupo I; 2 (11,1%) no grupo II; 5 (27,8%) no grupo III; 6 docentes no Pré I (33,3%) e 4 (22,2) no Pré II.

Em relação às categorias investigadas, os resultados apresentados obtiveram as seguintes respostas que foram apresentadas por figuras contínuas, em cada grupo respectivos, uma vez que delas foram extraídas a média, mediana e o desvio padrão:

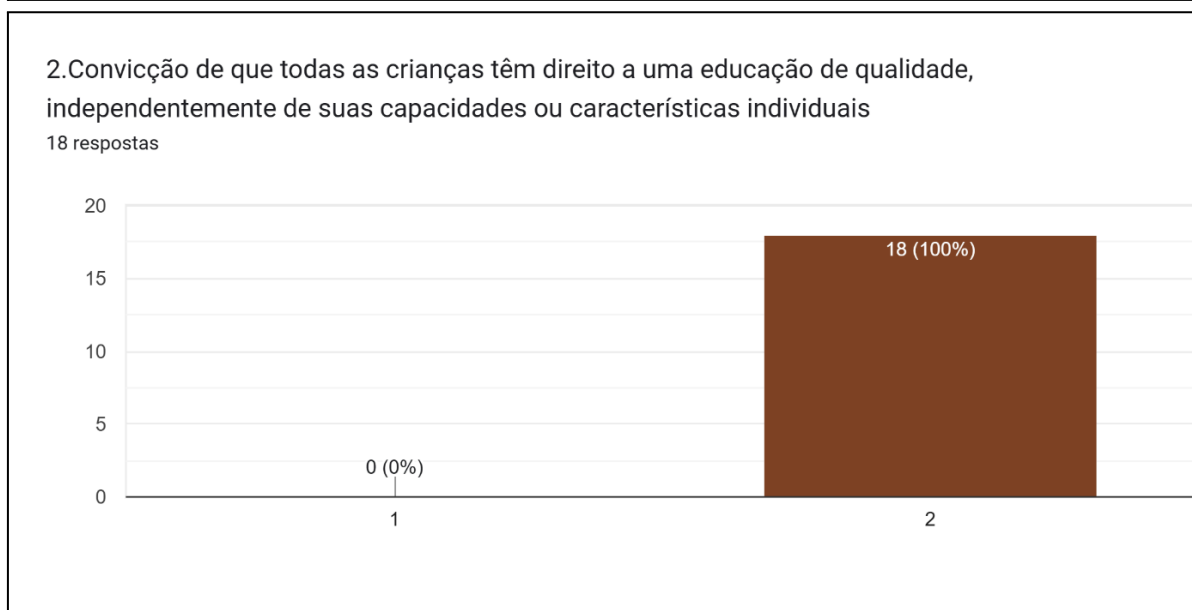
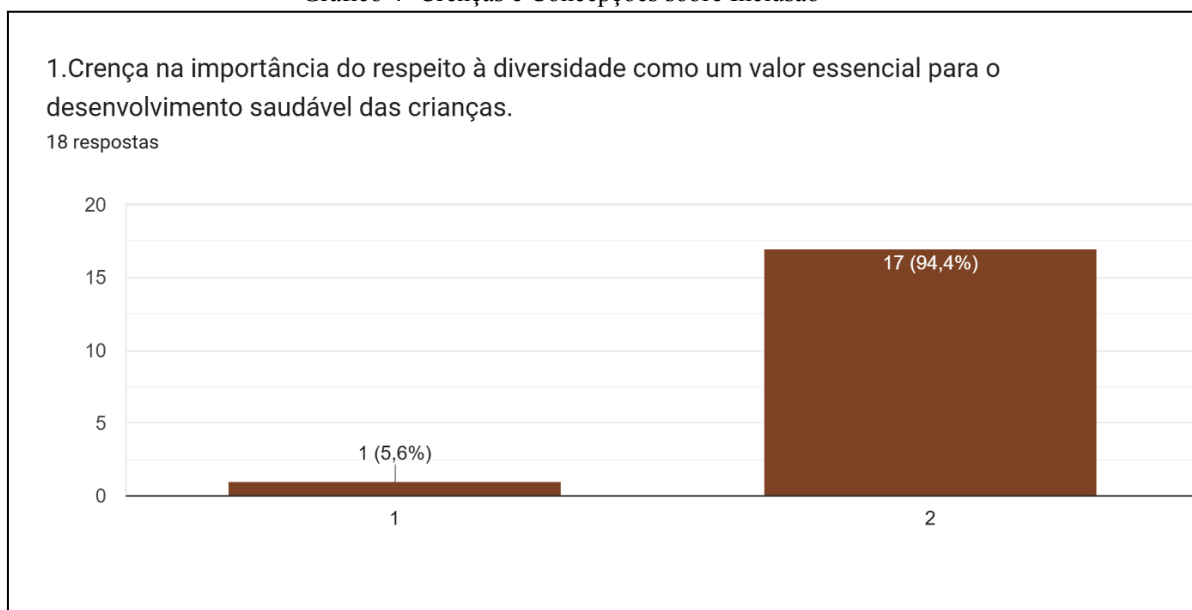
CATEGORIA CRENÇAS E CONCEPÇÕES SOBRE INCLUSÃO

As crenças e concepções sobre inclusão referem-se às ideias e valores que as pessoas têm a respeito da integração e participação de indivíduos com diferentes características em diversos contextos sociais, educacionais e profissionais. Essas crenças podem ser influenciadas por fatores culturais, históricos e pessoais, moldando a forma como a sociedade entende e trata a diversidade (Mantoan, 2003; Sassi, 2011; Diniz, 2014). Concepções inclusivas promovem a ideia de que todos devem ter as mesmas oportunidades, respeitando as diferenças e assegurando o acesso a direitos e serviços. Por outro lado, crenças excludentes podem reforçar estigmas e barreiras, dificultando a plena participação de grupos marginalizados, como pessoas com deficiência, minorias étnicas, entre outros. A construção de uma sociedade mais inclusiva exige, portanto, a reflexão sobre essas crenças e a mudança de atitudes para garantir a equidade. (Silva ; Almeida, 2007; Luke, 2009; Kassouf, 2010)

A seguir o bloco de gráficos correspondente às respostas da categoria crenças e

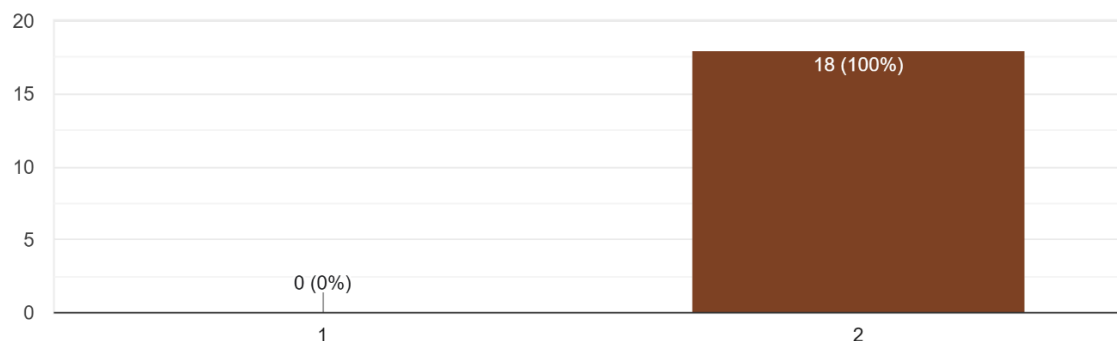
concepções sobre a inclusão.

Gráfico 4- Crenças e Concepções sobre Inclusão



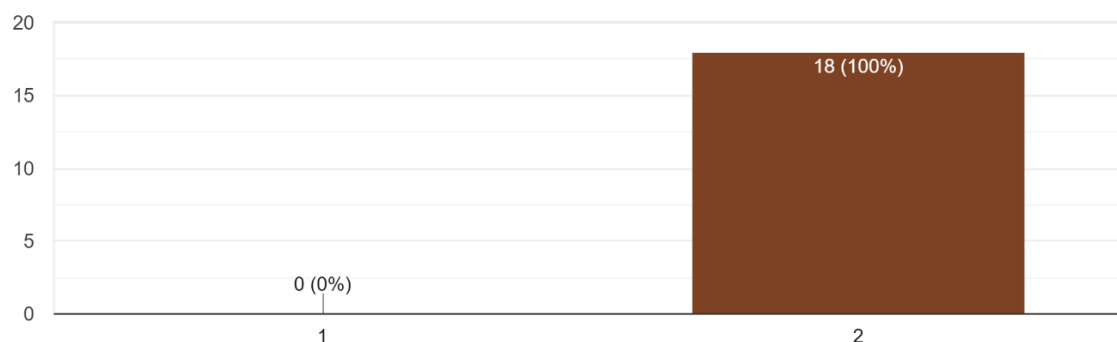
3. Concepção de que a inclusão não se limita apenas às crianças com deficiência, mas abrange todas as formas de diversidade, incluindo etnia, religião, gênero e orientação sexual.

18 respostas



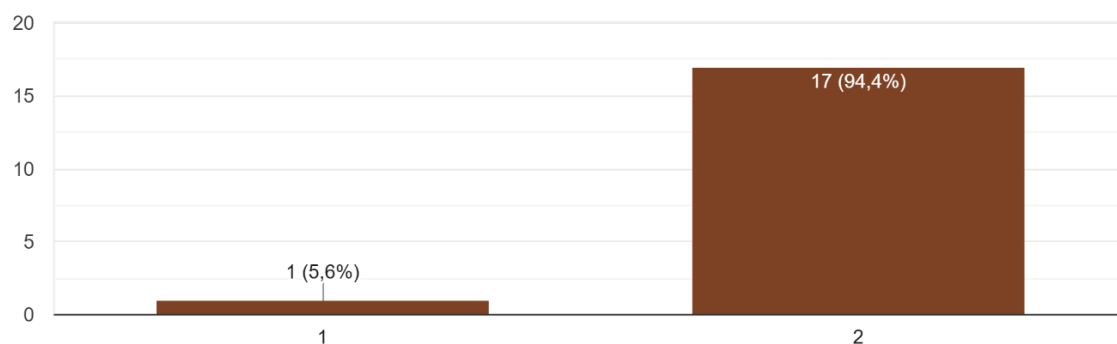
4. Crença na responsabilidade compartilhada de toda a comunidade escolar em garantir a inclusão e o bem-estar de todas as crianças.

18 respostas



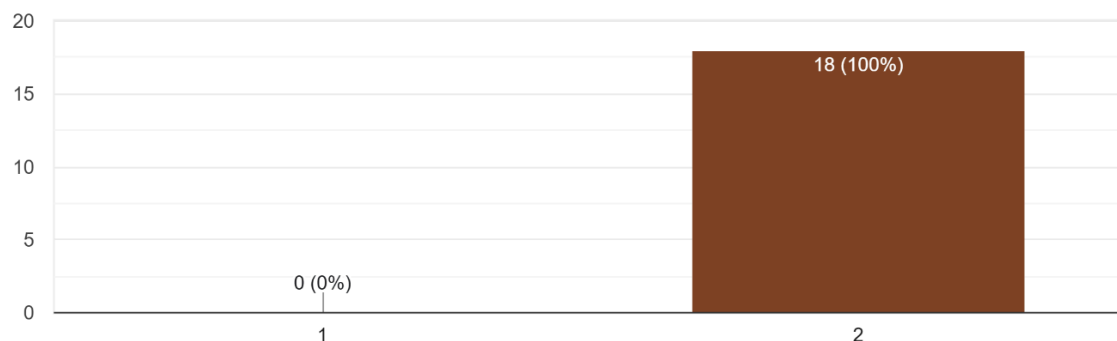
5. Convicção de que a inclusão não é apenas uma questão de política educacional, mas um princípio ético e moral fundamental.

18 respostas



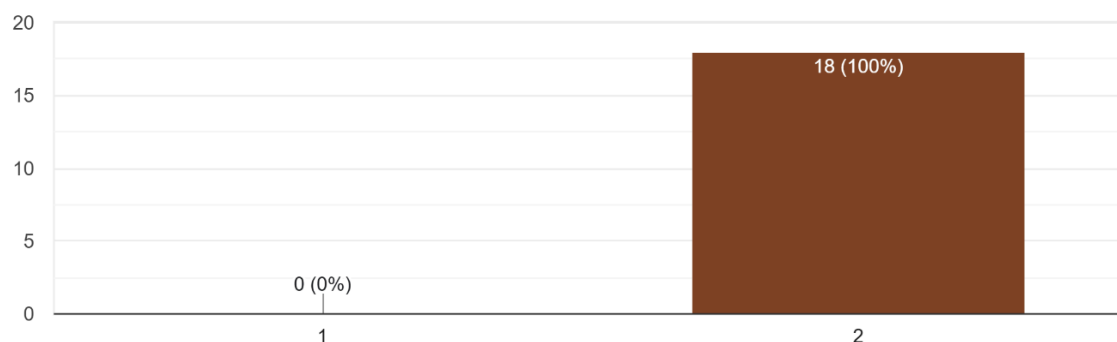
6. Crença na capacidade das crianças de se desenvolverem plenamente quando são aceitas, valorizadas e incluídas em seu ambiente escolar.

18 respostas



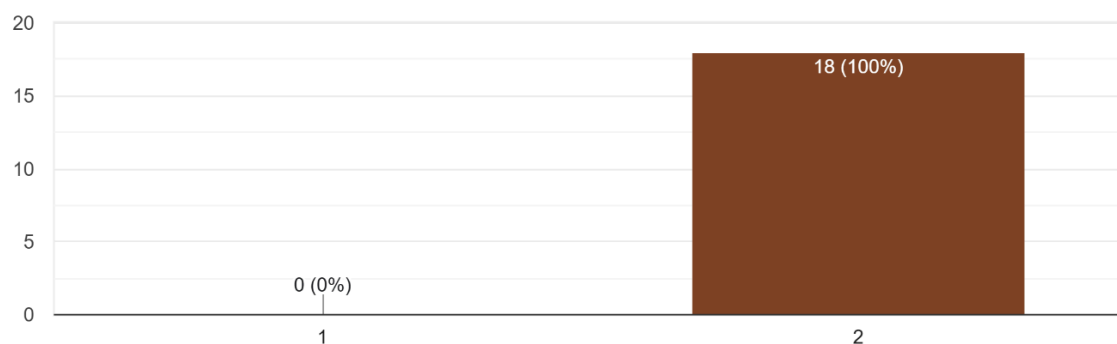
7. Concepção de que a inclusão não significa apenas colocar todas as crianças na mesma sala de aula, mas também garantir que todas as crianças recebam os recursos necessários para alcançar seu pleno potencial.

18 respostas



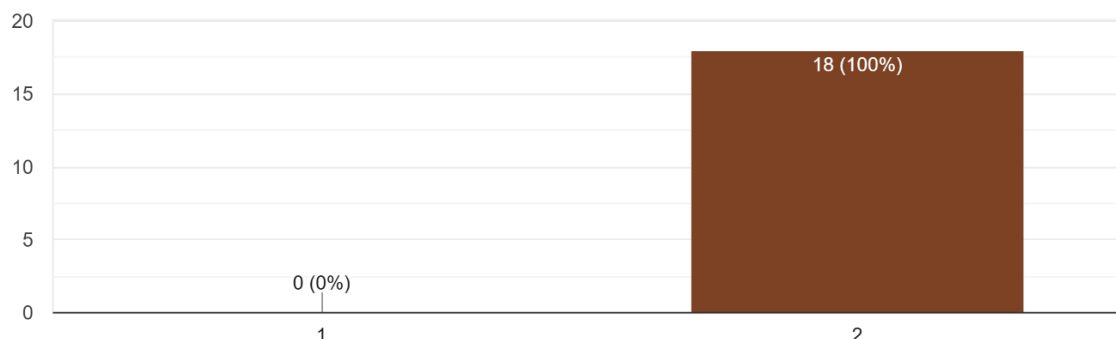
8. Crença na importância de promover uma cultura de respeito, tolerância e aceitação mútua desde a mais tenra idade.

18 respostas



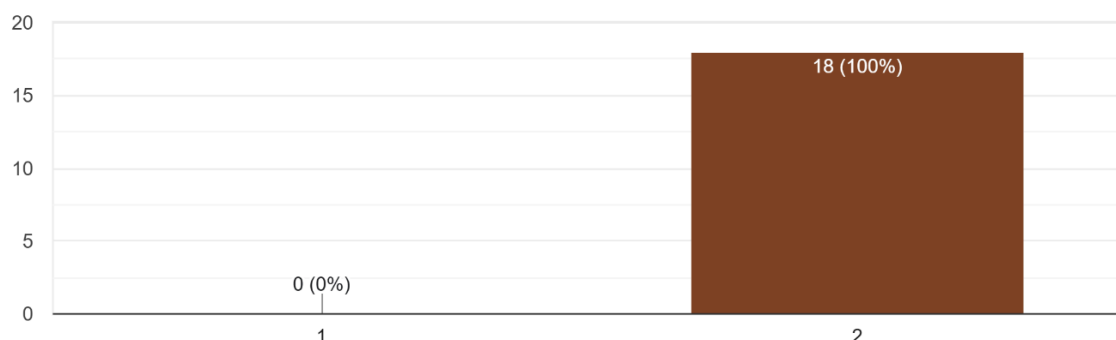
9. Concepção de que a inclusão é um processo contínuo que requer reflexão, aprendizado e adaptação constante por parte dos educadores e da comunidade escolar.

18 respostas



10. Crença na capacidade transformadora da educação inclusiva para criar uma sociedade mais justa, igualitária e compassiva.

18 respostas



fonte: Google Forms (2025)

Como já foi anunciado acima, a categoria "Crenças e Concepções" envolve os sistemas de entendimento e interpretações que as pessoas desenvolvem ao longo de suas vidas, influenciados por fatores culturais, sociais, psicológicos e históricos. Essas crenças e concepções formam uma base sobre como os indivíduos e grupos percebem e interagem com o mundo, moldando atitudes e decisões. Elas também podem ser desafiadas, modificadas ou reforçadas ao longo do tempo, dependendo de novas informações ou experiências.

Para compreender os dados numéricos foi calculado a média, mediana e desvio padrão para os resultados apresentados. As respostas foram organizadas de acordo com a escala de *Likert* que foi tomado como critério de análise (Discordo e Concordo).

Assim, embora tenha sido selecionado o *Likert Par* para avaliar as opiniões dos respondentes foi utilizado o Likert de 5 pontos, ou seja, foi designado, foi designado os seguintes valores para cada resposta:

- **Discordo** = 1 (correspondente à posição "Discordo")
- **Concordo** = 5 (correspondente à posição "Concordo")

Uma vez equacionado o ajuste para delinear os resultados de cada questão, obteve-se os seguintes dados:

Resultados de cada questão:

1. **Respeito à diversidade**
 - o 1 (5,6%) Discordo, 17 (94,4%) Concordo → [1, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5]
2. **Direito à educação de qualidade**
 - o 18 (100%) Concordo → [5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5]
3. **Inclusão abrange todas as formas de diversidade**
 - o 18 (100%) Concordo → [5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5]
4. **Comunidade escolar é responsável**
 - o 18 (100%) Concordo → [5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5]
5. **Inclusão é um princípio ético e moral**
 - o 1 (5,6%) Discordo, 17 (94,4%) Concordo → [1, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5]
6. **Crianças aceitas e valorizadas**
 - o 18 (100%) Concordo → [5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5]
7. **Recebam apoio e recursos**
 - o 18 (100%) Concordo → [5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5]
8. **Promover a cultura de respeito, tolerância e aceitação**
 - o 18 (100%) Concordo → [5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5]
9. **Inclusão é um processo contínuo**
 - o 18 (100%) Concordo → [5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5]
10. **Sociedade mais justa, igualitária e compassiva**
 - o 18 (100%) Concordo → [5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5]

A partir dos dados acima mencionados foi possível calcular a **média, mediana e desvio padrão**.

1. Média

A média é a soma de todas as respostas dividida pelo número total de respostas. Para cada questão, temos a seguinte distribuição de respostas:

- 1 vez "Discordo" (valor 1)
- 17 vezes "Concordo" (valor 5)

Para cada questão, a soma das respostas foi

$$\text{Soma} = 1 \times 1 + 17 \times 5 = 1 + 85 = 86$$

A média de cada questão foi:

$$\text{Média} = \frac{86}{18} \approx 4,78$$

Logo, a média de todas as questões foi aproximadamente **4,78**.

2. Mediana

A mediana é o valor central quando todas as respostas são organizadas em ordem crescente. Como temos 18 respostas, a mediana será a média dos 9º e 10º valores.

Para todas as questões, temos 1 valor de 1 (Discordo) e 17 valores de 5 (Concordo), então, ao ordenar as respostas, o 9º e 10º valores serão 5. Portanto, a mediana é **5**.

3. Desvio Padrão

O desvio padrão indica a dispersão dos valores em torno da média. Para calcular o desvio padrão, usamos a fórmula:

$$\sigma = \sqrt{\frac{\sum (x_i - \mu)^2}{N}}$$

Onde:

- x_i são os valores das respostas,
- μ é a média (4,78),
- N é o número de respostas (18).

Como temos 1 valor de 1 e 17 valores de 5, a soma dos quadrados das diferenças em relação à média temos os seguintes resultados:

- Para o valor "Discordo" (1), temos: $(1-4,78)^2 \approx 14,37$
- Para o valor "Concordo" (5), temos: $(5-4,78)^2 \approx 0,0484$

Uma vez obtido os resultados acima somam-se, conforme demonstrado abaixo:

$$\text{Soma} = 14,37 + 17 \times 0,0484 \approx 14,37 + 0,8228 = 15,1928$$

Agora se faz necessário dividir pelo número total de respostas (18), conforme demonstrado abaixo:

$$\frac{15,1928}{18} \approx 0,844$$

Finalmente, chega-se ao momento de extrair a raiz quadrada:

$$\sigma = \sqrt{0,844} \approx 0,92$$

Logo, o **desvio padrão** é aproximadamente **0,92**.

Com base nos resultados obtidos, temos uma média de **4,78**, o que indica uma forte tendência para as respostas "Concordo". A mediana também é **5**, o que reforça que a maioria das respostas está próxima do valor máximo da escala de Likert, ou seja, a maioria dos participantes tem uma visão muito positiva sobre os temas relacionados à inclusão e diversidade.

O **desvio padrão de 0,92** sugere que, embora a maioria das respostas seja alta, há uma certa variação. Isso pode indicar que, em alguns casos, os participantes podem não estar totalmente alinhados com as questões apresentadas, mas essa variação é pequena, o que confirma a tendência dominante de aceitação de crenças relacionadas à diversidade, inclusão e educação.

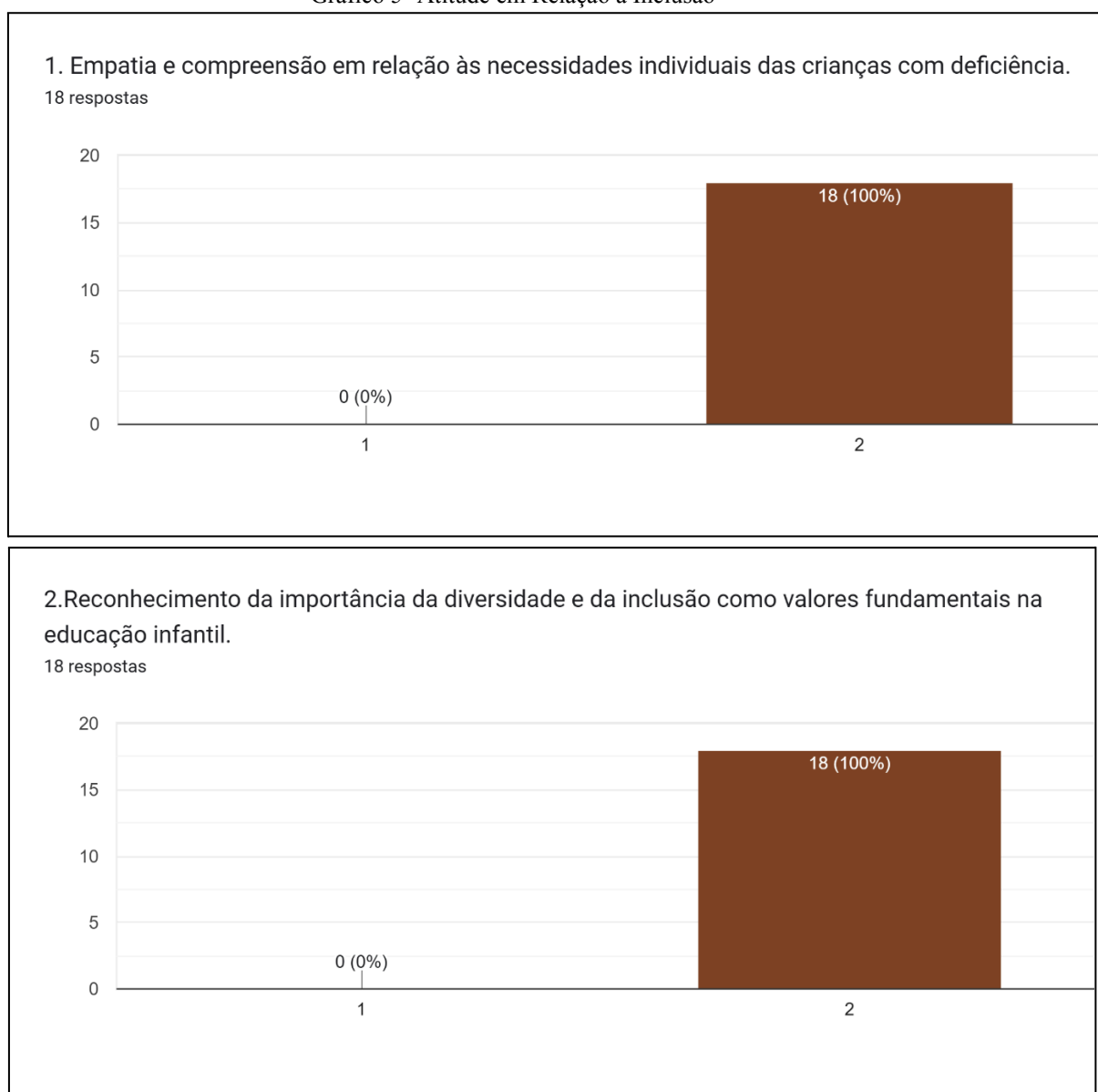
Em resumo, os resultados mostram um forte apoio à ideia de inclusão e diversidade, mas uma pequena discordância por parte de algumas pessoas, especialmente em temas que exigem reflexão ética ou moral, como no caso de "Respeito à diversidade" e "Inclusão é um princípio ético e moral", onde se observou uma discordância, embora pequena. Isso pode refletir a presença de algumas divergências ou limitações nas crenças pessoais ou culturais de alguns indivíduos, mas no geral, a adesão aos princípios de inclusão e igualdade é alta.

CATEGORIA ATITUDE EM RELAÇÃO À INCLUSÃO

A categoria "atitude em relação à inclusão" refere-se à postura e comportamento das pessoas diante da ideia de inclusão social, educacional e profissional de indivíduos com diferentes características, como pessoas com deficiência, minorias étnicas, ou outras

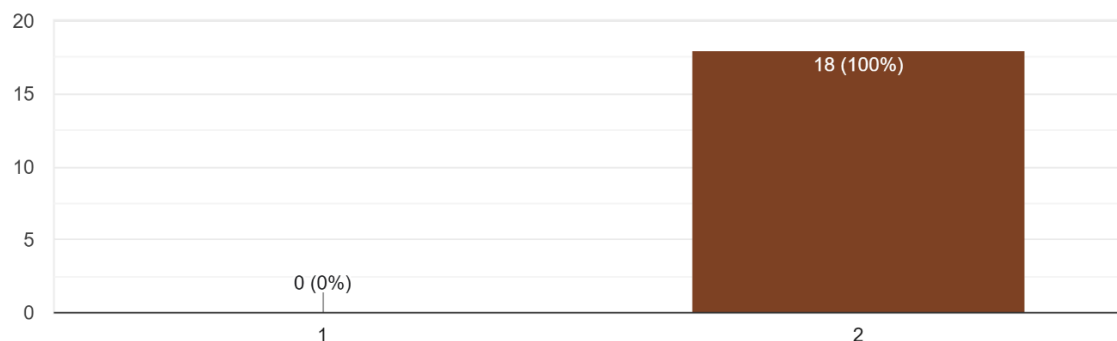
condições de vulnerabilidade. As atitudes podem variar entre positivas, quando há aceitação, respeito e disposição para garantir a igualdade de oportunidades, e negativas, quando existem preconceitos, estigmas ou resistência à mudança. Atitudes inclusivas envolvem empatia, compreensão das necessidades do outro e a busca por eliminar barreiras físicas, sociais e culturais. Mudanças de atitude são fundamentais para criar um ambiente mais justo e acessível a todos, promovendo a verdadeira inclusão em diversos contextos.(Zerbine;Pérez, 2011; Santos;Almeida,2007; Silva;Lima, 2011; Pereira, 2010)

Gráfico 5- Atitude em Relação à Inclusão



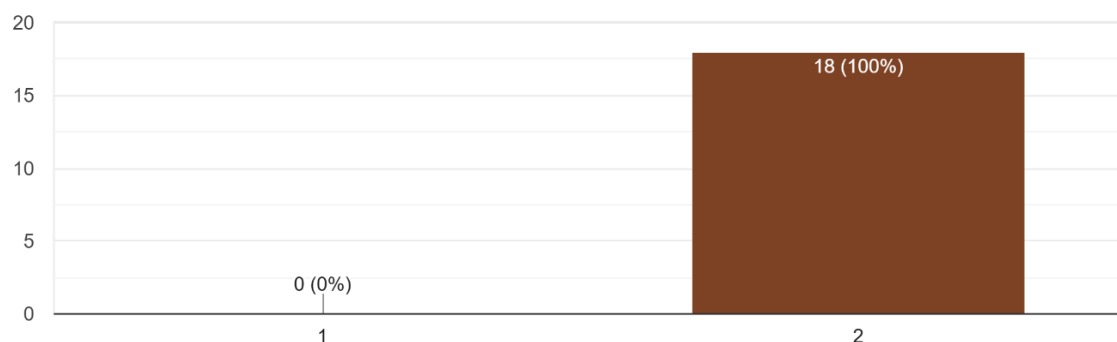
3. Disposição para adaptar as práticas pedagógicas para atender às necessidades específicas de cada criança

18 respostas



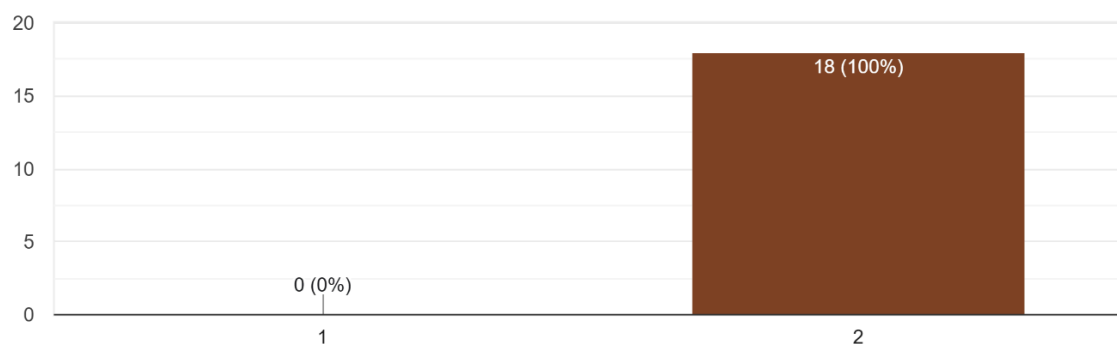
4. Abertura para trabalhar em colaboração com colegas de equipe, especialistas e pais para promover a inclusão

18 respostas



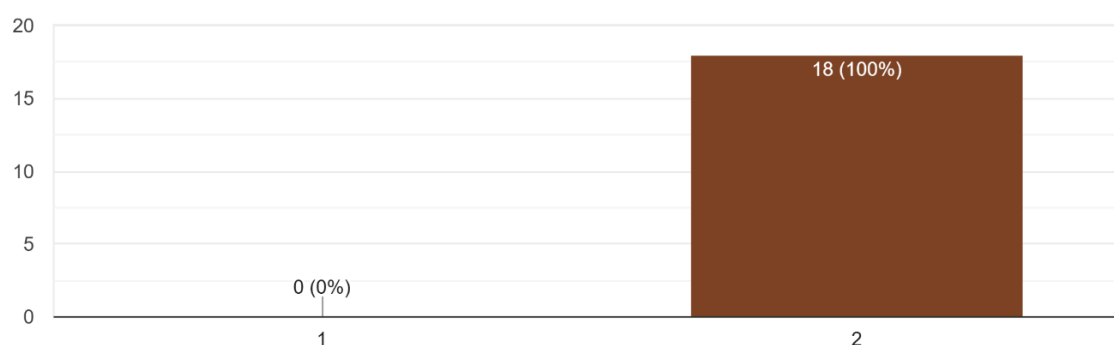
5. Valorização das contribuições únicas que cada criança traz para a sala de aula, independentemente de suas habilidades.

18 respostas

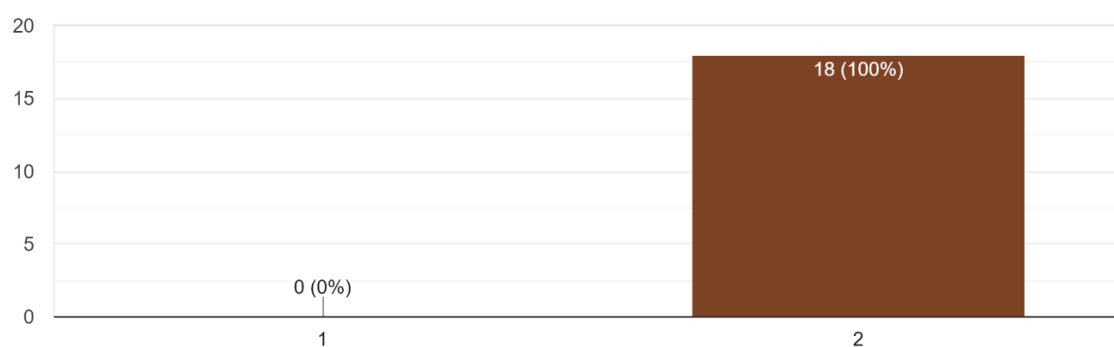


6. Prontidão para desafiar estereótipos e preconceitos em relação à deficiência e à diferença.

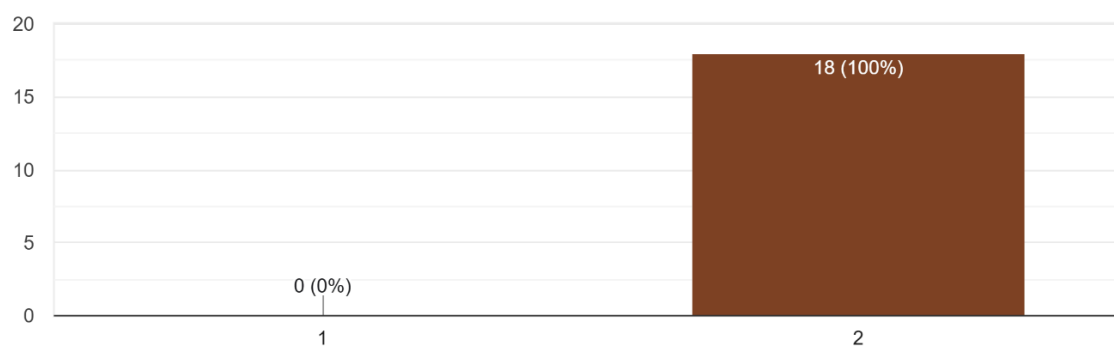
18 respostas

**7. Crença na capacidade de todas as crianças de aprender e se desenvolver, independentemente de suas características individuais**

18 respostas

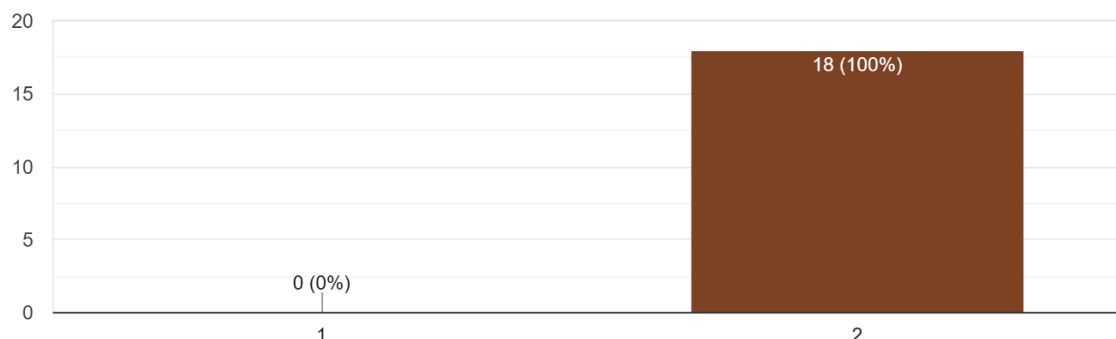
**8. Atitude positiva em relação à diversidade como uma oportunidade de enriquecimento do ambiente escolar**

18 respostas



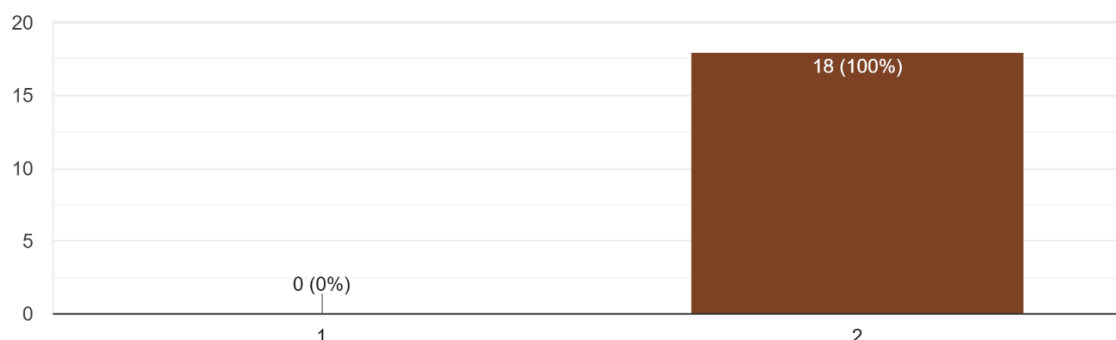
9. Disposição para buscar constantemente formas de melhorar e aprimorar as práticas inclusivas na sala de aula

18 respostas



10. Compromisso em criar um ambiente acolhedor e respeitoso onde todas as crianças se sintam valorizadas e incluídas.

18 respostas



fonte: Google Forms (2025)

Ao observar que 100% dos participantes responderam de forma unânime, concordando totalmente com os itens da categoria "Atitude em Relação à Inclusão", algumas reflexões críticas são necessárias para garantir que as atitudes expressas no questionário não sejam apenas superficiais, mas sim reflitam práticas efetivas no cotidiano escolar. A seguir, extraiu-se a seguinte análise crítica dessa realidade, conforme exposto nos sete itens abaixo:.

1. Unanimidade nas Respostas: A Conformidade Pode Ocultar Desafios Subjacentes

Embora a concordância total possa ser interpretada como uma atitude positiva e

alinhada com os princípios inclusivos, ela também pode ser indicativa de uma resposta socialmente esperada ou uma tendência de "resposta desejável", especialmente em um contexto educacional onde a inclusão é amplamente reconhecida como um valor. Este tipo de resultado pode ocultar desafios reais no terreno da implementação prática das ações inclusivas. Pode ser que os respondentes, ao tomarem consciência da importância da inclusão, expressam um compromisso teórico, mas, na prática, enfrentam dificuldades ou resistências que não se manifestam diretamente nas respostas.

2. Possível Falta de Reflexão Profunda sobre as Ações Concretas

As atitudes descritas na categoria são fundamentais para um ambiente inclusivo, mas elas exigem ações concretas no dia a dia da sala de aula e na interação com a equipe pedagógica, especialistas e famílias. A concordância total com itens como "disposição para adaptar as práticas pedagógicas" ou "trabalhar em colaboração com colegas de equipe" sugere que, teoricamente, os educadores estão bem alinhados com os princípios inclusivos. No entanto, é importante questionar até que ponto essas atitudes estão sendo efetivamente traduzidas em ações práticas. Estaria a adaptação do currículo sendo feita de maneira eficaz? As crianças com deficiência estão realmente recebendo o apoio necessário?

3. Empatia e Abertura para a Inclusão: Uma Realidade ou uma Expectativa Idealizada?

A empatia e a compreensão das necessidades individuais são aspectos essenciais para a inclusão, mas a habilidade de exercer essa empatia de forma genuína pode variar muito de pessoa para pessoa, dependendo de sua experiência, formação e exposição a realidades diversas. A "abertura" para a inclusão, bem como a disposição para desafiar estereótipos e preconceitos, pode ser mais desafiadora do que as respostas indicam. Muitas vezes, a inclusão não se limita a um compromisso consciente, mas a uma transformação nas práticas diárias e na superação de preconceitos enraizados, que podem não ser facilmente visíveis nas respostas de uma escala Likert.

4. Valorização da Diversidade e a Prática da Inclusão

Embora a valorização da diversidade seja amplamente reconhecida como um valor essencial, a integração da diversidade de forma significativa pode ser um desafio no ambiente educacional. O fato de todos os respondentes concordarem com a valorização da diversidade não significa que essa diversidade seja plenamente integrada no currículo, na cultura escolar e

nas interações diárias entre os alunos. O que é valorizado verbalmente nem sempre é plenamente aplicado. A integração da diversidade vai além do reconhecimento; exige estratégias pedagógicas e organizacionais que garantam a verdadeira inclusão de todos os alunos, o que pode exigir mais do que um simples reconhecimento de sua importância.

5. Crença na Capacidade de Todos os Alunos: Uma Crença Teórica ou Real?

A crença na capacidade de todas as crianças de aprender, independentemente de suas características individuais, é um dos pilares da educação inclusiva. No entanto, essa crença precisa ser apoiada por práticas pedagógicas que desafiem os alunos de acordo com suas necessidades específicas, respeitando seu ritmo e suas formas de aprender. A resposta unânime em concordar com essa crença pode ser um reflexo de um ideal educacional, mas será que, de fato, todos os educadores estão preparados para identificar e apoiar as necessidades individuais de cada criança, especialmente em turmas com diversidade significativa?

6. Desafios para Implementar uma Inclusão Sustentável

A inclusão vai além de atitudes e crenças. Ela depende de um compromisso contínuo, de um ambiente institucional de apoio, de recursos adequados e de um treinamento constante para os educadores. A disposição para "buscar constantemente formas de melhorar" a prática inclusiva é essencial, mas também é necessário refletir sobre o acesso a formação e recursos contínuos para que essa busca seja efetiva. A inclusão não pode ser vista como um objetivo fechado, mas como um processo dinâmico que exige avaliação constante, adaptação e o enfrentamento de obstáculos imprevistos.

7. Ambiente Acolhedor e Respeitoso: Ações Tangíveis ou Desejos?

A criação de um ambiente acolhedor e respeitoso é crucial para que todas as crianças se sintam valorizadas. No entanto, a forma como isso é colocado em prática no cotidiano escolar é fundamental. A acolhida de uma criança com deficiência não pode ser uma atitude pontual ou um esforço de curto prazo; ela precisa ser estruturada de forma contínua, no relacionamento diário com a criança e com sua família. Além disso, o ambiente acolhedor e respeitoso deve envolver não apenas os educadores, mas toda a comunidade escolar, incluindo alunos, funcionários e pais.

Embora os resultados do Likert apontem para uma adesão forte aos princípios de

inclusão, é fundamental questionar a concretização dessas atitudes no dia a dia escolar. A inclusão exige um comprometimento ativo, contínuo e transformador. A educação inclusiva não deve ser tratada apenas como uma série de atitudes desejáveis, mas como um compromisso com práticas pedagógicas eficazes, adaptação contínua às necessidades dos alunos e superação de barreiras, tanto cognitivas quanto sociais.

Portanto, a verdadeira inclusão só será alcançada quando os educadores não apenas se comprometerem com os valores inclusivos, mas também quando suas práticas pedagógicas, comportamentais e estruturais refletirem essa disposição em todos os momentos da interação educacional.

CATEGORIA PRÁTICAS DE PROMOÇÃO DA INCLUSÃO

A categoria **Práticas de Promoção da Inclusão** refere-se a um conjunto de ações, estratégias e medidas adotadas com o objetivo de garantir a participação plena e equitativa de todos os indivíduos na sociedade, especialmente aqueles que, por diferentes motivos, podem ser excluídos ou marginalizados. Isso pode envolver ações em diversas áreas, como educação, trabalho, saúde, cultura, entre outras. (Gomes, Tavares, 2013; Pereira, 2010; Mantoan, 2006; Silva, Almeida, 2007)

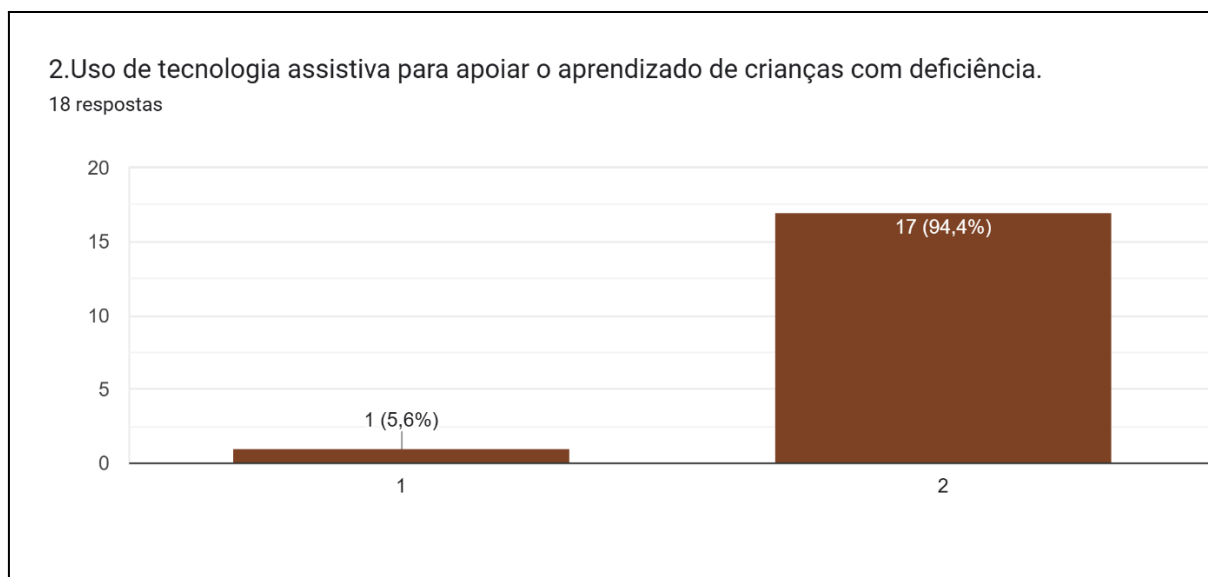
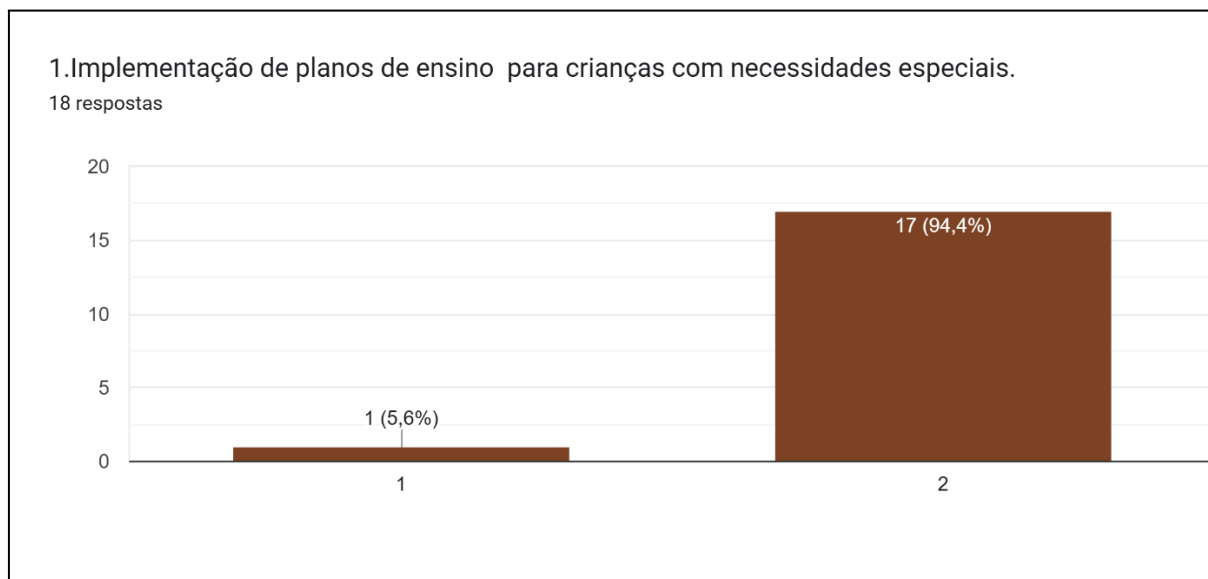
Essas práticas são voltadas para a **eliminação de barreiras sociais, culturais, físicas e psicológicas**, buscando criar um ambiente mais inclusivo e acessível. Exemplos incluem:

1. **Acessibilidade:** Garantir que espaços públicos e privados sejam acessíveis a pessoas com deficiência.
2. **Diversidade:** Promover ambientes que valorizem as diferenças culturais, raciais, de gênero e sociais, entre outras.
3. **Educação inclusiva:** Oferecer oportunidades educacionais para todos, independentemente de sua origem, condição física ou mental.
4. **Políticas afirmativas:** Implementação de ações para combater a desigualdade e garantir igualdade de oportunidades para grupos historicamente marginalizados.

Portanto, o significado de "Práticas de Promoção da Inclusão" está relacionado com o compromisso de tornar a sociedade mais justa, equitativa e acessível para todos, promovendo a participação plena e a valorização das diferenças.

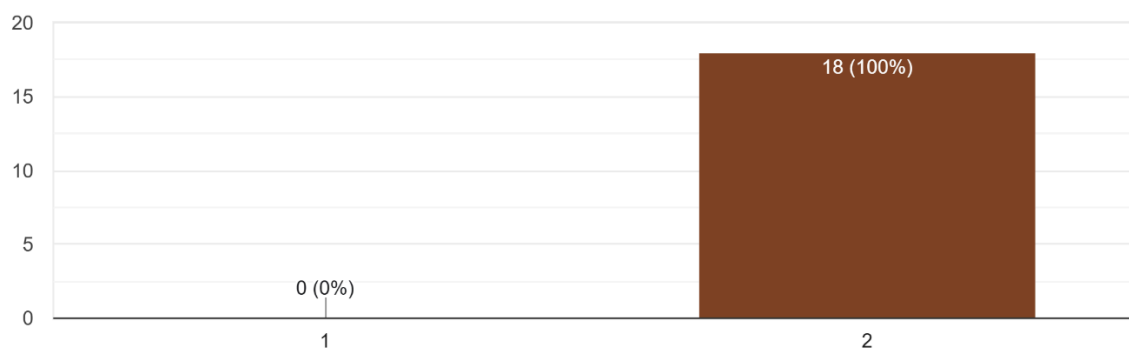
Em resumo, as **práticas de promoção da inclusão** são ações concretas que buscam garantir um espaço onde todos possam participar de forma igualitária e sem barreiras, respeitando a diversidade e promovendo a igualdade de direitos. Essas práticas são essenciais para criar uma sociedade mais justa e integrada, onde todos os indivíduos, independentemente de suas características pessoais, possam viver com dignidade, respeito e oportunidades.

Gráfico 6- Práticas de Promoção da Inclusão



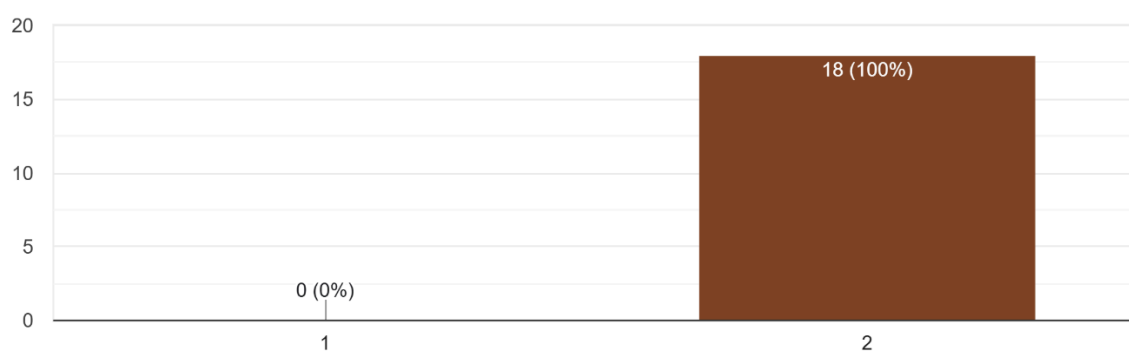
3. Criação de oportunidades para que as crianças desenvolvam empatia e respeito pela diversidade.

18 respostas



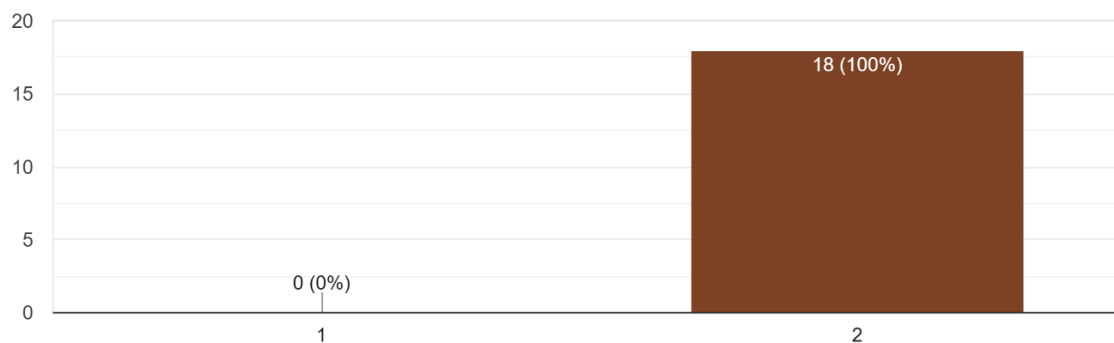
4. Promoção de atividades que valorizem as habilidades únicas de cada criança.

18 respostas



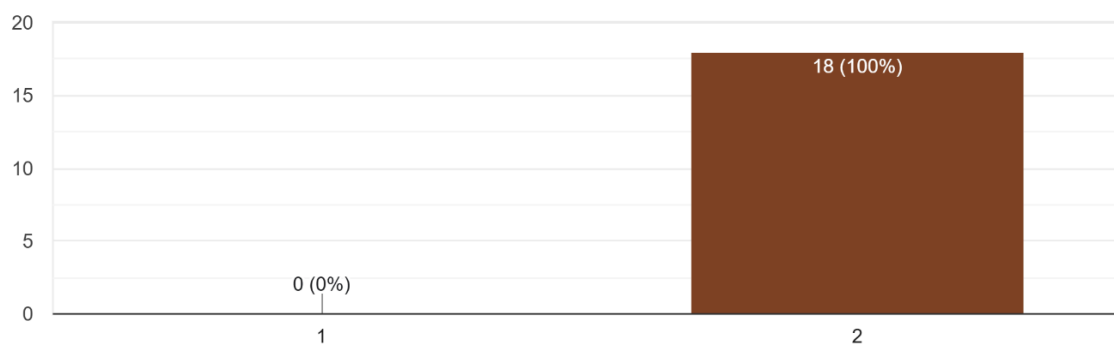
5. Estabelecimento de expectativas positivas e altas para todas as crianças, independentemente de suas habilidades

18 respostas



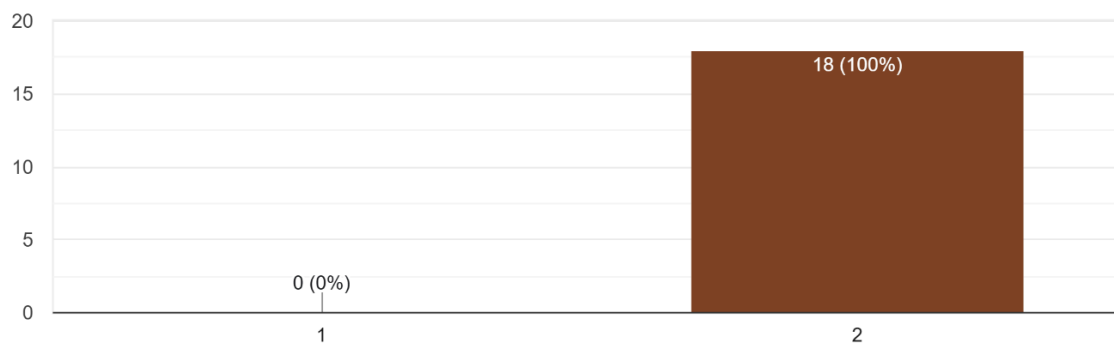
6. Inclusão de materiais e recursos diversificados que representem diferentes culturas, etnias e realidades sociais.

18 respostas



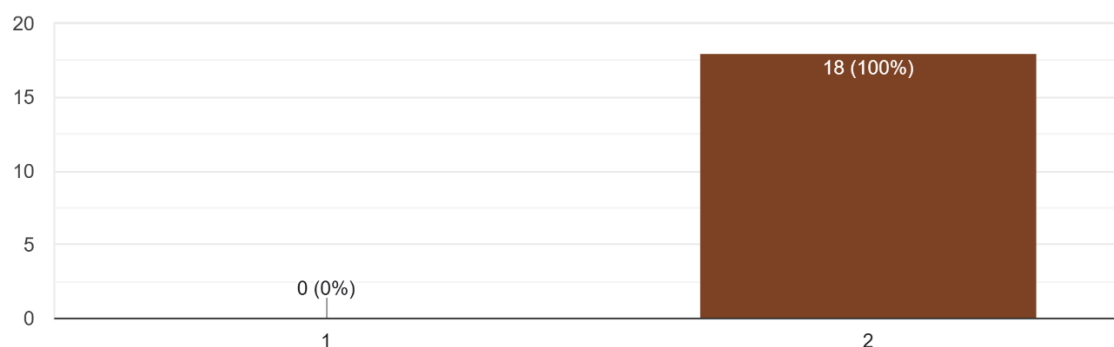
7. Criação de um ambiente de aprendizagem colaborativo, onde as crianças aprendam umas com as outras e se apoiem mutuamente

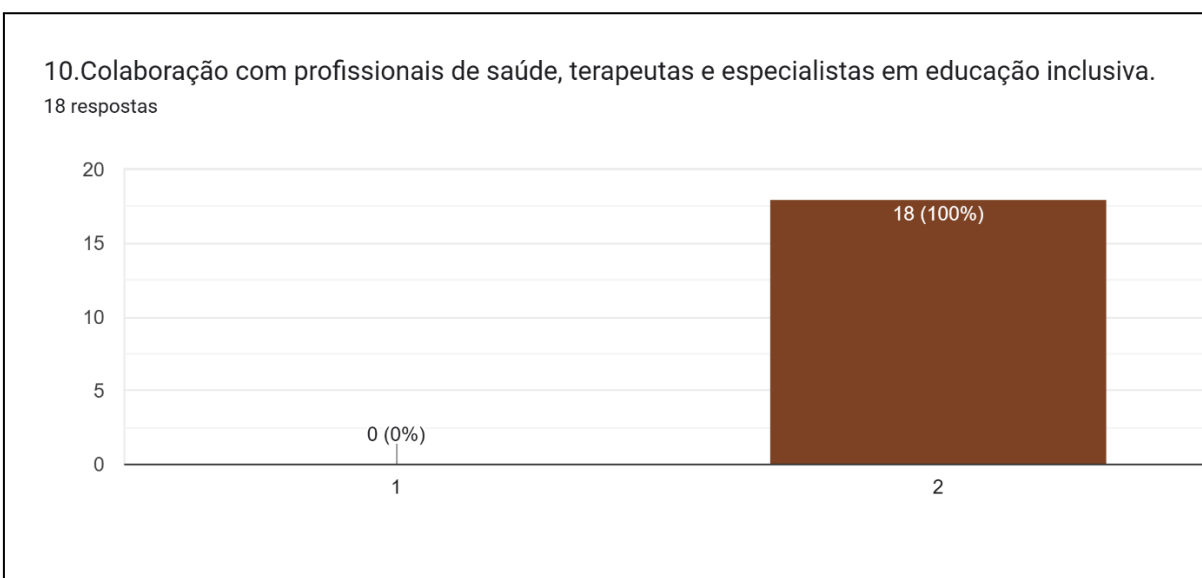
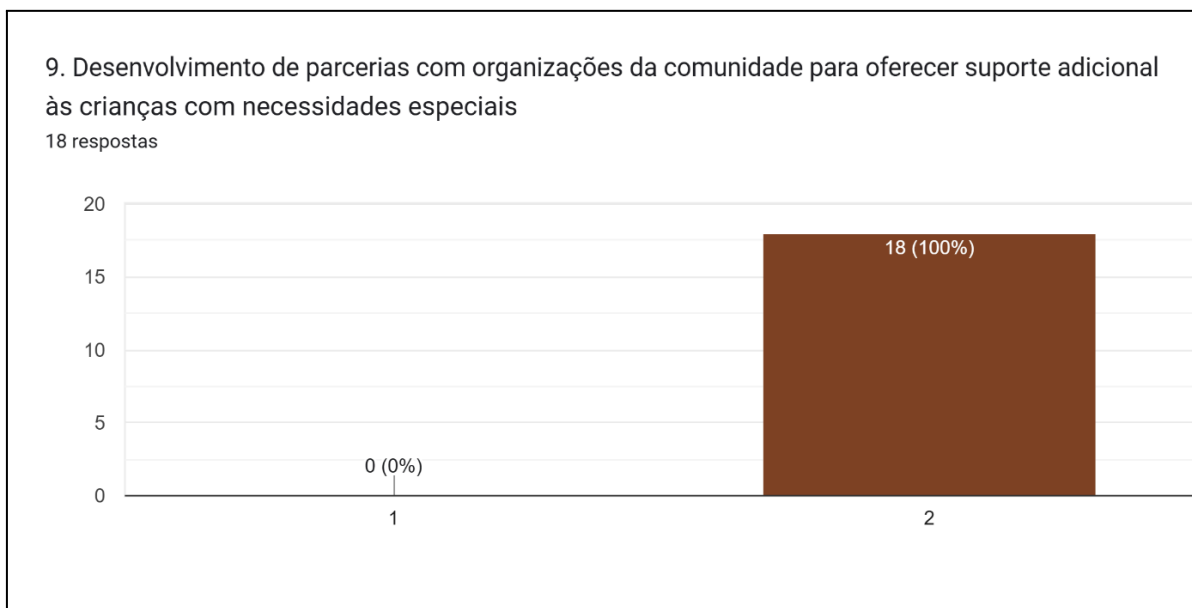
18 respostas



8. Fomento de uma cultura escolar que valorize a diversidade e a inclusão em todos os aspectos.

18 respostas





fonte: Google Forms (2025)

A categoria **Práticas de Promoção da Inclusão** envolve ações concretas e estratégias adotadas por diferentes agentes (como escolas, instituições, organizações e indivíduos) para garantir a inclusão de todos, respeitando as diversidades sociais, culturais, educacionais e de necessidades especiais. Essas práticas são fundamentais para promover um ambiente mais justo, acessível e acolhedor para todos.

Essas práticas têm um grande impacto na criação de um ambiente inclusivo e acessível, e precisam ser constantemente avaliadas e aprimoradas para garantir que todos os indivíduos, independentemente de suas diferenças, tenham as mesmas oportunidades de desenvolvimento e participação.

Para esta categoria adotou-se a mesma lógica do Likert de 5 pontos já descritos acima, com os valores:

- **Discordo** = 1
- **Concordo** = 5

Assim a distribuição das respostas para cada questão foi a seguinte para cada questão :

1. **Plano de Ensino Inclusivo**
 - o 1 (5,6%) Discordo, 17 (94,4%) Concordo → [1, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5]
2. **Tecnologias Assistivas**
 - o 1 (5,6%) Discordo, 17 (94,4%) Concordo → [1, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5]
3. **Oportunidades**
 - o 18 (100%) Concordo → [5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5]
4. **Atividades que validem as habilidades**
 - o 18 (100%) Concordo → [5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5]
5. **Expectativas positivas e altas**
 - o 18 (100%) Concordo → [5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5]
6. **Materiais e recursos diversificados**
 - o 18 (100%) Concordo → [5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5]
7. **Ambiente de aprendizagem colaborativa**
 - o 18 (100%) Concordo → [5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5]
8. **Cultura escolar que valorize a diversidade e a inclusão**
 - o 18 (100%) Concordo → [5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5]
9. **Parcerias com organizações e a comunidade**
 - o 18 (100%) Concordo → [5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5]
10. **Rede de apoio de saúde externo**
 - o 18 (100%) Concordo → [5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5]

Mais uma vez buscou-se a média, mediana e o desvio padrão.

1. Média

Para as questões com 1 discordando e 17 concordando: Assim, a soma das respostas para cada questão foi:

$$\text{Soma} = (1 \times 1) + (17 \times 5) = 1 + 85 = 86$$

A média para estas questões foi a seguinte:

Para as questões em que todos concordaram (18 concordaram):

- A soma das respostas foi:

$$\text{Média} = \frac{86}{18} \approx 4,78$$

A média então foi de:

$$\text{Média} = \frac{90}{18} = 5$$

2. Mediana

A mediana é o valor que ocupa a posição central da lista de respostas organizadas.

Para as questões em que há 1 discordando e 17 concordando, temos a seguinte organização:

- Ao organizar as respostas, a 9ª e 10ª respostas serão 5 (porque a maioria das respostas é 5). Portanto, a mediana será **5**.

Para as questões em que todos concordam (todos com valor 5):

- A mediana será 5, porque todas as respostas são 5.

Logo, a **mediana** para todas as questões será **5**.

3. Desvio Padrão

O desvio padrão mede a dispersão das respostas em torno da média. Assim, buscar-se-á o desvio padrão para as duas situações:

Para as questões com 1 discordando e 17 concordando (média = 4,78):

- O valor de 1 tem a diferença de $|1 - 4,78| = 3,78$.
- O valor de 5 tem a diferença de $|5 - 4,78| = 0,22$.

Para o desvio padrão, calcula-se a soma das diferenças quadradas, então, se faz necessário dividir pelo número total de respostas e tiramos a raiz quadrada:

$$\sigma = \sqrt{\frac{(1 - 4,78)^2 + 17 \times (5 - 4,78)^2}{18}} = \sqrt{\frac{(3,78)^2 + 17 \times (0,22)^2}{18}} = \sqrt{\frac{14,37 + 0,8228}{18}} = \sqrt{\frac{15,1928}{18}} \approx \sqrt{0,844} \approx 0,92$$

Para as questões em que todos concordam (média = 5): Como todas as respostas são 5, o desvio padrão será 0, porque não há variação. Assim conclui-se que o desvio padrão médio será aproximadamente **0,92**. A única exceção seria para as questões com todas as respostas sendo 5, onde o desvio padrão é 0.

Diante dos dados acima mencionados, conclui-se que: Em relação à **Média (4,78)**, foi observado que o seu resultado foi muito alto, indicando que, de maneira predominante, os participantes concordam fortemente com as práticas de promoção da inclusão. Ressalta-se ainda que a alta média mostra um forte alinhamento com os princípios inclusivos e a aplicação dessas práticas, especialmente considerando que a maioria das questões obteve 100% de concordância. No que diz respeito à **Mediana (5)**, sendo 5, reforça a tendência de que a maioria dos respondentes estão em concordância plena com as práticas propostas. Não há indicações de discordância significativa em qualquer um dos pontos abordados. Quanto ao **Desvio Padrão (0,92)** foi observado que o seu resultado foi relativamente baixo indicando que, embora haja algumas variações (principalmente nas questões com 1 discordando), a maioria das respostas está bastante concentrada em torno do valor máximo (5). A dispersão é pequena, sugerindo que a aceitação das práticas de inclusão é bastante homogênea, mas não sem alguma resistência ou dúvida de poucos participantes.

Em resumo, os dados revelam uma forte aceitação das práticas de promoção da inclusão, com um pequeno grupo de participantes expressando discordância (especialmente em duas questões, "Plano de Ensino Inclusivo" e "Tecnologias Assistivas"). No geral, os resultados indicam um compromisso significativo com a inclusão, mas é importante observar que a opinião de todos os indivíduos não está completamente alinhada. Este pequeno grau de discordância pode refletir diferentes perspectivas ou desafios na implementação dessas práticas, e seria importante investigar mais profundamente as razões dessas discordâncias.

ANÁLISE CRÍTICA COMPARATIVA ENTRE AS DUAS CATEGORIAIS

Ao realizar uma análise crítica comparativa entre as duas categorias **Crenças e Concepções e Práticas de Promoção da Inclusão**, foi possível identificar algumas

conclusões sobre as visões e atitudes dos participantes, bem como sobre as possíveis lacunas entre as crenças ideológicas e a implementação de ações práticas. Por exemplo:

1. Alinhamento entre Crenças e Práticas

Crenças e Concepções:

A maioria dos participantes têm crenças fortemente alinhadas com os princípios de inclusão, diversidade e respeito. O resultado com a média de **4,78** e a mediana de **5** indica um grande apoio aos conceitos éticos e morais da inclusão.

A alta adesão a questões como "Respeito à diversidade", "Inclusão é um princípio ético e moral", e "Crianças aceitas e valorizadas" reflete uma visão positiva sobre o valor da inclusão na sociedade e na educação.

Práticas de Promoção da Inclusão:

Os participantes também demonstraram um forte alinhamento com as práticas de inclusão no ambiente educacional e social, com a média de **4,78** (similar à categoria anterior) e a mediana de **5**, sugerindo que acreditam que essas práticas são amplamente aplicadas ou devem ser aplicadas para promover a inclusão.

A presença de 100% de respostas "Concordo" para muitas questões práticas, como "Materiais e recursos diversificados", "Ambiente de aprendizagem colaborativa", e "Parcerias com organizações e a comunidade", reforça a percepção de que os participantes estão engajados com a implementação de tais práticas.

2. Possíveis Discrepâncias e Desafios

Desvio Padrão:

Ambos os conjuntos de dados apresentam um **desvio padrão** relativamente baixo (aproximadamente 0,92), indicando que, em geral, as opiniões dos participantes estão muito próximas. No entanto, em ambas as categorias, a presença de respostas divergentes (mesmo que pequenas) indica que nem todos os participantes estão totalmente convencidos ou confortáveis com todos os aspectos da inclusão e suas práticas.

Resistências na Prática:

Embora as crenças sobre a inclusão sejam amplamente positivas e de acordo com princípios éticos, existe uma pequena resistência prática, como evidenciado pela presença de "discordo" em algumas questões (por exemplo, "Respeito à diversidade" e "Inclusão é um princípio ético e moral"). Isso pode sugerir que, mesmo que as pessoas acreditem nos princípios da inclusão, pode haver desafios ou resistência na aplicação efetiva dessas crenças no cotidiano escolar, nas práticas educacionais ou em outras áreas da sociedade.

A discordância em algumas questões, especialmente nas que exigem ações concretas, como a adoção de **Tecnologias Assistivas** ou **Plano de Ensino Inclusivo**, pode refletir barreiras como falta de recursos, conhecimento ou até preconceitos mais sutis contra certas formas de inclusão.

3. Implementação versus Percepção

Crenças: Os participantes demonstram uma forte concordância com os princípios de inclusão, o que é promissor. Eles acreditam que a inclusão deve ser promovida de maneira ética, moral e com respeito à diversidade. Porém, essas crenças podem ser mais fáceis de expressar em um contexto idealizado, sem os desafios e as dificuldades reais que surgem na implementação.

Práticas: Embora a adesão às práticas de inclusão também seja alta, a diferença em algumas áreas sugere que a implementação de políticas e práticas pode ser mais difícil na prática do que a aceitação teórica dessas ideias. Os participantes podem reconhecer a importância de um "ambiente de aprendizagem colaborativa", mas a criação de um ambiente real, acessível e diversificado pode encontrar obstáculos como falta de recursos ou treinamento adequado.

4. A Importância de Capacitação e Suporte

O alinhamento entre crenças e práticas pode ser ampliado com uma **capacitação mais robusta** de educadores, gestores e a comunidade. A implementação bem-sucedida das práticas de inclusão depende de um processo contínuo de aprendizado e sensibilização. Isso poderia explicar a pequena resistência observada, como no caso de **Tecnologias Assistivas** e

Plano de Ensino Inclusivo, onde a falta de familiaridade ou recursos pode ser um fator limitante.

5. Reforço da Cultura de Inclusão

Uma forte **cultura escolar** que promova a **valorização da diversidade** e a **aceitação** pode ajudar a diminuir qualquer resistência existente, tornando a inclusão não apenas uma crença ou uma prática, mas uma parte intrínseca do cotidiano. Isso é reforçado pela alta adesão tanto às crenças quanto às práticas, especialmente em questões como "Cultura escolar que valorize a diversidade" e "Parcerias com organizações e a comunidade".

Frente ao exposto, a análise das duas categorias revela uma forte aceitação tanto dos **princípios de inclusão** quanto das **práticas de promoção da inclusão**. Contudo, algumas pequenas divergências nas respostas indicam que, enquanto as pessoas podem concordar amplamente com os conceitos e benefícios da inclusão, a implementação dessas práticas no dia a dia ainda enfrenta desafios.

Neste sentido para melhorar ainda mais a inclusão, é essencial focar em:

- **Desenvolvimento contínuo de recursos e ferramentas,**
- **Apoio na capacitação dos profissionais envolvidos, e**
- **Garantia de condições adequadas** para a aplicação das práticas de inclusão, como o uso de tecnologias assistivas e a elaboração de planos de ensino inclusivos.

Em resumo, existe um forte alinhamento entre as crenças e as práticas de inclusão, mas a implementação eficaz dessas práticas exigirá mais esforço em termos de **capacitação, recursos e adaptação das instituições** para garantir que os ideais se tornem realidade na prática.

CATEGORIA DESAFIOS E BARREIRAS

A categoria desafios e barreiras refere-se aos obstáculos que dificultam a promoção da inclusão plena de todos os indivíduos em diversas esferas da sociedade, como a educação, o trabalho, a cultura, e o acesso aos direitos básicos. Esses desafios e barreiras são fatores que criam ou mantêm a exclusão de determinados grupos sociais, impedindo que eles tenham igualdade de oportunidades e participação ativa na vida social. Em outras palavras, trata-se das dificuldades que surgem ao tentar garantir que todos, independentemente de suas

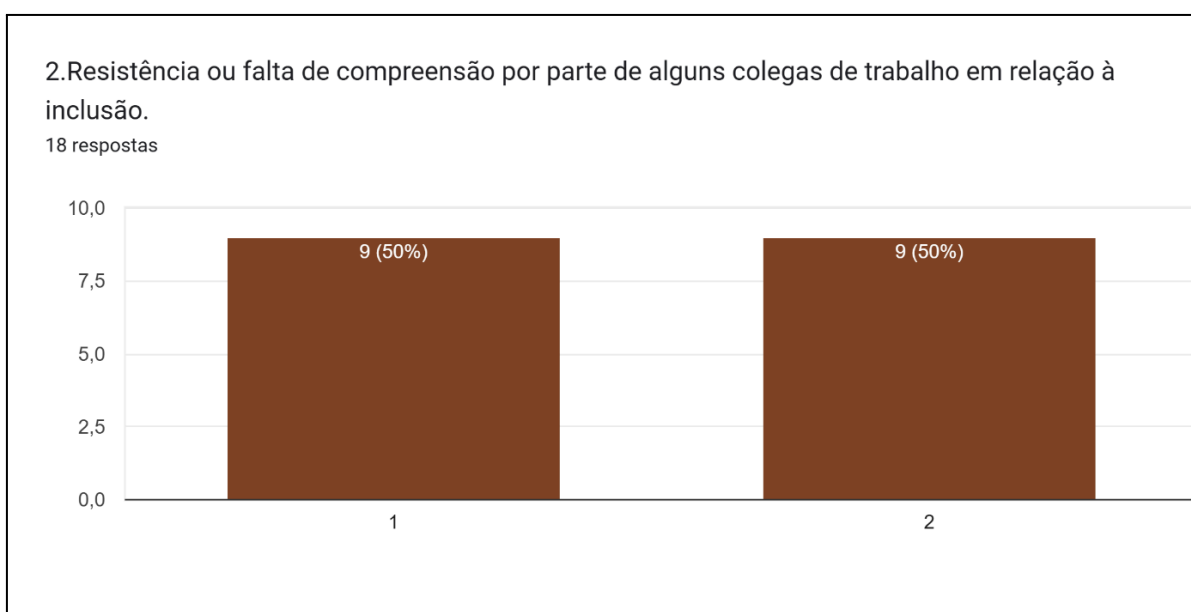
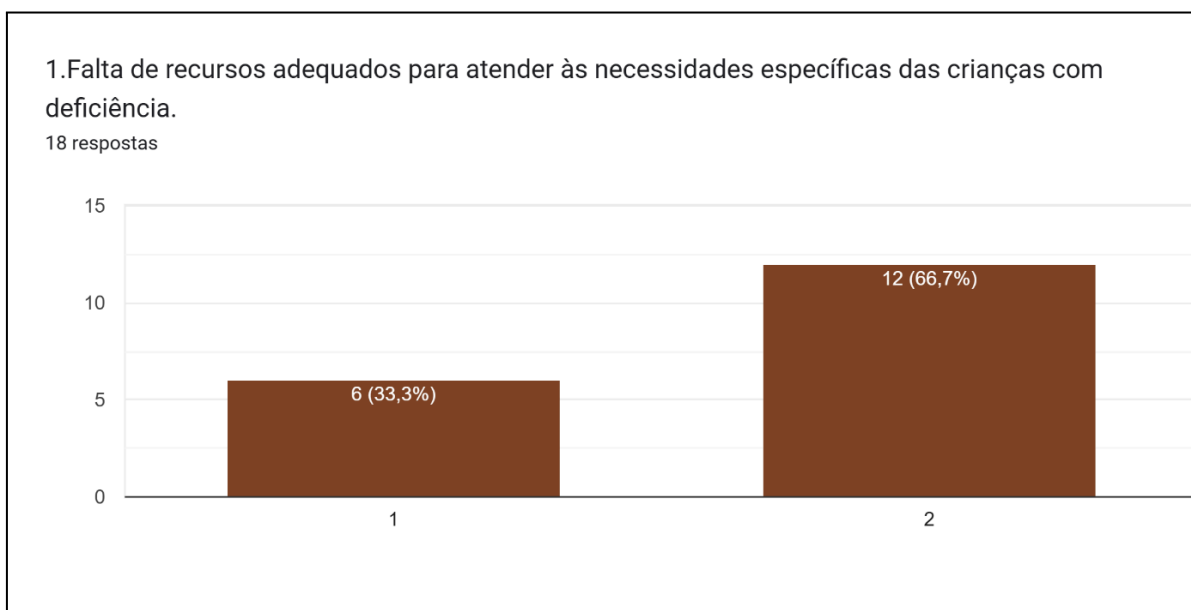
condições sociais, econômicas, físicas, ou cognitivas, possam exercer seus direitos e serem reconhecidos como iguais. (Mantoan, 2006; Santos, Almeida, 2007; Sasaki, 2005; Luki, 2009)

Esses desafios podem se apresentar de várias formas:

1. Barreiras físicas e ambientais: Obstáculos que limitam o acesso de pessoas com deficiência, idosos e outros grupos a espaços públicos ou privados, como a falta de rampas, sinalização adaptadas ou banheiros acessíveis.
2. Barreiras sociais e culturais: Preconceitos, estigmas e discriminação, que criam um ambiente hostil para determinados grupos, como pessoas negras, LGBTQIA+, com deficiência, entre outros, dificultando sua integração e participação plena na sociedade.
3. Barreiras educacionais: Dificuldades no sistema educacional, como a falta de adaptação dos currículos para atender à diversidade dos estudantes e a escassez de formação de professores para lidar com a pluralidade de necessidades.
4. Barreiras tecnológicas: Desigualdade no acesso a tecnologias e recursos digitais, que excluem pessoas com deficiência, idosos ou aqueles em regiões mais afastadas, limitando seu acesso a serviços e informações.
5. Desafios econômicos e de oportunidades no mercado de trabalho: A resistência ao ingresso de determinados grupos em setores específicos do trabalho, muitas vezes por causa de preconceitos ou falta de oportunidades de capacitação e adaptação de ambientes de trabalho.
6. Falta de políticas públicas eficazes: A ausência ou a implementação incompleta de políticas públicas voltadas à inclusão social, o que prejudica a garantia de direitos e a promoção da igualdade de oportunidades para todos os indivíduos.

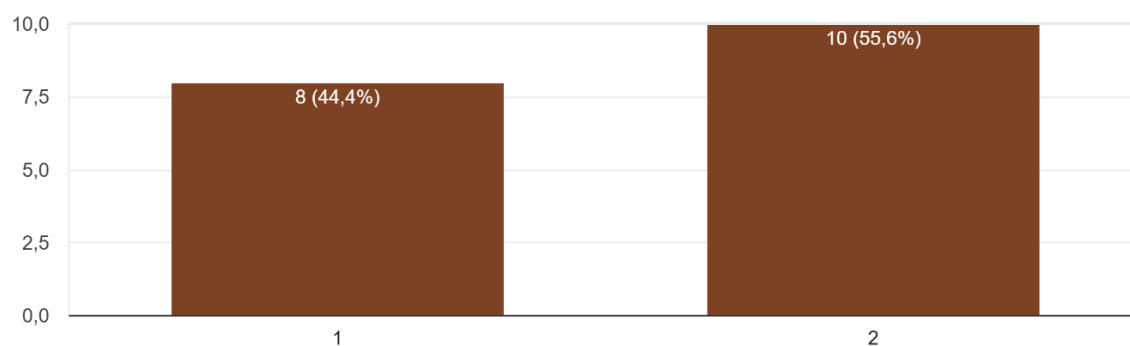
Em resumo, os desafios e barreiras são os elementos que dificultam ou impedem que a inclusão se concretize de forma efetiva, tornando-se um obstáculo significativo na construção de uma sociedade mais igualitária e acessível a todos. Superar essas barreiras exige ações coordenadas e um esforço contínuo para criar condições que garantam a participação e o reconhecimento de todas as pessoas, independentemente de suas características ou circunstâncias. (Nunes, 2010; Silva, Lima, 2011)

Gráfico 7- Desafios e Barreiras



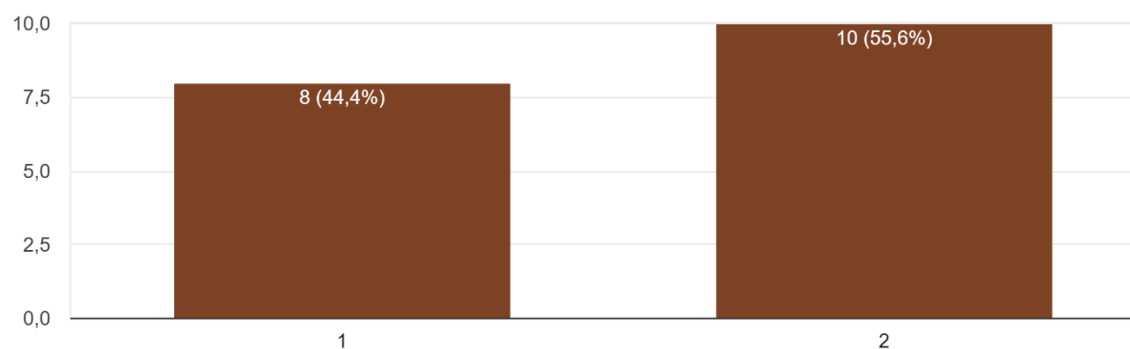
3. Dificuldade em adaptar o currículo e as atividades para atender às necessidades individuais de cada criança.

18 respostas



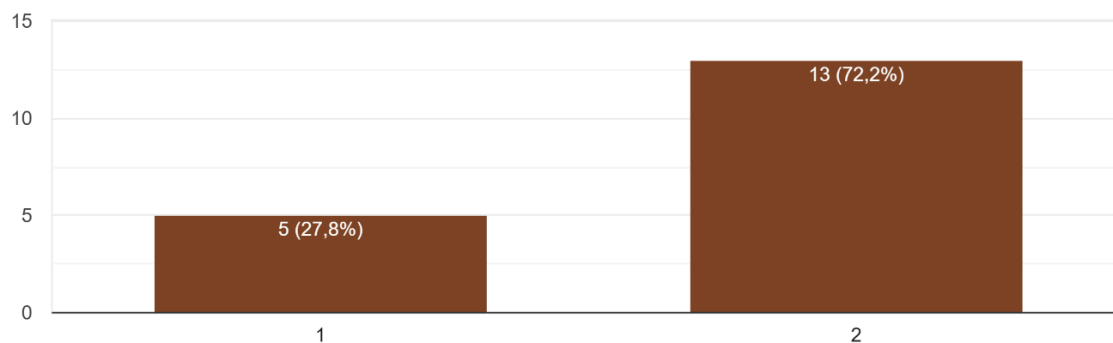
4. Barreiras arquitetônicas ou falta de acessibilidade nas instalações da creche.

18 respostas



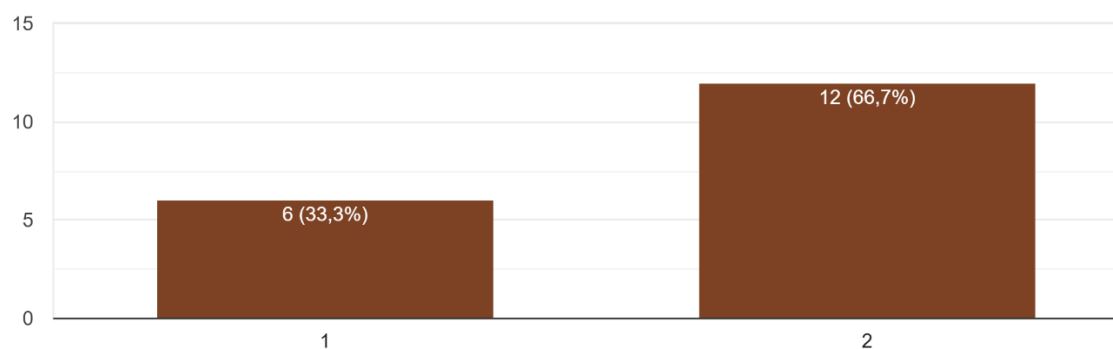
5.Desafios na comunicação com os pais ou responsáveis das crianças com necessidades especiais.

18 respostas



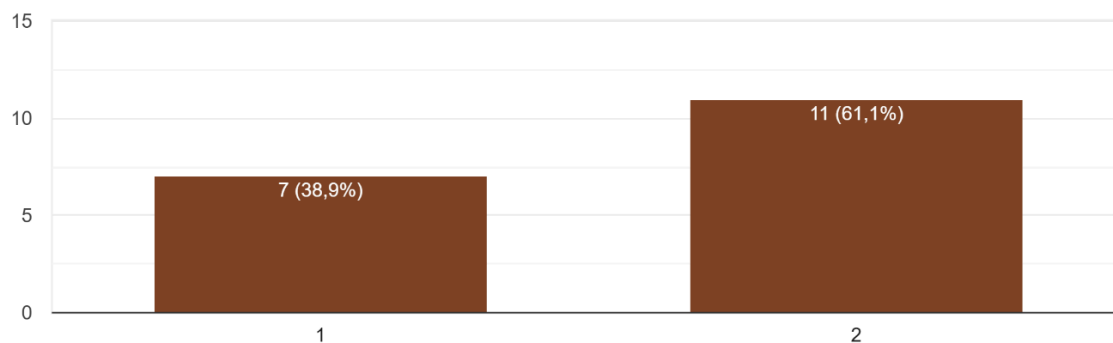
6.Insuficiência de formação específica em inclusão na primeira infância para os educadores.

18 respostas



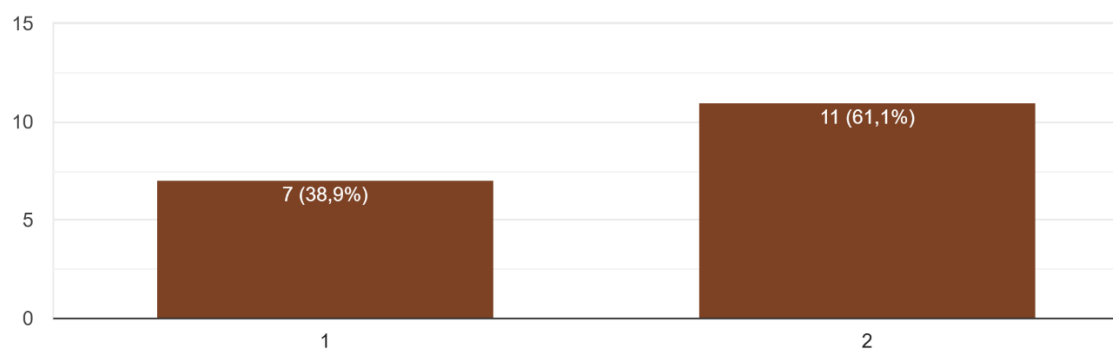
7. Dificuldade em lidar com comportamentos desafiadores ou necessidades emocionais das crianças.

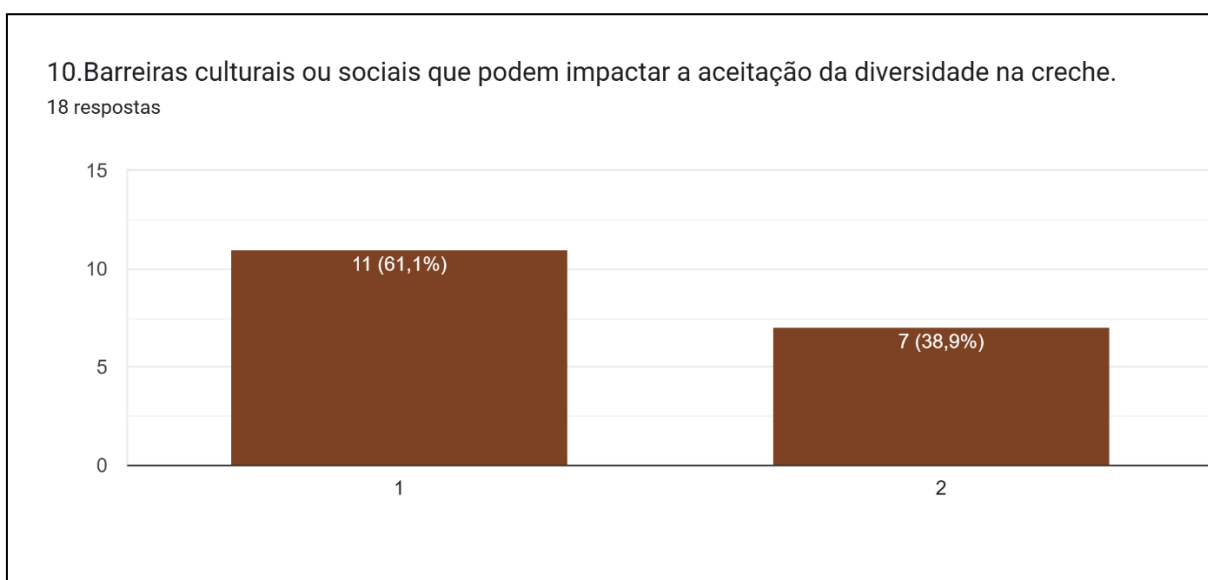
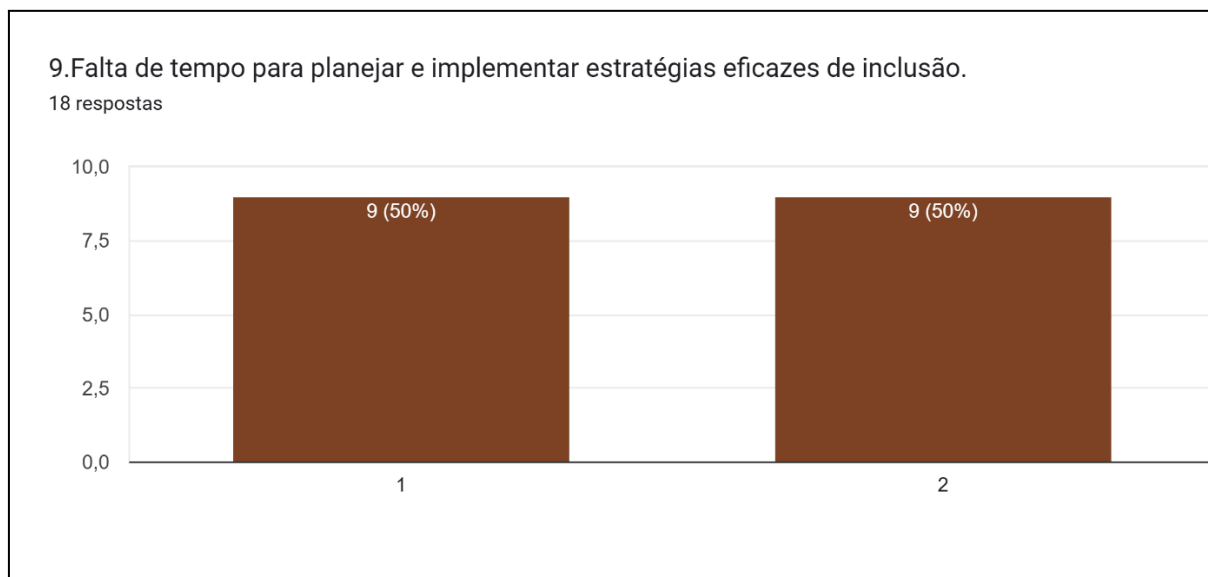
18 respostas



8. Sobrecarga de trabalho devido à necessidade de atenção extra para algumas crianças.

18 respostas





fonte: Google Forms (2025)

Mediante ao conjunto de gráficos obtidos pela categoria **Desafios e Barreiras** foi observado que ela envolve os obstáculos ou dificuldades que podem impedir a plena implementação de práticas inclusivas e a concretização de uma sociedade ou ambiente educacional verdadeiramente inclusivo. Esses desafios podem ser de ordem estrutural, social, econômica ou psicológica e podem afetar tanto os indivíduos que precisam de inclusão quanto os profissionais e instituições responsáveis pela implementação dessas práticas.

A categoria **Desafios e Barreiras** também destaca as diversas dificuldades que precisam ser superadas para promover uma verdadeira inclusão social e educacional. Muitos desses desafios são complexos e exigem uma abordagem multifacetada, envolvendo mudanças em políticas públicas, infraestrutura, formação de profissionais e atitudes sociais.

Superar essas barreiras exige o compromisso contínuo de todos os envolvidos na sociedade: educadores, gestores, famílias, estudantes e organizações governamentais e não governamentais. Além disso, é importante que as ações para promover a inclusão sejam sustentáveis e adaptáveis, pois os desafios podem evoluir com o tempo e com as mudanças nas necessidades da sociedade.

Maia uma vez os valores de resposta foram representados por **Discordo (1)** e **Concordo (5)** na escala Likert, temos os seguintes valores:

- **Discordo** = 1
- **Concordo** = 5

Temos os seguintes resultados para cada questão:

Desafio/Barreira	Discordo (1)	Concordo (5)
Falta de recursos	6 (33,3%)	12 (66,7%)
Resistência ou falta compreender sobre inclusão	9 (50%)	9 (50%)
Dificuldade de adaptar currículo e as atividades individuais	8 (44,4%)	10 (55,6%)
Barreiras arquitetônicas ou falta de acessibilidade	8 (44,4%)	10 (55,6%)
Desafios na comunicação com os pais, ou responsáveis	5 (7,8%)	13 (72,2%)
Insuficiência de formação específica em inclusão	6 (33,3%)	12 (66,7%)
Dificuldades em lidar com comportamentos desafiadores/necessidades emocionais	7 (38,9%)	11 (61,1%)
Sobrecarga de trabalho pela atenção extra	7 (38,9%)	11 (61,1%)
Falta de tempo de planejar e implementar estratégias eficazes de inclusão	9 (50%)	9 (50%)
Barreiras sociais ou culturais, que pode impactar a aceitação da diversidade	11 (61,1%)	7 (38,9%)

Dados obtidos quanto a **média**, a **mediana** e o **desvio padrão** para cada questão foram:

$$Média = \frac{\sum(\text{valor} \times \text{frequência})}{\text{total de respostas}}$$

1. Falta de recursos:

$$Média = \frac{(6 \times 1) + (12 \times 5)}{18} = \frac{6 + 60}{18} = 3,67$$

2. Resistência ou falta de compreender sobre inclusão:

$$Média = \frac{(9 \times 1) + (9 \times 5)}{18} = \frac{9 + 45}{18} = 3$$

3. Dificuldade de adaptar currículo e as atividades individuais:

$$Média = \frac{(8 \times 1) + (10 \times 5)}{18} = \frac{8 + 50}{18} = 3,22$$

4. Barreiras arquitetônicas ou falta de acessibilidade:

$$Média = \frac{(8 \times 1) + (10 \times 5)}{18} = \frac{8 + 50}{18} = 3,22$$

5. Desafios na comunicação com os pais, ou responsáveis:

$$Média = \frac{(5 \times 1) + (13 \times 5)}{18} = \frac{5 + 65}{18} = 3,89$$

6. Insuficiência de formação específica em inclusão:

$$Média = \frac{(6 \times 1) + (12 \times 5)}{18} = \frac{6 + 60}{18} = 3,67$$

7. Dificuldades em lidar com comportamentos desafiadores/necessidades emocionais:

$$Média = \frac{(7 \times 1) + (11 \times 5)}{18} = \frac{7 + 55}{18} = 3,44$$

8. Sobrecarga de trabalho pela atenção extra:

$$Média = \frac{(7 \times 1) + (11 \times 5)}{18} = \frac{7 + 55}{18} = 3,44$$

9. Falta de tempo de planejar e implementar estratégias eficazes de inclusão:

$$Média = \frac{(9 \times 1) + (9 \times 5)}{18} = \frac{9 + 45}{18} = 3$$

10. Barreiras sociais ou culturais, que pode impactar a aceitação da diversidade:

$$Média = \frac{(11 \times 1) + (7 \times 5)}{18} = \frac{11 + 35}{18} = 2,56$$

Soma das médias = 3,67 + 3 + 3,22 + 3,22 + 3,89 + 3,67 + 3,44 + 3,44 + 3 + 2,56 = 33,55

$$Média Geral = \frac{33,55}{10} = 3,36$$

A **média geral** é **3,36**, o que indica que, em média, os participantes **tendem a concordar** com os desafios e barreiras relacionados à inclusão, mas sem uma unanimidade total, já que o valor está um pouco acima do ponto médio (3), o que sugere que as percepções estão em um espectro mais equilibrado entre concordância e discordância.

Em relação a **mediana** obteve-se os seguintes resultados:

- Quando temos a mesma quantidade de respostas (50% para Discordo e 50% para Concordo), a mediana será **3**.
- Quando a maior parte das respostas é para "Concordo" (5), a mediana será **5**.
- Quando a maior parte das respostas é para "Discordo" (1), a mediana será **1**.

Portanto, a mediana para cada pergunta fica assim:

Desafio/Barreira	Média	Mediana
Falta de recursos	3,67	5
Resistência ou falta de compreender sobre inclusão	3	3
Dificuldade de adaptar currículo e as atividades individuais	3,22	5
Barreiras arquitetônicas ou falta de acessibilidade	3,22	5
Desafios na comunicação com os pais, ou responsáveis	3,89	5
Insuficiência de formação específica em inclusão	3,67	5
Dificuldades em lidar com comportamentos desafiadores/necessidades emocionais	3,44	5
Sobrecarga de trabalho pela atenção extra	3,44	5

Desafio/Barreira	Média	Mediana
Falta de tempo de planejar e implementar estratégias eficazes de inclusão	3	3
Barreiras sociais ou culturais, que pode impactar a aceitação da diversidade	2,56	1

Quanto ao desvio padrão obteve-se o seguinte resultado para cada pergunta:

Desafio/Barreira	Desvio Padrão
Falta de recursos	1,33
Resistência ou falta de compreender sobre inclusão	2
Dificuldade de adaptar currículo e as atividades individuais	1,43
Barreiras arquitetônicas ou falta de acessibilidade	1,43
Desafios na comunicação com os pais, ou responsáveis	1,17
Insuficiência de formação específica em inclusão	1,33
Dificuldades em lidar com comportamentos desafiadores/necessidades emocionais	1,26
Sobrecarga de trabalho pela atenção extra	1,26
Falta de tempo de planejar e implementar estratégias eficazes de inclusão	2
Barreiras sociais ou culturais, que pode impactar a aceitação da diversidade	1,35

A partir dos resultados obtidos, pode-se afirmar que: a média para a maioria das questões está em torno de 3 (entre "Discordo" e "Concordo"). Algumas questões têm médias mais altas, como "**Desafios na comunicação com os pais**" (3,89) e "**Falta de recursos**" (3,67), o que sugere que essas barreiras são amplamente reconhecidas e impactam significativamente as práticas de inclusão. A mediana de muitas questões está em 5 (indicando uma **tendência a concordar**) com as barreiras apresentadas. Isso confirma que, para muitas questões, **a maioria dos respondentes reconhece as dificuldades**, mas não de forma unânime. Quanto ao desvio padrão, que foi observado que ele é relativamente **alto para questões como "Resistência ou falta de compreender sobre inclusão" e "Falta de tempo de planejar"**, mostra que existe uma **divergência nas percepções** dessas barreiras, enquanto questões como "**Barreiras sociais**" apresentam um desvio padrão mais moderado.

Pode-se concluir que, os resultados sugerem que **as barreiras mais reconhecidas estão relacionadas a aspectos como falta de recursos, comunicação com os pais e dificuldades de adaptação curricular**. A diversidade nas respostas (refletida no desvio padrão) indica que, embora haja consenso em algumas áreas, há **diferentes percepções sobre**

o impacto e as causas dessas barreiras. A necessidade de mais formação e recursos se destaca como áreas prioritárias para melhorar a inclusão nas escolas.

ANÁLISE ENTRE AS TRÊS CATEGORIAS

A análise crítica entre as categorias **Crenças e Concepções**, **Práticas de Promoção da Inclusão** e **Desafios e Barreiras** revela uma dinâmica interessante e complexa, refletindo tanto o compromisso com os princípios da inclusão quanto às dificuldades na implementação e aceitação de algumas práticas dentro desse processo. Aqui estão alguns pontos importantes a considerar:

1. Alinhamento entre Crenças e Concepções e Práticas de Promoção da Inclusão

Crenças e Concepções: Os resultados indicam um forte apoio à ideia de inclusão, com algumas divergências pontuais em questões éticas e morais, como o **respeito à diversidade** e a **inclusão como princípio ético**. Embora a adesão aos princípios de inclusão e igualdade seja alta, a presença de discordância em questões éticas pode sugerir **diferentes crenças pessoais ou culturais**, o que pode afetar a maneira como esses princípios são aplicados ou interpretados por diferentes indivíduos.

Práticas de Promoção da Inclusão: Os resultados também mostram uma **forte aceitação** das práticas de inclusão, com um pequeno grau de discordância em questões mais práticas, como **Plano de Ensino Inclusivo** e **Tecnologias Assistivas**. Isso sugere que, embora haja um compromisso geral com a inclusão, a **implementação prática** ainda enfrenta desafios. A falta de alinhamento perfeito entre crenças e práticas pode indicar que **alguns profissionais** ou indivíduos compreendem a teoria da inclusão, mas encontram dificuldades em aplicá-la efetivamente no dia a dia devido a limitações práticas ou recursos.

2. Desafios e Barreiras

Desafios e Barreiras: Essa categoria revela que as **maiores barreiras** estão associadas à **falta de recursos**, **dificuldades de comunicação com os pais** e **adaptação curricular**. Isso é consistente com os resultados da categoria de **Práticas de Promoção da Inclusão**, pois muitos profissionais reconhecem a importância da inclusão, mas as condições reais de implementação, como **falta de formação específica**, **falta de recursos** e **dificuldades estruturais**, limitam a efetividade dessas práticas.

A **diversidade nas respostas** e o desvio padrão mais elevado indicam que, embora haja uma certa **unanimidade nas percepções das barreiras**, existem **variações individuais** nas maneiras como essas dificuldades são vividas e interpretadas. Isso sugere que, enquanto alguns indivíduos podem perceber a falta de recursos ou formação como um obstáculo significativo, outros podem ter soluções alternativas ou estratégias que ajudam a mitigar essas dificuldades. No entanto, a **necessidade de mais formação e recursos** é um ponto de consenso, o que sugere que **esses aspectos devem ser priorizados** para melhorar a implementação da inclusão.

3. Análise Crítica dos Resultados em Conjunto

A **contradição entre crenças e práticas** parece ser uma característica central. **Embora exista um forte compromisso com os princípios de inclusão** e a aceitação das práticas inclusivas seja alta, a implementação prática esbarra em **dificuldades estruturais e falta de recursos**. Isso pode ser interpretado como um reflexo de um **descompasso entre o ideal teórico e a realidade prática**.

A análise de **desafios e barreiras** sugere que, apesar do apoio teórico à inclusão, a **falta de formação específica**, as **dificuldades de comunicação com os pais** e a **necessidade de adaptação curricular** são obstáculos reais que impactam diretamente a aplicação dos princípios inclusivos. As **divergências nas respostas** indicam que a percepção das barreiras não é homogênea, e que as dificuldades variam de acordo com a **experiência individual, recursos disponíveis e formação profissional**.

O **pequeno grau de discordância** nas três categorias também merece atenção. Embora a maioria dos participantes esteja alinhada com os princípios e práticas de inclusão, a **discordância em questões éticas** e em práticas específicas de **implementação** indica que o caminho para uma inclusão plena ainda encontra obstáculos. Esse pequeno grau de discordância pode refletir **resistências pessoais, culturais ou profissionais** à plena implementação dos conceitos e práticas inclusivas.

4. Possíveis Ações para Superar os Desafios

Formação contínua e especializada: A necessidade de mais formação específica em inclusão surge como um ponto comum em todas as categorias. Investir em **treinamentos**

especializados pode ser uma solução para **preencher lacunas de conhecimento** e melhorar a implementação das práticas inclusivas.

Apoio à implementação prática: A existência de **desafios práticos** na adaptação curricular e no uso de **tecnologias assistivas** aponta para a necessidade de **suporte adicional** nas escolas, como recursos tecnológicos e apoio especializado. Além disso, criar um **ambiente de apoio à inovação** pode permitir aos profissionais experimentar novas abordagens de inclusão.

Fomentar o diálogo sobre diversidade e ética: A discordância observada em questões como **respeito à diversidade** e **inclusão como princípio ético** sugere que **algumas crenças pessoais ou culturais** podem ainda interferir na plena adesão a esses princípios. Criar espaços de **reflexão ética e discussão** pode ajudar a alinhar melhor as crenças individuais com os princípios gerais da inclusão, promovendo maior **consenso**.

Conclui-se então que embora as **crenças** e as **práticas** de inclusão mostram um forte apoio aos princípios da inclusão e diversidade, a **realidade da implementação** enfrenta desafios significativos. A falta de recursos, a necessidade de mais formação e a dificuldade em adaptar o currículo e as atividades são os principais obstáculos. É necessário continuar o trabalho de **capacitação e apoio** aos profissionais e encontrar **soluções práticas** para superar as barreiras estruturais, assegurando que os princípios de inclusão não fiquem restritos à teoria, mas sejam efetivamente aplicados no dia a dia escolar.

CATEGORIA AMBIENTE ACOLHEDOR E INCLUSIVO

A categoria ambiente acolhedor e inclusivo refere-se à criação de espaços que promovem o respeito, a valorização e a participação de todas as pessoas, independentemente de suas características pessoais, como origem, gênero, etnia, idade, condição física, cognitiva ou qualquer outra diferença. Um ambiente acolhedor e inclusivo vai além da simples ausência de discriminação; ele envolve a construção de um espaço onde todos se sintam bem-vindos, seguros e valorizados, podendo expressar suas identidades de forma plena. (Diniz, 2014; Mantoan, 2006; Santos, Almeida, 2007; Sasaki, 2005; Luki, 2009)

Essa categoria é fundamental para que as pessoas possam se integrar de maneira harmoniosa e contribuir ativamente para a sociedade, sem receios de exclusão ou marginalização. (Zerbine, Pérez, 2011; Freire, 1996). Abaixo, estão algumas características e

práticas que definem um ambiente acolhedor e inclusivo:

1. **Respeito à diversidade:** Um ambiente acolhedor e inclusivo celebra e respeita as diferenças, reconhecendo que a diversidade é um valor positivo. Isso significa aceitar as pessoas com suas particularidades e promovendo um espaço onde cada indivíduo, seja qual for sua origem, identidade ou condição, possa se sentir confortável para ser quem é, sem medo de ser julgado ou marginalizado.
2. **Acessibilidade:** Para que um ambiente seja inclusivo, ele precisa ser acessível a todos, incluindo pessoas com deficiência. Isso envolve a criação de condições que permitam o acesso a espaços físicos e digitais de forma igualitária, como a instalação de rampas, elevadores, sinalização em braille, legendas em vídeos, entre outras adaptações necessárias.
3. **Ambiente seguro:** Além de ser fisicamente acessível, o ambiente precisa ser seguro emocionalmente para todos. Isso significa promover a segurança psicológica, onde os indivíduos possam expressar suas ideias, opiniões e sentimentos sem medo de represálias, bullying ou discriminação. Ambientes seguros incentivam a comunicação aberta e o respeito mútuo.
4. **Educação e sensibilização:** Um ambiente acolhedor e inclusivo também se caracteriza por ações contínuas de sensibilização e conscientização. Isso pode incluir treinamentos, workshops e campanhas que educam as pessoas sobre a importância da inclusão, do respeito às diferenças e da redução de atitudes discriminatórias. A formação de todos os envolvidos, como professores, gestores e funcionários, é essencial para garantir que os valores de inclusão sejam incorporados na prática diária.
5. **Representatividade e voz ativa:** Em um ambiente inclusivo, as pessoas têm a oportunidade de representar suas próprias identidades e perspectivas. Isso envolve garantir que grupos minoritários ou marginalizados tenham voz ativa nas tomadas de decisão, em espaços de liderança e em representações culturais. Quando as pessoas se veem refletidas e ouvidas, elas se sentem mais pertencentes ao ambiente.
6. **Apoio psicológico e emocional:** Oferecer suporte para o bem-estar psicológico das pessoas também é uma prática fundamental. Ambientes inclusivos

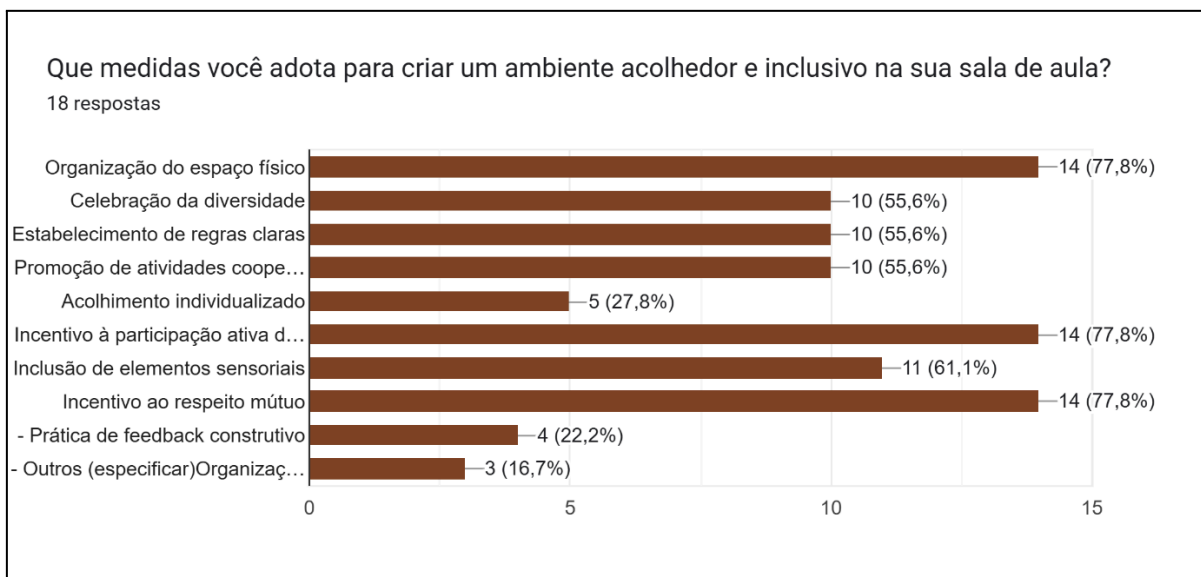
frequentemente oferecem serviços de apoio, como aconselhamento psicológico, grupos de apoio e mecanismos para lidar com estresse, ansiedade ou situações de exclusão que possam surgir.

7. **Promoção de equidade:** Embora a inclusão envolva a aceitação das diferenças, a equidade é um aspecto essencial de um ambiente inclusivo. Isso significa garantir que todos tenham acesso a oportunidades justas, levando em consideração as necessidades específicas de cada pessoa. Em outras palavras, é fornecer o suporte necessário para que todos possam competir em pé de igualdade, seja no campo educacional, profissional ou social.

8. **Cultura de empatia e solidariedade:** Um ambiente acolhedor e inclusivo também é marcado por uma cultura de empatia, onde as pessoas se colocam no lugar do outro e se ajudam mutuamente. A solidariedade é fundamental para que todos possam se sentir integrados e apoiados, promovendo um espírito de coletividade e união.

Em resumo, um ambiente acolhedor e inclusivo é um espaço onde as diferenças são não só aceitas, mas celebradas, e onde todas as pessoas têm as mesmas oportunidades de participação, respeito e dignidade. Isso se reflete na promoção da acessibilidade, da equidade, da representatividade e da segurança emocional, criando um local onde todos, independentemente de suas características ou circunstâncias, possam se sentir bem-vindos, respeitados e com sua identidade valorizada. A criação de tais ambientes é essencial para a construção de uma sociedade mais justa, humana e colaborativa

Gráfico 8- Ambiente Acolhedor e Inclusivo



fonte: Google Forms (2025)

Para essa categoria obedeceu-se os mesmos cálculos das categorias anteriores: média, mediana e desvio padrão

Após a análise descritiva dos dados acima mencionados, este momento serve para calcular as estatísticas descritivas com base nos dados fornecidos, podemos determinar a média e o desvio padrão para cada pergunta da categoria "**Ambiente Acolhedor e Inclusivo**":

Conjunto de Dados

As categorias e suas frequências são:

- Organização do espaço físico: 14
- Celebração da diversidade: 10
- Estabelecimento de regras claras: 10
- Promoção de atividades cooperativas: 10
- Acolhimento individualizado: 5
- Incentivo à participação ativa dos pais: 14
- Inclusão de elementos sensoriais: 11
- Incentivo ao respeito mútuo: 14
- Prática de feedback construtivo: 4
- Outros: 3

1. Média (valor médio)

A média é calculada somando todas as frequências e dividindo pelo número total de categoria

$$\text{Média} = \frac{14 + 10 + 10 + 10 + 5 + 14 + 11 + 14 + 4 + 3}{10} = \frac{95}{10} = 9,5$$

Portanto a média é de 9,5

2. Mediana (valor central)

A mediana é o valor central de um conjunto de dados ordenados. Para os dados fornecidos, se ordenarmos as frequências:

3, 4, 5, 10, 10, 10, 11, 14, 14, 14

Como temos um número par de dados (10), a mediana será a média dos dois valores centrais (5º e 6º). O 5º e o 6º valores são ambos **10**, logo a mediana é **10**.

3. Desvio padrão (dispersão dos dados)

O desvio padrão é uma medida de dispersão dos dados. Para calculá-lo, usamos a fórmula:

$$\text{Desvio Padrão} = \sqrt{\frac{\sum (x_i - \mu)^2}{n}}$$

Onde:

- x_i são os valores das frequências,
- μ é a média (9,5),
- n é o número total de categorias (10).

Vamos calcular o desvio padrão com as diferenças quadradas em relação à média:

$$(14 - 9,5)^2 = 20,25$$

$$(10 - 9,5)^2 = 0,25$$

$$(10 - 9,5)^2 = 0,25$$

$$(10 - 9,5)^2 = 0,25$$

$$(5 - 9,5)^2 = 20,25$$

$$(14 - 9,5)^2 = 20,25$$

$$(11 - 9,5)^2 = 2,25$$

$$(14 - 9,5)^2 = 20,25$$

$$(4 - 9,5)^2 = 30,25$$

$$(3 - 9,5)^2 = 42,25$$

Somando essas diferenças quadradas:

$$20,25 + 0,25 + 0,25 + 0,25 + 20,25 + 20,25 + 2,25 + 20,25 + 30,25 + 42,25 = 158,5$$

Agora, dividimos pelo número de categorias ($n = 10$):

$$\frac{158,5}{10} = 15,85$$

Finalmente, tiramos a raiz quadrada:

$$\sqrt{15,85} \approx 3,98$$

Portanto, o **desvio padrão** é aproximadamente **3,98**.

Análise Crítica

Média (9,5): A média de 9,5 indica que a maioria das categorias foi avaliada de forma positiva. A média sugere que, no geral, o ambiente acolhedor inclusivo é bem estruturado, com uma boa implementação de elementos importantes para a inclusão. No entanto, a média também reflete uma leve variação, já que algumas categorias receberam avaliações mais baixas.

Mediana (10): A mediana de 10 confirma que a maior parte das respostas está concentrada em valores altos, indicando que as áreas mais comuns, como a **organização do**

espaço físico e incentivo ao respeito mútuo, foram bem avaliadas. No entanto, como temos dados extremos (como o valor "3" de "Outros"), isso pode indicar que algumas áreas da inclusão ainda precisam de mais atenção.

Desvio Padrão (3,98): O desvio padrão de aproximadamente 3,98 mostra uma dispersão considerável entre as categorias. Isso significa que, apesar da avaliação positiva geral, algumas áreas do ambiente inclusivo não estão sendo tão eficazes quanto outras, especialmente em aspectos como **Prática de feedback construtivo** e **Outros**, que apresentaram as menores frequências. A variabilidade também sugere que, embora a implementação da inclusão seja um esforço coletivo, ainda há espaços para melhorar a abordagem em áreas específicas.

Esses cálculos permitem uma visão geral das respostas e identificação de tendências na categoria "Ambiente Acolhedor e Inclusivo". As medidas de tendência central (média) ajudam a entender o nível geral de adoção de cada prática, enquanto o desvio padrão indicaria a dispersão das respostas se houvesse múltiplas respostas para cada item.

Para finalizar e analisando os resultados das estatísticas descritivas para a categoria "Ambiente Acolhedor e Inclusivo", podemos interpretar as atitudes, opiniões e percepções dos participantes em relação às práticas adotadas:

1. **Organização do espaço físico:**

Interpretação: A média relativamente alta sugere que a maioria dos participantes valoriza a organização do espaço físico como uma estratégia importante para criar um ambiente acolhedor e inclusivo. No entanto, o desvio padrão relativamente alto indica uma variabilidade significativa nas respostas, indicando que algumas respostas podem ter sido extremamente positivas (como 10) e outras menos positivas (como 2), mostrando uma possível inconsistência na aplicação dessa prática entre os respondentes.

A inconsistência nas práticas de organização do espaço físico para criar um ambiente acolhedor e inclusivo, indicada pela grande variação nas respostas (refletida no desvio padrão alto), pode ser explicada por diversas hipóteses. Abaixo estão elencadas algumas possíveis explicações para essa inconsistência:

1. **Falta de Recursos e Infraestrutura:** Alguns ambientes podem não ter os recursos financeiros ou estruturais necessários para implementar práticas de organização do

espaço físico de forma eficaz. Por exemplo, escolas, empresas ou espaços públicos podem não ter orçamentos adequados para adaptar fisicamente seus espaços para atender a todas as necessidades de acessibilidade, como rampas, sinalizações adaptadas ou espaços destinados ao descanso e à interação social.

2. **Diferenças nas Percepções de Acessibilidade e Inclusão:** A percepção do que constitui um ambiente acolhedor e inclusivo pode variar significativamente entre os participantes. Algumas pessoas podem considerar que pequenos ajustes, como a disposição dos móveis ou a utilização de cores suaves, são suficientes, enquanto outras podem acreditar que mudanças mais estruturais e abrangentes são necessárias. Isso pode refletir diferentes níveis de conscientização e compreensão sobre o que realmente é necessário para criar um espaço inclusivo.
3. **Falta de Formação e Capacitação Profissional:** A organização do espaço físico para promover a inclusão pode depender da formação e capacitação dos profissionais responsáveis pela gestão do ambiente (como educadores, gestores de empresas ou arquitetos). Se não houver uma formação adequada sobre práticas inclusivas e acessibilidade, a implementação de estratégias para criar ambientes acolhedores pode ser inconsistente.
4. **Fatores Culturais e Atitudes Pessoais:** A forma como diferentes culturas e indivíduos veem a inclusão pode afetar a forma como as práticas são aplicadas. Em algumas culturas ou ambientes, a inclusão pode ser vista como uma prioridade, enquanto em outros, pode ser vista como um desafio ou até uma tarefa desnecessária. Além disso, as atitudes pessoais e o nível de comprometimento de gestores e líderes podem influenciar a implementação dessas práticas.
5. **Diferenças no Contexto Local:** A aplicação de práticas inclusivas no espaço físico pode variar de acordo com o contexto local e as necessidades específicas dos grupos atendidos. Em um contexto escolar, por exemplo, pode haver uma maior ênfase em garantir a acessibilidade para alunos com deficiência, enquanto em um contexto corporativo, a inclusão pode se concentrar mais em criar um ambiente respeitoso e sem discriminação para minorias étnicas ou de gênero.

6. **Falta de Políticas Públicas ou Diretrizes Claras:** A ausência de políticas públicas claras ou diretrizes normativas sobre como organizar fisicamente os espaços para garantir inclusão pode resultar em práticas inconsistentes. Sem um quadro regulatório claro, diferentes instituições podem adotar abordagens diferentes, resultando em uma variabilidade na aplicação dessas práticas.
7. **Resistência à Mudança:** Em algumas situações, pode haver resistência à mudança por parte dos profissionais ou gestores que veem a reorganização do espaço físico como algo oneroso ou desnecessário. A resistência a essas mudanças pode ser uma barreira significativa para a implementação de práticas inclusivas consistentes.
8. **Fatores Temporais ou Logísticos:** A implementação de mudanças no espaço físico pode ser afetada por limitações temporais ou logísticas. Em alguns casos, os ajustes necessários podem demandar tempo para serem efetivamente aplicados, ou podem ser adiados devido à complexidade do processo, levando a uma maior variação nas práticas entre diferentes momentos ou locais.

Essas hipóteses sugerem que a inconsistência pode ser resultado de uma combinação de fatores práticos, culturais, sociais e estruturais, que variam dependendo do contexto e dos indivíduos envolvidos.

2. **Celebração da diversidade:**

Interpretação: A média alta indica que a maioria dos participantes reconhece e valoriza a importância de celebrar a diversidade na sala de aula. Isso sugere uma forte aceitação da diversidade como um valor fundamental para promover um ambiente inclusivo.

3. **Estabelecimento de regras claras:**

Interpretação: A média indica que há um reconhecimento geral da importância de estabelecer regras claras para criar um ambiente seguro e previsível. No entanto, assim como na organização do espaço físico, o desvio padrão poderia indicar variabilidade na consistência da aplicação dessa prática.

4. **Promoção de atividades cooperativas:**

Interpretação: A média alta sugere que a maioria dos respondentes valoriza a

promoção de atividades cooperativas como uma forma de fomentar a inclusão e o trabalho em equipe entre as crianças.

5. Acolhimento individualizado:

Interpretação: A média mais baixa indica que há menos adesão à prática de acolhimento individualizado, o que pode sugerir uma área de oportunidade para melhorar a atenção às necessidades específicas de cada criança na sala de aula.

6. Incentivo à participação ativa dos pais:

Interpretação: A alta média reflete um forte compromisso em incentivar a participação dos pais, reconhecendo sua importância como parceiros no processo educacional e na promoção de um ambiente inclusivo.

7. Inclusão de elementos sensoriais:

Interpretação: A média alta indica que muitos respondentes reconhecem e valorizam a inclusão de elementos sensoriais como uma estratégia para enriquecer a experiência educacional das crianças.

8. Incentivo ao respeito mútuo:

Interpretação: A média muito alta sugere uma forte ênfase no incentivo ao respeito mútuo entre as crianças, criando um ambiente de convivência positiva e respeitosa na sala de aula.

9. Prática de feedback construtivo:

Interpretação: A média baixa indica que há uma baixa adesão à prática de fornecer feedback construtivo, o que pode ser visto como uma área crítica para melhorar a comunicação e o desenvolvimento das crianças através de um feedback eficaz.

Implicações para Melhoria:

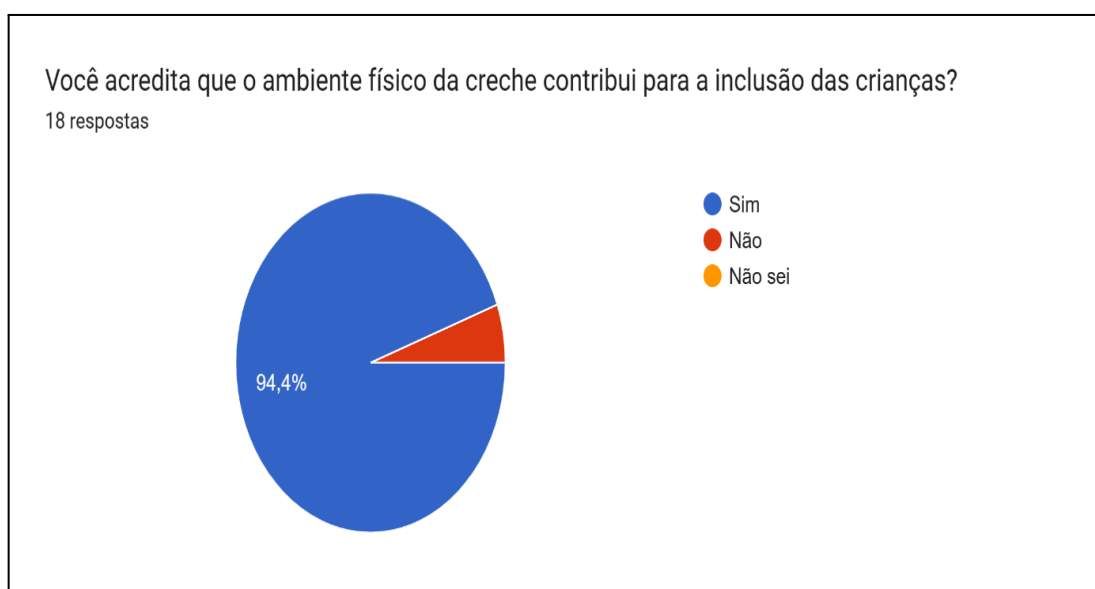
- **Fortalecer a prática de acolhimento individualizado:** Investir em estratégias que atendam melhor às necessidades específicas de cada criança pode promover um ambiente mais inclusivo.

- **Consistência na aplicação de regras claras e organização do espaço físico:** Reduzir a variabilidade nas respostas sobre organização física e regras claras pode criar um ambiente mais previsível e seguro.
- **Promover o uso de feedback construtivo:** Implementar práticas mais eficazes de feedback pode melhorar o desenvolvimento e aprendizagem das crianças.

Essas interpretações oferecem insights valiosos sobre onde os esforços podem ser concentrados para melhorar a criação de um ambiente verdadeiramente acolhedor e inclusivo na sala de aula.

Para finalizar, pode-se afirmar que apesar da avaliação positiva da maioria das categorias, com uma média relativamente alta (9,5) e uma mediana de 10, a análise aponta para algumas áreas que exigem mais atenção. O desvio padrão elevado (3,98) indica que a implementação da inclusão no ambiente educativo ainda apresenta desigualdades, com certas práticas mais bem avaliadas do que outras. Para melhorar a inclusão, seria importante fortalecer as áreas com avaliações mais baixas, como a prática de feedback construtivo, além de garantir que todas as categorias recebam atenção equitativa para criar um ambiente verdadeiramente inclusivo.

Gráfico 9- Ambiente físico



fonte: Google Forms (2025)

Quando **94,4% das pessoas acreditam que o ambiente físico da creche contribui para a inclusão das crianças**, isso significa que a grande maioria dos envolvidos reconhece a

importância da estrutura física do espaço na promoção da inclusão e no desenvolvimento de um ambiente acessível e acolhedor para todas as crianças, independentemente de suas condições ou necessidades.

O **ambiente físico** de uma creche inclui não apenas as instalações, como salas de aula, pátios e banheiros, mas também a disposição dos espaços, a acessibilidade e os recursos que permitem que todas as crianças, inclusive aquelas com deficiências ou necessidades especiais, tenham igualdade de oportunidades de aprendizado e socialização. Quando as pessoas afirmam que esse ambiente contribui para a inclusão, isso indica que as instalações estão sendo percebidas como adequadas para garantir que todas as crianças possam participar de atividades de forma plena, sem restrições impostas pela infraestrutura.

Um ambiente físico bem planejado para a inclusão envolve a adaptação de espaços para atender à diversidade das crianças, proporcionando, por exemplo:

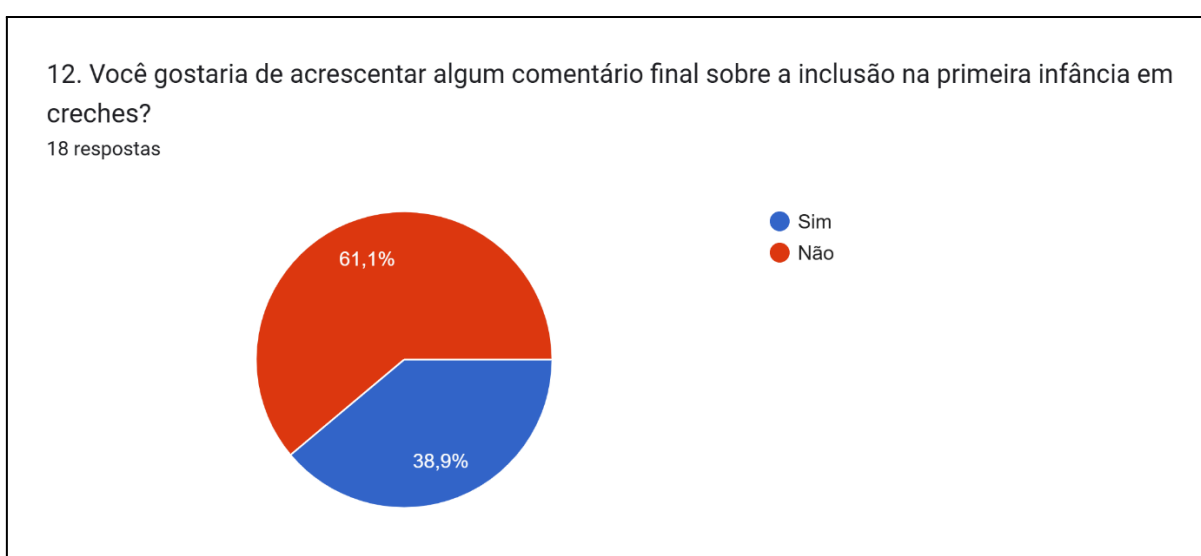
1. **Acessibilidade:** Rampas, corredores largos, mobiliário adequado e outras modificações para garantir que crianças com mobilidade reduzida ou deficiência possam se locomover livremente e participar das atividades.
2. **Ambientes seguros e estimulantes:** Espaços que promovem o desenvolvimento físico, cognitivo e emocional das crianças, com áreas para brincar, explorar e interagir com os colegas, além de serem seguros e protegidos, permitindo que todas se sintam confortáveis e respeitadas.
3. **Recursos pedagógicos diversificados:** Materiais e ferramentas de ensino adaptados para diferentes necessidades, como livros em braille, brinquedos e recursos sensoriais para crianças com deficiências físicas ou intelectuais, e tecnologias assistivas para facilitar o aprendizado de todos.
4. **Espaços de convivência integrados:** Ambientes que promovem a interação social entre as crianças, independentemente de suas condições, como áreas de brincadeiras, atividades em grupo e projetos colaborativos, incentivando a empatia e o respeito à diversidade desde a infância.

Esse alto índice de concordância também sugere que a creche está cumprindo um papel importante em **garantir a inclusão desde os primeiros anos de vida**, criando um ambiente que permite o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais, além de

assegurar que todas as crianças tenham o direito de estar presentes, participar e ser reconhecidas em todas as experiências educacionais e sociais oferecidas no ambiente escolar.

Portanto, a percepção de que o ambiente físico contribui para a inclusão indica que a creche está criando um espaço que favorece o desenvolvimento integral das crianças e promove um senso de pertencimento e igualdade, independentemente de suas diferenças. Isso é essencial para formar uma base sólida de respeito à diversidade, fundamental para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa.

Gráfico 10- Comentários Finais



fonte: Google Forms (2025)

Professor(a) 4

No meu ponto de vista, nossa Creche com os seus "poucos" recursos, vem desempenhando um bom trabalho direcionado a inclusão, busca constantemente inserir as crianças e familiares no contexto escolar dispõe de cuidadores e professores preparados para cuidar dessa criança.

Professor(a) 8

É de grande importância que se tenha inclusão, para que as crianças sintam-se acolhidas e assim resultar um ótimo desenvolvimento na sua aprendizagem.

Professor(a) 13

A inclusão na primeira infância em creches é uma prática fundamental que demonstra um compromisso com a equidade e a justiça social desde os primeiros anos de vida. Promover um ambiente inclusivo não só beneficia as crianças com necessidades especiais, mas também enriquece a experiência de todas as crianças, ao ensinar valores de empatia, respeito e convivência com as diferenças. A dedicação à formação contínua dos educadores e à adaptação dos espaços e currículos reflete um esforço genuíno para oferecer uma educação de qualidade para todos. Esse enfoque inclusivo é um passo crucial para a construção de uma sociedade mais inclusiva e harmoniosa no futuro.

Professor(a) 14

A creche precisa de profissionais de apoio especializado e sala de atendimento.

Professor(a) 15

É fundamental a inclusão na primeira infância onde estamos construindo novos cidadãos mas seguros de si, com muita autonomia e educação.

Professor(a) 16

Em minha opinião, além da falta de apoio e especialização do meio escolar, uma das maiores dificuldades de se trabalhar é proporcionar a inclusão é a falta de recursos e de apoio dos pais. A não aceitação dos pais atrapalha, e a proteção excessiva também atrapalha. Acho que falta um ponto de equilíbrio entre família e Escola para que o trabalho flua melhor, e a criança consiga se desenvolver melhor.

Professor(a) 18

Não é inclusão quando o professor deixa a criança na última banca afastada dos colegas, não é inclusão quando não inclui as crianças nos ensaios e nas apresentações escolares, não é inclusão quando as atividades são diferenciadas, mas a casos. Não é conclusão quando a escola não oferece material adaptados para pessoas com deficiência. A inclusão deve ter um olhar mais aberto e com menos preconceito por parte de alguns profissionais e os mesmos devem procurar cursos que o ajudem nesse processo de inclusão.

A abordagem qualitativa para a análise acima foi centrada na **análise crítica descritiva**, um método amplamente utilizado para examinar e interpretar as falas das professoras. Essa

abordagem foca em compreender os significados subjacentes nas palavras, identificando temas, padrões e categorias emergentes dentro do contexto das entrevistas ou relatos.

A seguir, destaco as principais características da abordagem qualitativa aplicada:

1. **Levantamento de categorias e temas:**

A partir das falas das professoras, foram identificados **temas principais** relacionados à inclusão, como: o papel da creche, desafios na prática inclusiva, impacto da inclusão no desenvolvimento, necessidade de apoio especializado e críticas à execução da inclusão.

Esses temas foram organizados para entender a visão de cada professora sobre o processo de inclusão e os obstáculos que elas percebem na prática diária.

2. **Análise interpretativa:**

A análise foi interpretativa, ou seja, procurou-se compreender não apenas o que foi dito, mas **como** as professoras percebem e avaliam o processo de inclusão. A interpretação envolve tanto o conteúdo explícito das falas quanto a análise implícita dos sentimentos e críticas expressas.

Por exemplo, a crítica de P18 sobre as práticas de inclusão que não envolvem de fato a participação das crianças foi analisada não apenas como uma queixa, mas como um indicativo de uma percepção mais ampla de que a inclusão vai além da presença física das crianças na escola, sendo necessário um engajamento ativo.

3. **Contextualização das falas:**

As falas foram analisadas dentro do contexto educacional da creche, com foco na **realidade da educação infantil** e nas limitações que ela enfrenta, como a falta de recursos e a necessidade de profissionais especializados. Esse contexto foi utilizado para dar significado e relevância às opiniões expressas pelas professoras, mostrando que seus relatos estão profundamente conectados com a realidade do trabalho que elas realizam no cotidiano escolar.

4. **Reconhecimento das perspectivas individuais:**

A abordagem qualitativa também levou em consideração as diferentes **perspectivas pessoais** de cada professora (P4, P8, P13, etc.), reconhecendo que cada uma tem uma experiência particular no processo de inclusão e que seus relatos podem se complementar ou até se contrapor, o que enriquece a análise.

A diversidade de opiniões sobre o impacto da inclusão, as dificuldades encontradas, e a percepção sobre a prática escolar reflete as diferentes realidades dentro do mesmo contexto educacional.

5. **Crítica reflexiva e síntese:**

A análise final não se limitou a descrever as falas, mas também procurou **refletir criticamente** sobre elas. Identificou-se, por exemplo, que há uma tensão entre a visão positiva da inclusão e os desafios concretos enfrentados pelas professoras, como a falta de apoio, especialização e recursos. Além disso, a crítica à falta de adaptação das atividades e materiais foi interpretada como um indício de que a inclusão não está sendo totalmente efetiva, o que leva a uma reflexão sobre as práticas inclusivas no ambiente escolar.

Em resumo, a abordagem qualitativa utilizada foi a de **análise de conteúdo com uma interpretação crítica**, que envolveu a identificação de categorias, a contextualização das falas e a busca por compreender as perspectivas das professoras sobre a inclusão, levando em conta tanto suas experiências individuais quanto os desafios coletivos enfrentados na prática educacional.

Desse modo, as falas das professoras, buscou compreender as diferentes perspectivas sobre a inclusão na educação infantil, abordando as dificuldades e desafios, assim como as práticas adotadas para promover a inclusão das crianças na creche.

1. Perspectivas sobre o papel da creche na inclusão:

As falas de P4 e P8 indicam uma percepção positiva do trabalho da creche, apesar das limitações de recursos. P4 destaca que a instituição tem conseguido desempenhar um bom trabalho em termos de inclusão, com cuidadores e professores preparados para atender as crianças e suas famílias. No entanto, a fala de P8 complementa a visão de P4 ao sublinhar que a inclusão é essencial para o bom desenvolvimento da aprendizagem das crianças, sugerindo que, embora os recursos sejam limitados, o esforço para incluir e acolher é percebido positivamente.

2. O impacto da inclusão na aprendizagem e no desenvolvimento:

P13 traz uma reflexão mais profunda sobre o papel da inclusão desde os primeiros anos de vida. A fala dela enfatiza a importância de criar um ambiente inclusivo, que não apenas beneficia as crianças com necessidades especiais, mas também enriquece a experiência de todas as crianças, promovendo valores de empatia, respeito e convivência com as diferenças. A ênfase na formação contínua dos educadores e na adaptação dos espaços e currículos mostra que a inclusão é vista como um processo dinâmico e contínuo, que requer um esforço coletivo para garantir a equidade e a justiça social. Este ponto sugere uma visão mais ampla da inclusão, que ultrapassa a simples adaptação de estratégias pedagógicas e

envolve um compromisso com o desenvolvimento humano integral.

3. Desafios no processo de inclusão:

A fala de P14 destaca a necessidade de profissionais especializados para apoiar o processo de inclusão, apontando que a creche precisa de um atendimento especializado. Esta visão é corroborada por P16, que reconhece que a falta de recursos, bem como o apoio insuficiente dos pais, pode ser um obstáculo significativo. P16 faz uma crítica à falta de equilíbrio entre a escola e a família, argumentando que, sem a colaboração mútua, a inclusão não ocorre de forma plena. A falta de especialização de alguns profissionais é vista como uma barreira, apontando a necessidade de maior formação e estratégias para lidar com as diferenças.

4. Limitações e equívocos na prática da inclusão:

A fala de P18 expõe de forma crítica a prática de inclusão em algumas escolas. Para ela, a inclusão não pode ser entendida como uma mera presença física da criança na escola, mas deve incluir sua participação ativa nas atividades, como nos ensaios e apresentações. P18 denuncia práticas de segregação e a falta de adaptações materiais para alunos com deficiência, sugerindo que há um olhar superficial sobre a inclusão. Ela também destaca que alguns profissionais ainda carregam preconceitos e, portanto, precisam de mais qualificação para lidar com a diversidade. Esse ponto revela uma crítica importante sobre como a inclusão pode ser, muitas vezes, mal interpretada e mal implementada.

Para concluir, pode-se concluir que a análise crítica revela uma clara consciência da necessidade de inclusão desde os primeiros anos, mas também destaca os desafios que as escolas enfrentam, principalmente em termos de recursos e capacitação de profissionais. As professoras reconhecem que a inclusão vai além da simples presença de crianças com necessidades especiais na sala de aula, sendo necessário um esforço contínuo para garantir que elas participem ativamente das atividades e que as diferenças sejam tratadas com respeito e valorização. O reconhecimento da falta de recursos, do apoio familiar insuficiente e da necessidade de profissionais especializados aponta para a urgência de uma política pública mais robusta de apoio às creches e à formação dos educadores.

Por outro lado, também é possível perceber a crítica a práticas inclusivas que ainda falham em oferecer igualdade de oportunidades e o devido acolhimento às crianças, indicando que, embora a intenção de inclusão esteja presente, a execução ainda exige muitas melhorias. As falas sugerem que a formação contínua dos educadores e uma maior articulação entre a

escola, a família e a comunidade são pontos cruciais para o sucesso da inclusão na primeira infância.

CONCLUSÃO

A análise dos resultados sobre as temáticas aqui investigadas que trataram sobre a infância, a inclusão e as diversas categorias abordadas revelam um panorama complexo, mas essencial, sobre a realidade da educação inclusiva e a promoção da diversidade no contexto educacional.

Embora exista um forte apoio aos princípios fundamentais de inclusão e valorização da diversidade, a efetiva implementação desses valores no cotidiano escolar ainda enfrenta desafios significativos que precisam ser compreendidos e superados para que a educação inclusiva se torne uma prática real e acessível para todos. (Mantoan, 2006)

A Infância e Suas Múltiplas Percepções

A infância é um período de profundas transformações e de experiências diversificadas que moldam os indivíduos de maneira singular. Para muitos, a infância é associada a momentos de alegria, liberdade, descobertas e brincadeiras, uma fase marcada pela pureza e pelos sentimentos mais genuínos de afeto e amor. No entanto, ao se aprofundar na análise das diversas perspectivas sobre a infância, percebe-se que ela não é uma experiência homogênea.

A infância é vivida de maneiras muito diferentes, dependendo de fatores como o contexto social, econômico, cultural e familiar. Essa pluralidade de experiências infantis exige que a educação seja sensível a essas diferenças, não tratando a infância como um conceito idealizado e universal, mas reconhecendo as múltiplas realidades que as crianças enfrentam.

Para muitas crianças, a infância é também um período de dificuldades, vulnerabilidades e, em alguns casos, de traumas que podem afetar o seu desenvolvimento. É vital que o sistema educacional seja capaz de abraçar essas diferentes experiências e fornecer um ambiente seguro, acolhedor e propício ao desenvolvimento integral de cada criança, independentemente das condições que ela vive.

Assim, a infância precisa ser vista não apenas sob uma ótica romântica de alegria e brincadeiras, mas também como uma fase onde as desigualdades sociais, culturais e econômicas podem impactar profundamente o processo de aprendizagem e o desenvolvimento emocional. Portanto, é crucial que a educação infantil se abra para compreender a diversidade nas experiências infantis.

A escola deve ser um espaço onde as crianças possam se sentir valorizadas em suas singularidades e onde o aprendizado não seja uma tarefa homogênea, mas personalizada, capaz de atender às necessidades específicas de cada aluno. Ao reconhecer as diversas formas de vivenciar a infância, a escola pode contribuir para o fortalecimento de um senso de pertencimento e de autoestima nas crianças.

A Inclusão na Prática Educacional

No campo da inclusão, é inegável que os valores de respeito, igualdade, empatia e solidariedade têm ganhado cada vez mais visibilidade. A ideia de que todos têm direito ao mesmo tratamento e acesso a oportunidades educacionais é um princípio ético fundamental que orienta a construção de uma sociedade mais justa.

No entanto, quando se observa a realidade das escolas e das práticas pedagógicas no Brasil e em muitos outros contextos, é possível identificar uma disparidade entre os ideais inclusivos e as práticas efetivas que se desenvolvem no dia a dia das instituições educacionais. Embora o discurso inclusivo seja amplamente aceito, a efetiva implementação desses valores exige um comprometimento contínuo e sistemático por parte de toda a comunidade escolar.

Isso envolve a adaptação das práticas pedagógicas às necessidades de todos os alunos, independentemente de suas condições, características ou desafios. A inclusão não pode ser vista como uma ação pontual, ou, episódica, mas como um compromisso diário, integrado ao currículo, à forma de interação entre educadores e alunos e às estratégias de ensino.

Além disso, a inclusão exige que as escolas se tornem espaços verdadeiramente democráticos, onde a diversidade seja não apenas tolerada, mas celebrada. A promoção de ambientes que respeitem as diferenças e promovam a igualdade de oportunidades é fundamental, mas para que isso aconteça de maneira eficaz, é preciso um esforço coletivo para romper com barreiras estruturais e culturais que ainda persistem no sistema educacional.

A Importância da Reflexão Ética e Moral nas Crenças e Atitudes

Ao analisar as crenças e atitudes sobre a inclusão, observa-se que há um grande apoio geral aos princípios inclusivos, especialmente entre os educadores e os participantes das pesquisas. No entanto, há também pontos de tensão que merecem atenção, como as divergências em relação a questões mais complexas e profundas da diversidade, como o respeito à diversidade cultural, étnica, de gênero e de deficiência.

Esses pontos refletem uma resistência de algumas pessoas a integrar, de forma completa, esses valores em sua prática educacional. O respeito à diversidade não é uma questão meramente técnica ou prática, mas envolve uma reflexão ética e moral profunda. Isso significa questionar preconceitos, estereótipos e visões simplistas sobre a diferença, reconhecendo que a inclusão vai além de uma simples adaptação das condições físicas ou pedagógicas da escola.

A verdadeira inclusão exige uma mudança na mentalidade e na forma de conceber a sociedade, sendo necessária uma construção de novos paradigmas que compreendam a diversidade como uma riqueza e não como um obstáculo. As atitudes dos educadores, gestores e alunos em relação à inclusão são influenciadas por suas crenças pessoais, culturais e sociais.

Para que a inclusão se torne uma prática efetiva, é necessário um processo contínuo de sensibilização e capacitação, que envolva uma reflexão ética sobre o papel da escola na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Desafios Estruturais para a Implementação da Inclusão

A análise das práticas de promoção da inclusão revela que, embora haja um forte apoio às políticas e valores inclusivos, a implementação dessas práticas no dia a dia das escolas enfrenta obstáculos significativos. Um dos maiores desafios está relacionado à falta de recursos materiais e humanos.

As escolas frequentemente não têm as condições adequadas para atender às necessidades de todos os alunos, como a disponibilização de materiais pedagógicos especializados, tecnologias assistivas e adaptações físicas no ambiente escolar. Além disso, a capacitação dos educadores é outro ponto crítico.

Embora muitos profissionais da educação reconheçam a importância da inclusão, muitos ainda não têm a formação necessária para adaptar suas práticas pedagógicas de maneira eficaz. A formação contínua é essencial para garantir que todos os educadores possam aplicar métodos de ensino inclusivos, que atendam às necessidades dos alunos de maneira equitativa.

Outro desafio importante é a adaptação curricular. O currículo escolar, em muitos casos, ainda não foi desenvolvido para ser inclusivo, ou seja, ele não leva em consideração as

diferentes necessidades, ritmos e estilos de aprendizagem dos alunos. A educação inclusiva exige uma abordagem diferenciada, com métodos de ensino que considerem a diversidade de alunos na sala de aula, permitindo que cada um aprenda de acordo com suas capacidades e potencialidades.

O Ambiente Escolar como Espaço de Inclusão

Para que a inclusão seja efetiva, é fundamental criar um ambiente escolar acolhedor, que valorize as diferenças e promova a equidade de oportunidades. A criação de um ambiente inclusivo não se restringe apenas à adaptação física dos espaços, mas envolve uma mudança cultural na forma de se relacionar com as diferenças.

A escola precisa ser um local onde todos, independentemente de suas características individuais, se sintam respeitados, valorizados e com a oportunidade de participar de maneira plena. Isso implica em garantir que as crianças com deficiência, ou com outras necessidades especiais, tenham os mesmos direitos de participação e aprendizagem que os demais alunos.

O ambiente escolar deve ser um espaço que favorece a socialização, a troca de experiências e o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais, essenciais para a construção de uma sociedade mais colaborativa e empática. No entanto, a implementação de um ambiente verdadeiramente inclusivo não ocorre de maneira uniforme em todas as escolas.

Existem disparidades significativas no tratamento da inclusão, com algumas escolas avançando mais rapidamente do que outras. O desvio padrão elevado nas avaliações da implementação de práticas de inclusão indica que, embora a aceitação dos princípios seja alta, a realidade da aplicação prática dessas ideias varia substancialmente de uma instituição para outra.

Em resumo, pode-se concluir, neste momento que, a análise das categorias sobre infância, inclusão e as práticas educacionais revelam que, apesar do forte apoio aos princípios da inclusão, ainda existem desafios significativos para sua implementação. A infância, enquanto período de multiplicidade de experiências, exige que a escola seja um espaço capaz de valorizar as diferenças e responder às diversas necessidades dos alunos.

A inclusão, embora amplamente aceita, precisa ser concretizada por meio de práticas pedagógicas adaptadas, recursos adequados e uma reflexão ética profunda sobre as crenças e atitudes em relação à diversidade. Embora a promoção da inclusão tenha avançado nas

últimas décadas, a efetividade dessas práticas depende da superação de barreiras estruturais e da capacitação contínua de profissionais.

A criação de ambientes escolares acolhedores e inclusivos é essencial, mas exige um esforço constante para garantir que todos os alunos recebam o tratamento equitativo que merecem. A verdadeira inclusão será alcançada quando a teoria se traduzir em ações concretas, diariamente, dentro das salas de aula e nas interações escolares, promovendo uma educação mais justa e igualitária para todos.

Para finalizar, é importante destacar que toda pesquisa, por mais abrangente e detalhada que seja, nunca se satisfaz completamente com seus resultados finais. Isso se deve ao fato de que as pesquisas, especialmente aquelas que abordam temas complexos e multifacetados, como a inclusão e a educação, geram continuamente novas inquietações e perguntas que, por sua vez, abrem caminho para novas respostas e aprofundamentos.

A busca pelo conhecimento é um processo dinâmico e constante, onde cada descoberta revela outras questões que merecem ser investigadas, desafiando os pesquisadores a refletirem sobre as lacunas e os pontos não resolvidos. Assim, o que se espera de uma pesquisa é que ela seja capaz de iluminar o caminho para novas explorações, que possam, por sua vez, contribuir para um entendimento mais profundo e amplo do tema em questão.

No contexto da educação inclusiva, por exemplo, as conclusões de uma pesquisa que avalie a efetividade das práticas de inclusão nas escolas podem gerar, inevitavelmente, novas perguntas que precisam ser respondidas para que a inclusão se torne uma realidade concreta e acessível a todos. Mesmo que os resultados de uma pesquisa revelem que a maioria dos educadores e gestores têm uma postura positiva em relação à inclusão, é possível que surjam novas inquietações sobre como transformar essas atitudes em práticas pedagógicas eficazes e realmente inclusivas.

Quais são as estratégias pedagógicas mais eficazes para garantir a participação ativa de todos os alunos, incluindo aqueles com necessidades específicas de aprendizagem? Como garantir que os recursos materiais e humanos sejam suficientes para suportar a diversidade presente nas salas de aula? Essas questões, entre muitas outras, se tornam pontos de partida para novas investigações que podem enriquecer o campo da educação inclusiva.

Além disso, em um cenário educacional como o atual, onde as disparidades entre

escolas são evidentes, é fundamental questionar: o que falta para que a inclusão seja de fato implementada de maneira uniforme, em todas as escolas, independentemente de sua localização ou contexto socioeconômico? Como superar as barreiras estruturais e de recursos que ainda existem em muitas instituições de ensino? Embora a pesquisa sobre a inclusão tenha avançado consideravelmente, essas questões ainda carecem de respostas mais precisas e eficazes.

Outro ponto importante que se destaca e que precisa ser melhor investigado refere-se à formação dos educadores. Como garantir que todos os professores e profissionais da educação estejam preparados para lidar com a diversidade de forma eficaz? A formação inicial dos educadores é suficiente para lidar com as necessidades de uma sala de aula inclusiva, ou seria necessária uma capacitação contínua, mais aprofundada e adaptada às realidades das escolas?

Além disso, como os educadores percebem suas próprias crenças e atitudes em relação à diversidade? Será que as atitudes mais favoráveis à inclusão se traduzem de fato em práticas pedagógicas inclusivas no cotidiano escolar? Essas são questões que necessitam de mais investigações, com o intuito de compreender as dinâmicas internas que influenciam a implementação da inclusão.

Outro aspecto relevante que surge é a questão da avaliação da inclusão. Como podemos medir o sucesso das práticas inclusivas nas escolas? Quais indicadores realmente capturam a eficácia de uma escola inclusiva? Tradicionalmente, as avaliações educacionais têm sido centradas em resultados acadêmicos, mas será que esses indicadores são suficientes para refletir a verdadeira inclusão de todos os alunos?

É necessário repensar o conceito de avaliação em escolas inclusivas e considerar novas formas de medir o progresso dos alunos, levando em conta não apenas o desempenho acadêmico, mas também aspectos como a participação social, o desenvolvimento emocional e a criação de vínculos positivos dentro da comunidade escolar. Isso abre um campo de pesquisa promissor sobre como a avaliação pode ser mais inclusiva e sensível às diferentes realidades dos alunos.

Ainda no âmbito da avaliação, surge a questão das tecnologias assistivas e do uso de recursos pedagógicos adaptados. Como garantir que essas ferramentas sejam amplamente acessíveis para todas as escolas, especialmente aquelas que enfrentam limitações financeiras e estruturais? Embora as tecnologias assistivas tenham o potencial de transformar a experiência

educacional de alunos com necessidades específicas, como garantir que todos os professores tenham o conhecimento necessário para usá-las de forma eficaz? O uso dessas tecnologias pode ser ampliado para outros contextos educativos além das escolas públicas e privadas mais bem estruturadas?

Estas perguntas reforçam a necessidade de mais pesquisa sobre as melhores formas de integrar tecnologias assistivas nas práticas pedagógicas cotidianas, tornando-as acessíveis e eficazes para todos os alunos. Outro ponto que merece atenção e aprofundamento está relacionado à participação das famílias na educação inclusiva.

A inclusão não deve ser vista como uma responsabilidade exclusiva da escola, mas como um esforço conjunto entre educadores, alunos e suas famílias. Como garantir que os pais e responsáveis estejam plenamente envolvidos no processo de inclusão? Quais estratégias podem ser adotadas para aproximar as famílias da escola e envolvê-las nas discussões sobre a educação dos filhos, especialmente quando essas famílias vêm de contextos sociais e culturais diferentes?

A comunicação entre escola e família precisa ser mais eficaz para que as práticas de inclusão possam ser fortalecidas, mas quais são as melhores práticas para promover esse engajamento? Essas questões abrem novas possibilidades de pesquisa, que podem gerar um entendimento mais claro sobre como a parceria entre a escola e a família pode ser um diferencial no sucesso da inclusão.

Além disso, é necessário abordar a questão das barreiras atitudinais que ainda existem, tanto por parte dos educadores quanto por parte dos próprios alunos. Como mudar as atitudes de rejeição ou estigmatização que, infelizmente, ainda existem em muitos contextos escolares? O que pode ser feito para combater o preconceito e a discriminação nas escolas, de modo que todos os alunos, independentemente de suas diferenças, possam se sentir valorizados e respeitados?

Este é um campo vasto de investigação que envolve não apenas a reflexão sobre atitudes individuais, mas também uma análise mais profunda de como a cultura escolar como um todo pode ser transformada para garantir que todos se sintam pertencentes. Ademais, ao abordar a questão da inclusão, surge a reflexão sobre a construção de um ambiente verdadeiramente inclusivo.

O que significa um ambiente escolar acolhedor? Como garantir que todos os alunos, independentemente de suas diferenças, possam se sentir à vontade para aprender, expressar suas opiniões e participar ativamente das atividades escolares? O espaço físico da escola é um fator importante, mas como os aspectos psicológicos, emocionais e sociais do ambiente escolar podem contribuir para a inclusão de maneira mais eficaz?

Esta abordagem amplia a discussão, ampliando a compreensão de que um ambiente inclusivo vai além das adaptações físicas, abrangendo também a criação de um clima de aceitação e apoio psicológico para todos. Portanto, ao refletir sobre as inquietações que surgem a partir dos resultados de pesquisas sobre inclusão, torna-se claro que há muitos aspectos da inclusão escolar que ainda carecem de investigação aprofundada.

Desde a formação dos educadores até a criação de ambientes mais acolhedores e a utilização de tecnologias assistivas, existem inúmeras frentes que precisam ser exploradas para garantir que a inclusão seja uma prática efetiva e transformadora nas escolas. A pesquisa, como sempre, é um processo contínuo e dinâmico, e cada novo estudo revela uma infinidade de questões que precisam ser respondidas.

A busca pelo aprimoramento das práticas inclusivas exige que novas respostas sejam constantemente buscadas, garantindo que o conceito de inclusão não seja apenas teórico, mas sim uma realidade vivida e experimentada por todos os alunos, independentemente de suas características ou condições.

Possíveis Pesquisas Futuras:

Investigação sobre as causas das discordâncias em relação às práticas de inclusão: Analisar mais profundamente as razões pelas quais alguns participantes discordam de práticas como o "Plano de Ensino Inclusivo" e "Tecnologias Assistivas". Entender se essas discordâncias são devidas a aspectos culturais, falta de conhecimento ou resistência a mudanças.

Avaliação da formação dos educadores em inclusão: Realizar estudos que investiguem a efetividade da formação continuada de educadores em práticas inclusivas, para identificar lacunas no treinamento e nas estratégias pedagógicas adotadas.

Análise de ambientes inclusivos na prática escolar: Explorar de maneira mais aprofundada como os ambientes escolares estão realmente adaptados para promover a

inclusão, considerando aspectos como acessibilidade, representatividade, segurança emocional e a equidade na participação.

Pesquisas sobre barreiras estruturais e seus impactos: Investigar como a falta de recursos materiais e humanos impacta a implementação de práticas inclusivas, além de buscar soluções viáveis para superar essas barreiras.

Estudo da percepção dos pais sobre a inclusão escolar: Compreender como os pais percebem as práticas de inclusão nas escolas de seus filhos, especialmente em relação ao envolvimento nas decisões pedagógicas e o suporte oferecido pela instituição.

Comparação entre escolas públicas e privadas na promoção da inclusão: Investigar as diferenças na implementação de práticas inclusivas entre escolas públicas e privadas, analisando o impacto das desigualdades socioeconômicas nos processos de inclusão.

Essas áreas de pesquisa são cruciais para o aprofundamento das discussões sobre a efetividade da inclusão na educação e para o desenvolvimento de soluções que possam transformar os princípios inclusivos em práticas concretas e acessíveis a todos os indivíduos, sem exceções.

REFERÊNCIAS

Ainscow, M. (2010). *Inclusive education: A practical guide to supporting diversity in the classroom*. David Fulton Publishers.

Aliaga, M.; Gunderson, B. *Interactive Statistics*. Thousand Oaks: Sage, 2002.

Banks, J. A. (2015). *Cultural diversity and education: Foundations, curriculum, and teaching*. Pearson

Brasil. Planalto. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 11 de Fevereiro de 2024.

Brasil. **Lei N° 8.069/90**, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/eca-2023.pdf> Acesso em 11 de fevereiro de 2024.

Brasil. **Lei N° 13.146** de 6 de julho de 2015/ LBI. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em 14 Fev. 2024.

Brasil. Planalto. Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional. **Lei n° 9394**, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em 06 de Setembro de 2023.

Brasil. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Ministério da Educação, 2009.

Brasil. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva 2008**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 11 Fev. 2024.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. **PNEE: Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida/Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação** – Brasília; MEC. SEMESP. 2020.

Cohen, J. (2006). Social and emotional learning and school climate: Integrating emotional learning into the school environment. In *Handbook of social and emotional learning: Research and practice*.

Cunha, Vinícius. *Educação Infantil: uma análise da formação docente e das práticas pedagógicas*. Editora Vozes, 2019.

Darling-Hammond, L. (2010). *The flat world and education: How America's commitment to equity will determine our future*. Teachers College Press.

Diniz, E. *Crenças e atitudes sobre a inclusão de pessoas com deficiência: Reflexões para o contexto educacional*. Cadernos de Pesquisa, 44(151), 680-703. 2014

- Freire, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 50ª ed. Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, 2001.
- Freire, P. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Editora Paz e Terra. 1996
- Fröbel, Friedrich. *The Education of Man*. New York: **A. Lovell & Company**, 1826.
- Fröbel, F. (2007). *A educação infantil e o jardim de infância*. Editora Brasil.
- Gadotti, Moacir. *Educação e Sociedade: Fundamentos para uma pedagogia crítica*. São Paulo: **Cortez**, 2005
- Galvão, Izabel - Henri Wallon - uma Concepção Dialética do Desenvolvimento Infantil. -4º.ed.- São Paulo: **Editora Vozes**, 1995. 99p.
- Gil, Antonio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. - 6. ed. - São Paulo: **Atlas**, 2008.
- Goleman, D. (2005). *Emotional intelligence: Why it can matter more than IQ*. Bantam Books.
- Gomes, L. R., ; Tavares, M. F. *Práticas inclusivas no contexto escolar: Estratégias para garantir a equidade na educação*. *Cadernos de Pesquisa*, 43(149), 72-94. 2013
- Gonçalves, Eliane. *Formação de Professores para a Educação Inclusiva: Desafios e Perspectivas*. **Editora Papirus**, 2019.
- Kassouf, E. S.. *Crenças e práticas pedagógicas na educação inclusiva*. *Educação e Pesquisa*, 36(2), 309-325. 2010
- Hick, P. (2008). *Developing inclusive education*. David Fulton Publishers.
- Illich, Ivan. *Deschooling Society*. New York: **Harper & Row**, 1971.
- Kramer, Sonia. *A Educação Infantil e a Construção da Identidade Cultural*. **Editora Universitária**, 2016.
- Kramer, Sonia. *A Educação Inclusiva: Uma nova proposta para a formação de professores*. **Editora Universitária**, 2018.
- Lima, L. F. (2014). *A educação inclusiva: Desafios e perspectivas*. Editora Vozes.
- Lopes, Ana Maria. *Brincadeira e Educação: uma perspectiva crítica sobre a infância*. **Editora Artmed**, 2015.
- Locke, John. *Some Thoughts Concerning Education*. London: A. & J. Churchill, 1693.

Lück, H. *Educação inclusiva: A construção de uma sociedade justa e igualitária*. Educação e Sociedade, 30(106), 587-608. 2009

Mantoan, M. T. E. . *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como?* São Paulo: Moderna. 2003

Minayo, M. C. S; Sanches, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./sep.1993.

_____. Pesquisa social: teoria, método e criatividade, 21º ed.. Petrópolis, RJ: **Vozes**, 2002, n.p.

Montessori, Maria. *The Absorbent Mind*. New York: **Holt, Rinehart and Winston**, 1967.

Moran, J. (2013). A educação no século XXI: Tecnologias e novos desafios. Editora Moderna.

Morin, Edgar. A Cabeça Bem Feita. 4ª ed. Rio de Janeiro: **Bertrand Brasil**, 2011.

Nascimento, Ângela. A Inclusão Social: Uma Perspectiva Crítica. São Paulo: **Editora da Universidade de São Paulo**, 2009.

Nóvoa, A. (2009). A formação dos professores e o desafio da inclusão. Porto Editora.

Nunes, L. M. *Desafios e barreiras para a inclusão social: A construção de políticas públicas para a igualdade*. Revista Brasileira de Política Internacional, 53(1), 145-162. 2010.

Pereira, A. F. (2019). Tecnologias digitais e educação infantil: Desafios e possibilidades. Editora Cortez.

Pereira, Marisa. Educação Infantil: O que a pesquisa revela. **Editora Cortez**, 2014.

Pereira, R. *Atitudes e barreiras para a inclusão social de minorias étnicas e pessoas com deficiência*. Cadernos de Pesquisa, 40(141), 235-255. 2010.

Pereira, R. *Práticas inclusivas em contextos sociais: A promoção da participação de minorias étnicas e pessoas com deficiência em diversas esferas*. Psicologia & Sociedade, 22(3), 391-402. 2010.

Piaget, Jean. *The Child's Conception of the World*. New York: **Harcourt, Brace and World**, 1929.

Ponte, J. P. (2015). História da educação infantil. Editora Unesp.

Rousseau, Jean-Jacques. *Emílio, ou Da Educação*. São Paulo: Edipro, 2005.

SIEGEL, Paul N. *The History of Childhood Education*. New York: Routledge, 2000.

Rousseau, J.-J. (1762). Emílio, ou Da Educação. Imprensa Nacional.

Santos, B. de S. (2017). A educação infantil e os desafios do século XXI. Editora UFMG.

- Santos, A. R.; Almeida, R. *Educação inclusiva e atitudes dos professores em relação à diversidade*. Revista Brasileira de Educação, 12(34), 94-112. 2007
- Silva, A. R. (2017). O impacto das tecnologias digitais na educação infantil. Editora Penso.
- Silva, J. C. da, ; Almeida, R. *A inclusão escolar e as novas concepções de educação para a diversidade*. Educação & Realidade, 32(2), 99-120. 2007
- Silva, Maria Helena de Moura. *Inclusão e Diversidade na Educação Infantil: Desafios e Possibilidades*. Editora Papyrus, 2017.
- Silva, Maria Aparecida. *Cidadania e Direitos Humanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.
- Silva, A. R., ; Lima, M. L. A. *Atitudes e crenças de professores sobre a inclusão de alunos com deficiência*. Revista Brasileira de Educação Especial, 17(2), 143-158. 2011
- Schunk, D. H. (2012). *Motivation and learning: Theory and research*. Pearson.
- Sasaki, R. K. *Incluir para incluir: A inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho*. São Paulo: Editora Vozes. 2005
- Sassi, M. *A inclusão escolar: A formação do professor e as concepções de deficiência*. Revista Brasileira de Educação, 16(47), 131-147. 2011
- Teixeira, M. C. S., ; Kassar, M. L. *Atitudes sociais e inclusão: A construção de uma sociedade mais justa*. Psicologia & Sociedade, 21(2), 143-151. 2009
- UNESCO. *Salamanca Statement and Framework for Action on Special Needs Education*. Paris: UNESCO, 1994.
- Valente, J. A. (2015). *Tecnologia e educação: O uso das novas tecnologias no ensino-aprendizagem*. Editora Ática.
- Vygotsky, Lev. *Mind in Society: The Development of Higher Psychological Processes*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1978.
- Vygotsky, Lev S. *A Formação Social da Mente*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- Zerbini, T., ; Pérez, D. *A inclusão social e as atitudes da sociedade em relação às pessoas com deficiência*. Estudos de Psicologia, 18(1), 47-56. 2013

Apêndice - Questionário.

Inclusão na Primeira Infância em Creches

B *I* U  

Convidamos você para participar como voluntário (a) da pesquisa sobre a Inclusão de Criança Típica e Atípica em uma Creche de um Município da Zona Mata de Pernambuco. Que está sob a responsabilidade do (a) pesquisador (a) Vitória Alves do Carmo, Rua Divino Espírito Santo nº53 - CEP 55825-000 - Telefone (81) 98265-0293 E-mail:vitoria.carmo@ufrpe.br e orientação de Maria do Rosário de Fátima Brandão de Amorim – Telefone (81) 98101-3105 E-mail: maria.amorim@ufrpe.br;mrfbamorim@gmail.com

Apresentação da Pesquisa

A nossa pesquisa vem nos auxiliar a Investigar a concepção da inclusão das crianças na Primeira Infância a partir da perspectiva dos educadores, em uma creche da rede municipal na Zona da Mata Norte de Pernambuco, para isso sua participação se torna tão relevante. Justificamos nossa pesquisa na relevância que a infância ocupa no cenário atual, dentro da educação infantil, especialmente por ser esta a base do desenvolvimento humano em seus diversos níveis: cognitivo, social, psicológico e cultural, independente de sua etnia, raça, religião e deficiência.

O Termo de Consentimento livre esclarecido (TCLE) foi entregue pessoalmente, sendo assinado pelo pesquisador e o sujeito da pesquisa, na primeira etapa. Nesse momento seguiremos para a próxima etapa.

*

B *I* U  

Concordo

INFORMAÇÕES GERAIS



Descrição (opcional)

B *I* U    



Qual a sua Formação Profissional? *

Texto de resposta curta

Há quanto tempo você trabalha na creche? *

- Menos de 1 ano
- De 1 a 3 anos
- De 3 a 5 anos
- Mais de 5 anos

Qual a grupo/turma você atua? *

- Grupo I
- Grupo II
- Grupo III
- Pré-I
- Pré-II

CRENÇAS E CONCEPÇÕES SOBRE INCLUSÃO

Dentre as opções abaixo, qual o seu grau de concordância? 1 - **Discordo** e 2 - **Concordo**

B *I* U    

1. Crença na importância do respeito à diversidade como um valor essencial para o desenvolvimento saudável das crianças. *

Discordo

1

2

2. Convicção de que todas as crianças *
têm direito a uma educação de
qualidade, independentemente de suas
capacidades ou características
individuais

Discordo

1

2

Concordo

3. Concepção de que a inclusão não se *
limita apenas às crianças com
deficiência, mas abrange todas as
formas de diversidade, incluindo etnia,
religião, gênero e orientação sexual.

B *I* U  

Discordo

1

2

Concordo

4. Crença na responsabilidade *
compartilhada de toda a comunidade
escolar em garantir a inclusão e o bem-
estar de todas as crianças.

B *I* U  

Discordo

1

2

Concordo

5. Convicção de que a inclusão não é apenas uma questão de política educacional, mas um princípio ético e moral fundamental. *

Discordo

1

2

Concordo

6. Crença na capacidade das crianças de se desenvolverem plenamente quando são aceitas, valorizadas e incluídas em seu ambiente escolar. *

Discordo

1

2

Concordo

7. Concepção de que a inclusão não significa apenas colocar todas as crianças na mesma sala de aula, mas também garantir que todas as crianças recebam o apoio e os recursos necessários para alcançar seu pleno potencial. *

B *I* U ↻ ✕

Discordo

1

2

Concordo

8.Crença na importância de promover uma cultura de respeito, tolerância e aceitação mútua desde a mais tenra idade. *

B *I* U ↻ ✕

Discordo

1

2

Concordo

9.Concepção de que a inclusão é um processo contínuo que requer reflexão, aprendizado e adaptação constante por parte dos educadores e da comunidade escolar. *

B *I* U ↻ ✕

Discordo

1

2

Concordo

10.Crença na capacidade transformadora da educação inclusiva para criar uma sociedade mais justa, igualitária e compassiva. *

Discordo

1

2

Concordo

ATITUDE EM RELAÇÃO À INCLUSÃO



Dentre as opções abaixo, qual o seu grau de concordância? **1 - Discordo** e **2 - Concordo**

B *I* U

1. Empatia e compreensão em relação às necessidades individuais das crianças com deficiência. *

Discordo

1

2

Concordo

2. Reconhecimento da importância da diversidade e da inclusão como valores fundamentais na educação infantil.

B *I* U



Escala linear

1 ▾ a 2 ▾

1

2

3. Disposição para adaptar as práticas pedagógicas para atender às necessidades específicas de cada criança *

B *I* U

Discordo

1

2

Concordo

4. Abertura para trabalhar em colaboração com colegas de equipe, especialistas e pais para promover a inclusão *

B *I* U ↻ ✕

Discordo

1

2

Concordo

5. Valorização das contribuições únicas que cada criança traz para a sala de aula, independentemente de suas habilidades. *

B *I* U ↻ ✕

Discordo

1

2

Concordo

6. Prontidão para desafiar estereótipos e preconceitos em relação à deficiência e à diferença. *

Discordo

1

2

Concordo

7. Crença na capacidade de todas as crianças de aprender e se desenvolver, independentemente de suas características individuais *

B *I* U ↻ ✕

Discordo

1

2

Concordo

8. Atitude positiva em relação à diversidade como uma oportunidade de enriquecimento do ambiente escolar *

B *I* U ↻ ✕

Discordo

1

2

Concordo

9. Disposição para buscar constantemente formas de melhorar e aprimorar as práticas inclusivas na sala de aula *

B *I* U ↻ ✕

Discordo

1

2

Concordo

10. Compromisso em criar um ambiente *
acolhedor e respeitoso onde todas as
crianças se sintam valorizadas e
incluídas.

B *I* U ↻ ✕

Discordo

1

2

Concordo

PRÁTICAS DE PROMOÇÃO DA INCLUSÃO ✕

Dentre as opções abaixo, qual o seu grau de
concordância? 1 - **Discordo** e 2 - **Concordo**

1. Implementação de planos de ensino *
para crianças com necessidades
especiais.

Discordo

1

2

Concordo

2. Uso de tecnologia assistiva para *
apoiar o aprendizado de crianças com
deficiência.

Discordo

1

2

Concordo

3. Criação de oportunidades para que as crianças desenvolvam empatia e respeito pela diversidade. *

B *I* U ↻ ✕

Discordo

1

2

Concordo

4. Promoção de atividades que valorizem as habilidades únicas de cada criança. *

B *I* U ↻ ✕

Discordo

1

2

Concordo

5. Estabelecimento de expectativas positivas e altas para todas as crianças, independentemente de suas habilidades *

B *I* U ↻ ✕

Discordo

1

2

Concordo

6. Inclusão de materiais e recursos diversificados que representem diferentes culturas, etnias e realidades sociais. *

Discordo

1

2

Concordo

7. Criação de um ambiente de aprendizagem colaborativo, onde as crianças aprendam umas com as outras e se apoiem mutuamente *

B *I* U  

Discordo

1

2

Concordo

8. Fomento de uma cultura escolar que valorize a diversidade e a inclusão em todos os aspectos. *

Discordo

1

2

Concordo

9. Desenvolvimento de parcerias com organizações da comunidade para oferecer suporte adicional às crianças com necessidades especiais *

B *I* U ↻ ✕

Discordo

1

2

Concordo

10. Colaboração com profissionais de saúde, terapeutas e especialistas em educação inclusiva. *

Discordo

1

2

Concordo

DESAFIOS E BARREIRAS



Dentre as opções abaixo, qual o seu grau de concordância? 1 - **Discordo** e 2 - **Concordo**

1. Falta de recursos adequados para atender às necessidades específicas das crianças com deficiência. *

B *I* U ↻ ✕

Discordo

1

2

Concordo

2. Resistência ou falta de compreensão *
por parte de alguns colegas de trabalho
em relação à inclusão.

Discordo

1

2

Concordo

3. Dificuldade em adaptar o currículo e *
as atividades para atender às
necessidades individuais de cada
criança.

B *I* U  

Discordo

1

2

Concordo

4. Barreiras arquitetônicas ou falta de *
acessibilidade nas instalações da
creche.

Discordo

1

2

Concordo

5. Desafios na comunicação com os pais *
ou responsáveis das crianças com
necessidades especiais.

Discordo

1

2

Concordo

6. Insuficiência de formação específica *
em inclusão na primeira infância para os
educadores.

B *I* U  

Discordo

1

2

Concordo

7. Dificuldade em lidar com comportamentos desafiadores ou necessidades emocionais das crianças. *

Discordo

1

2

Concordo

8. Sobrecarga de trabalho devido à necessidade de atenção extra para algumas crianças. *

B *I* U  

Discordo

1

2

Concordo

9. Falta de tempo para planejar e implementar estratégias eficazes de inclusão.

*

B *I* U ↻ ✕

Discordo

1

2

Concordo

10. Barreiras culturais ou sociais que podem impactar a aceitação da diversidade na creche.

*

Discordo

1

2

Concordo

AMBIENTE ACOLHEDOR E INCLUSIVO

Dentre as opções abaixo, qual o seu grau de concordância? **1 - Discordo** e **2 - Concordo**

Que medidas você adota para criar um ambiente acolhedor e inclusivo na sua sala de aula? *

B *I* U

- Organização do espaço físico
- Celebração da diversidade
- Estabelecimento de regras claras
- Promoção de atividades cooperativas
- Acolhimento individualizado
- Incentivo à participação ativa dos pais
- Inclusão de elementos sensoriais
- Incentivo ao respeito mútuo
- Prática de feedback construtivo
- Outros (especificar) Organização do espaço físico

Você acredita que o ambiente físico da creche contribui para a inclusão das crianças? *

B *I* U

- Sim
- Não
- Não sei

COMENTÁRIOS FINAIS

Agora chegou na última parte do nosso questionário.

12. Você gostaria de acrescentar algum ^{*} comentário final sobre a inclusão na primeira infância em creches?

B *I* U  

Sim

Não

COMENTÁRIOS FINAIS

Descrição (opcional)

Descreva em poucas palavras o seu ^{*} comentário

B *I* U  

Texto de resposta curta

Sua Participação Termina aqui.



Descrição (opcional)

Obrigada pela sua Colaboração!



Anexo- Termo de Consentimento livre e esclarecido.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS)

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa **INCLUSÃO DE CRIANÇAS TÍPICAS E ATÍPICAS EM UMA CRECHE DE UM MUNICÍPIO DA ZONA MATA DE PERNAMBUCO** que está sob a responsabilidade do (a) pesquisador (a) **María do Rosário de Fátima Brandão de Amorim, Av. Rosa e Silva 1620/1104, Tamarineira, Recife/PE- CEP: 52050-020. Telefone: (81) 981013105, Email: maria.amorim@ufrpe.br**; (inclusive ligações a cobrar). Também participam desta pesquisa os pesquisadores Waydja Cybelle Cavalcanti Correia. Rua José Maurício Viana, 197, jardim Atlântico – Olinda/PE; Telefone: (81) 983168376 Vitória Alves do Carmo, Rua Divino Espírito Santo, 53 – Guadalajara p Paudalho/PE – CEP: 558250-00: Telefone: (81) 982650293 e está sob a orientação de María do Rosário de Fátima Brandão de Amorim, Av. Rosa e Silva 1620/1104, Tamarineira, Recife/PE- CEP: 52050-020. Telefone: (81) 981013105, Email: maria.amorim@ufrpe.br

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos foram dados e você concorde com a realização do estudo, pedimos que rubriche as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável.

Você estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

- **Descrição da pesquisa:** No Brasil a Educação é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, sendo um dever do estado e da família a garantia dela para todos, sem distinção de raça, etnia, cultura ou religião. O sistema educacional brasileiro é dividido em duas etapas: A primeira é denominada de Educação Básica, que toma como base a Lei de Diretrizes e Bases - LDB de 1996 estruturada por etapas e modalidades de ensino e a segunda é o Ensino Superior. Atualmente, a inclusão é um tema que permeia também a educação infantil, pois cada vez mais temos crianças presentes nesses espaços que os pertencem. As políticas de inclusão estão trazendo benefícios para as crianças com deficiências, e também obstáculos para os docentes, as instituições e a sociedade. Esta última tem se desafiado sobre as diversas barreiras, sejam arquitetônicas, atitudinais, urbanísticas, de comunicações e informações, etc, buscando a possibilidade para uma inclusão completa e genuína em todos os espaços sociais, especialmente nas escolas, onde são lugares de formação integral dos cidadãos. Com esse crescente número de crianças que estão

usufruindo seus direitos e adentrando no espaço educacional. Este trabalho traz como problematizações as seguintes indagações: Qual a concepção de criança dos educadores na educação Infantil? Qual a concepção de inclusão dos educadores na educação Infantil? Como os educadores percebem e concebem a inclusão na primeira infância dentro do contexto específico de uma creche da rede municipal na região da Zona Mata Norte de Pernambuco?

Página 2 de 4

Justifica-se essa pesquisa pela relevância da infância como sendo esta fase a base do desenvolvimento humano: Cognitivo, social, psicológico e cultural, independente de sua etnia, raça, religião e deficiência. **Objetivo Geral:** Investigar a concepção da inclusão das crianças na Primeira Infância a partir da perspectiva dos educadores, em uma creche da rede municipal na Zona da Mata Norte de Pernambuco.

Objetivos Específicos: **a)** Conhecer sobre a concepção de Criança/Infância que os educadores, os auxiliares de sala, as pessoas de serviços gerais, o(a) psicólogo(a), o(a) enfermeiro(a), os coordenadores pedagógicos e os gestores da creche pesquisada; **b)** Explorar as crenças, as atitudes, as práticas, os desafios dos educadores em relação à promoção da inclusão de crianças em idade pré-escolar; **c)** Investigar sobre quais as estratégias que os educadores utilizam para criar um ambiente acolhedor e inclusivo na creche.

- **Esclarecimento do período de participação do voluntário na pesquisa, início, término e número de visitas para a pesquisa.** Esse trabalho tem como natureza de pesquisa a qualitativa. A pesquisa qualitativa nas ciências sociais, segundo Minayo (2003) "Investiga a realidade que não pode ser traduzida em números, pois possuem suas singularidades como culturas, religiões, valores, dentre outros aspectos." Baseada nessa compreensão de pesquisa qualitativa, acredita-se que ela se encaixa como metodologia propícia para essa pesquisa que busca através do tipo estudo de caso, conhecer e analisar sobre a realidade presente em um espaço social que possui suas singularidades. **Universo da Pesquisa:** O campo de realização desta investigação, situa-se em uma Instituição Pública Municipal da Educação Básica - Creche localizada na zona da Mata Norte de Pernambuco. A escolha dessa instituição educacional surgiu do desejo da pesquisadora, pois ela se localiza na cidade de habitação da mesma. Neste ambiente educacional, a creche é dividida da seguinte maneira: para as crianças de 0 a 1 ano é denominada de creche 1, para as crianças de 2 anos creche 2 e para as crianças de 3 anos creche 3, Pré 1 para crianças de 4 anos, Pré 2 para crianças de 5 anos. **Sujeitos Pesquisados:** Os atores sociais que irão dar subsídio para dar corpo à investigação serão os docentes, os auxiliares (porteiro, serviços gerais, e de sala de aula), gestor, Coordenador, Psicólogo, técnico em enfermagem da Creche. Como a pesquisa envolve seres humanos, o referido documento foi alimentado na Plataforma Brasil e a coleta de dados só ocorreu após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa. **Meios e Instrumentos de Coletas de Dados:** Com o intento de alcançar os objetivos desta pesquisa foi utilizado como instrumento para a coleta de dados a plataforma Mintementer, e a plataforma google forms. Para a obtenção das respostas que foram propostas pelas indagações desta pesquisa será necessária a aplicação de um questionário contemplando todos os docentes, do turno da manhã, da Creche investigada. Segundo Gil (2008, p p.126) destaca que "a elaboração de um questionário consiste basicamente em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bem redigidos. Naturalmente, não existem

normas rígidas a respeito da elaboração do questionário.” Para conhecer a concepção de Infância dos educadores da Educação Infantil, da Creche será aplicado o mentimeter®; para conhecer a concepção de inclusão, será utilizado o mesmo procedimento.

Página 3 de

4

- **RISCOS diretos para o voluntário** Toda pesquisa envolve riscos, mesmo que em grau mínimo. Assim, pode haver por parte do participante constrangimento ao se expor durante a realização de testes de qualquer natureza; cansaço, invasão de privacidade ou aborrecimento ao responder ao questionário. Para minimizar os possíveis riscos, o participante pode sair do link a qualquer momento e desconsiderar a sua participação, sem prejuízo para a pesquisa.
- **BENEFÍCIOS diretos e indiretos para os voluntários.**

O Benefício direto da pesquisa está relacionado ao participante, pois eles (as) podem se beneficiar com intervenções futuras da instituição de ensino superior após publicidade acerca da inclusão das pessoas com deficiências, quanto ao acesso e permanência na universidade. Há ainda os benefícios esperados, que são aqueles direcionados à sociedade no que diz respeito ao conhecimento procedente da pesquisa, que pode contribuir para o desenvolvimento de intervenções futuras quanto ao acesso e permanência das pessoas com deficiência no ensino superior.

Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa (entrevistas, fotos,), ficarão armazenados em pastas de arquivo, computador pessoal), sob a responsabilidade do pesquisador Orientador, no endereço acima informado ou colocar o endereço do local pelo período mínimo 5 anos.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação), assim como será oferecida assistência integral, imediata e gratuita, pelo tempo que for necessário em caso de danos decorrentes desta pesquisa.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFRPE no endereço: Rua Manoel de Medeiros, S/N Dois Irmãos – CEP: 52171-900 Telefone: (81) 3320.6638 / e-mail: cep@ufrpe.br (1º andar do Prédio Central da Reitoria da UFRPE, ao lado da Secretaria Geral dos Conselhos Superiores). Site: www.cep.ufrpe.br.

(assinatura do pesquisador)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO(A)

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado pela pessoa por mim designada, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo _____ (colocar o nome completo da pesquisa) _____, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo (a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Por solicitação de _____, que é (deficiente visual ou está impossibilitado de assinar), eu _____ assino o presente documento que autoriza a sua participação neste estudo.

Local e data _____

Impressão
Digital
(opcional)

Assinatura do participante/responsável legal

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar. (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura: